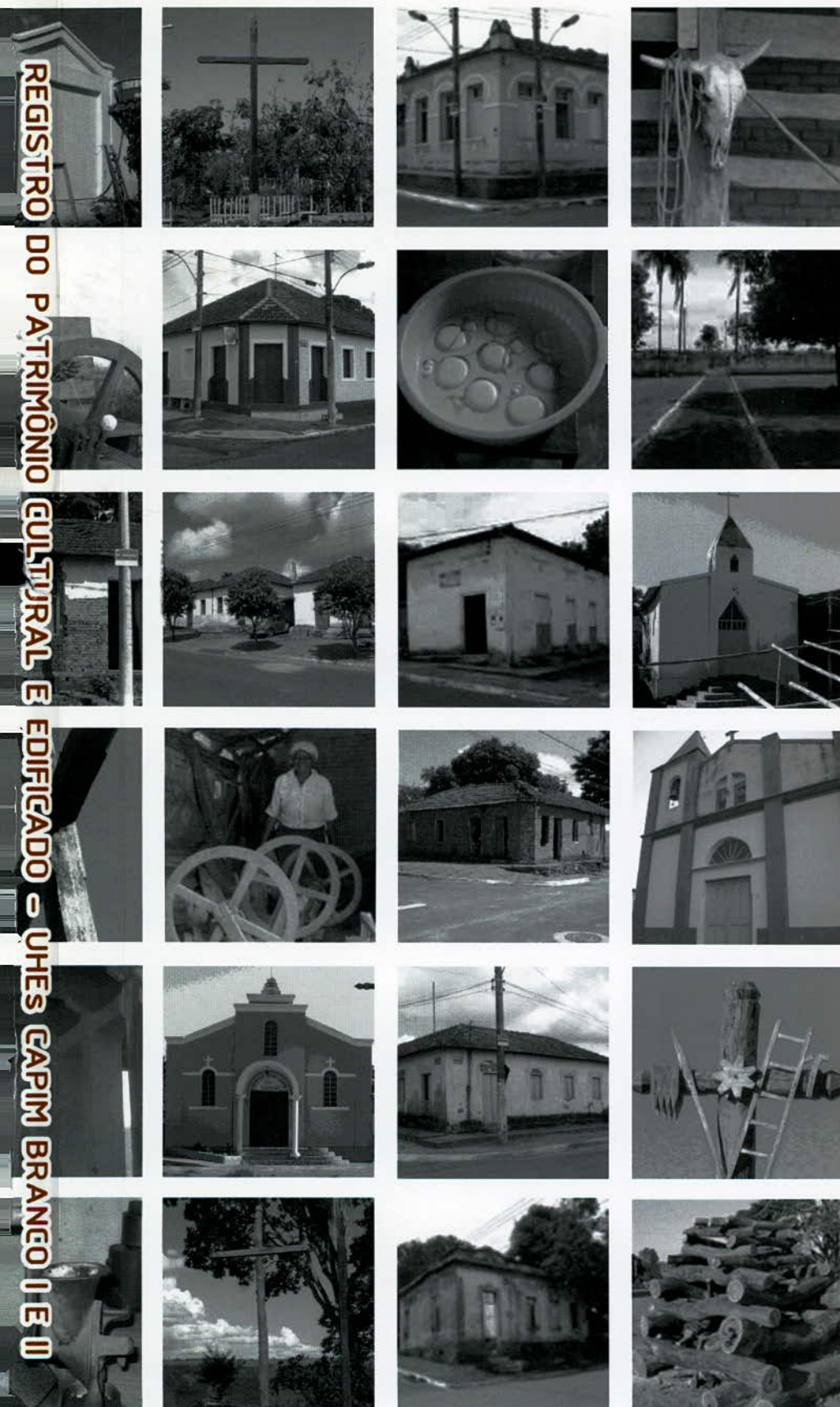




organizadores Rosselvelt José Santos
Kelen Borges Alves

Registro do Patrimônio Cultural e Edificado
das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e de
Influência das Usinas Hidrelétricas
de Capim Branco I e II



**Registro do Patrimônio Cultural e Edificado
das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e de
Influência das Usinas Hidrelétricas
de Capim Branco I e II**

organizadores Rosselvelt José Santos

Kelen Borges Alves

autores Ana Paula Maciel Peixoto

Arley Haley Faria

Cíntia Colósio Natal

Flávia Alves Falcão

Helga Canedo Tavares

Jhonny de Oliveira Borges

Kelen Borges Alves

Rodrigo Borges de Andrade

Rogério Borges Marques

Rosselvelt José Santos



Fundação de
Desenvolvimento
da Pesquisa



Consórcio Capim Branco Energia

Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II / organizadores Rosselvelt José Santos e Kelen Borges Alves. - Uberlândia: Composer, 2005.

152.; ilust.

ISBN 85-98616-04-4

1. Patrimônio Cultural - Material. 2. Patrimônio Cultural - Imaterial.
I. Título. II. Santos, Rosselvelt José. III. Alves, Kelen Borges.

CDD: 344.094

Catálogo: Denise Carvalho 1061/CRB-6

Organizadores	Rosselvelt José Santos Kelen Borges Alves
Autores	Ana Paula Maciel Peixoto Arley Haley Faria Cíntia Colósio Natal Flávia Alves Falcão Helga Canedo Tavares Jhonny de Oliveira Borges Kelen Borges Alves Rodrigo Borges de Andrade Rogério Borges Marques Rosselvelt José Santos
Fotos	Ana Paula Maciel Peixoto Arley Haley Faria Flávia Alves Falcão Jhonny de Oliveira Borges Kelen Borges Alves Rodrigo Borges de Andrade Rogério Borges Marques Rooselvelt José Santos
Capa	Ana Paula Maciel Peixoto
Diagramação	Ana Paula Maciel Peixoto Flávia Alves Falcão Helga Canedo Tavares Kelen Borges Alves Rogério Borges Marques
Revisão	Tânia Novaes Silveira Adriana Abbiati Silva
Patrocinador	Consórcio Capim Branco Energia - CCBE
Realização	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP
Edição	Novembro de 2005
Tiragem	1000 exemplares

Agradecimento

Esta obra é dedicada a todos que colaboraram para a sua realização, em especial aos membros das comunidades do Salto e Fundão (Araguari-MG), Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tenda do Moreno (Uberlândia-MG).

[SUMÁRIO]

Introdução	08
Capítulo 1: Definição, características e processo de ocupação da área de estudo	15
Capítulo 2: Patrimônio Edificado: histórias e características arquitetônicas	25
Capítulo 3: Toponímia	69
Capítulo 4: Simbolismos, religiosidade, técnicas produtivas e costumes regionais	87
Capítulo 5: Significados das festas: costumes, tradições e saberes	100
Conclusão	121
Glossário de Termos Arquitetônicos	123
Álbum de Fotografias	126
Referências Bibliográficas	147

[INTRODUÇÃO]

Os empreendimentos hidrelétricos Capim Branco I e II estão localizados na bacia do Rio Araguari, na região do Triângulo Mineiro. As usinas estão sendo construídas em seqüência pelo mesmo empreendedor, o Consórcio Capim Branco Energia, em decorrência das exigências de licenciamento ambiental que concedeu a licença de instalação aos Aproveitamentos Hidrelétricos Capim Branco I e II, baseado na aprovação dos Programas Ambientais contidos nos Planos de Controle Ambiental desses empreendimentos. Em razão da sua proximidade e da área de influência ser praticamente a mesma para os dois empreendimentos, optou-se por analisar conjuntamente o Patrimônio Cultural e Edificado dos dois empreendimentos. Foram selecionados bens para esse estudo apenas nos municípios de Araguari e Uberlândia, uma vez que Indianópolis terá uma porção menor de terras atingidas, nas quais não foram constatados bens de relevância cultural, tendo sido estudado somente a origem do seu topônimo.

O Patrimônio Cultural material e imaterial presente nas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) dos dois empreendimentos em estudo tem abrangência local. Trata-se de um patrimônio sem registro e sem divulgação, de fornecimento quase que exclusivo da população ali residente. Todavia, reveste-se de importância para aquela comunidade, na medida em que representa as expressões individuais ou coletivas do seu processo de vivência.

A construção de obras visando a aproveitamentos hidrelétricos sempre implica um deslocamento das pessoas residentes na Área Diretamente Afetada (ADA) e no

alagamento de bens edificados, sendo de impacto significativo para a memória coletiva de uma região, ocasionando uma inevitável perda das referências locais, principalmente por aqueles moradores diretamente atingidos.

No caso do Patrimônio Cultural os impactos previstos não são passíveis de serem mitigados em sua totalidade, principalmente no que tange ao patrimônio edificado. Desta forma, na perspectiva de minimizar tais impactos, neste livro procurou-se analisar os resultados do projeto de pesquisa, proposto quando da elaboração do EIA-RIMA. O livro justifica-se por possibilitar um registro documental das características culturais e construtivas do local afetado, relacionando-o com as Áreas de Entorno (AE), de Influência (AI) e mesmo com a sociedade mais abrangente, nas suas mais diversificadas manifestações, no momento de conhecimento quase que exclusivo da população residente.

Nesta perspectiva, a cultura foi considerada como o conjunto daquilo que é transmitido e inventado, bem como as formas de pensar, sentir, agir e reagir das pessoas. Ao adotar tal definição, durante a pesquisa de campo procurou-se estabelecer, como prioridade, o conhecimento da dinâmica cultural das comunidades. Em campo, observaram-se, descreveram-se e analisaram-se as formas de preservação, inovação e difusão das técnicas, atitudes, idéias, valores e as formas com que a cultura foi sendo transmitida de geração para geração.

Durante os levantamentos de campo, por várias vezes ouviu-se dos entrevistados que eles aprenderam a produzir os seus alimentos a partir dos ensinamentos dos mais antigos. Desse modo, foram ensinados que tratar bem a

terra lhes garantia segurança alimentar. Na roça era vital aprender a produzir não só a comida, mas também os seus remédios e a elaborar seus próprios meios de transporte. Durante muito tempo foi importante buscar formas de trabalho coletivo, pois a força familiar era muito limitada. Também se concluiu o quanto foi importante reconhecer os ciclos da natureza da qual fazem parte.

A partir de depoimentos passou-se a considerar que, em todas as atividades dos membros das comunidades, a cultura é algo que os orienta em suas práticas coletivas e individuais, as quais foram sendo registradas a partir de seus componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos, que formam sistemas de relações mais ou menos coerentes e revelam várias particularidades, pois jamais estiveram presentes da mesma maneira entre todos os representantes das comunidades estudadas.

Embora a cultura apareça como sendo vivida coletivamente e individualmente e os seus componentes formam um todo complexo, que não são externos aos sujeitos sociais, as escolhas de cada pessoa constituem-se em um conjunto de práticas sociais que por diversos processos criam comportamentos, os quais revelam os aspectos mais profundos de cada comunidade. Ao trabalhar nos seus roçados, ao escolher os solos em que vão lançar a semente, ao decidir sobre a melhor técnica de cultivo, ao dar nome ao lugar de morada, os membros das comunidades demonstraram que se utilizaram de todo um acervo cultural processado, transmitido e apropriado ao longo do tempo.

Portanto, os conteúdos das práticas sociais e espaciais presentes nos lugares estudados foram sendo transmitidos e apreendidos historicamente e podem ser considerados como um aprendizado cultural. Como processo, também pode ser reinventado de acordo com a capacidade de seus membros

em inovar e reinventar seus costumes e tradições. São práticas que derivam do convívio comunitário, ganham flexibilidade e que também podem receber influências do meio externo e, em consequência podem sofrer perdas, aquisições que produzem adaptações, ajustes, resultando quase sempre na renovação de valores sociais.

O termo cultura continua tendo o seu uso indiscriminado em várias áreas do conhecimento, por conseguinte, gera dificuldades para se compreender o que é conceitualmente cultura. Segundo Laraia (1989) e Kroeber (1993) o conceito foi, a partir dos séculos XVIII e XIX, longamente debatido, a ponto de ser considerado um "caldeirão conceitual" e, como tal, não dava solidez a uma definição de cultura. A cultura dos diversos lugares estudados tem a ver com as práticas rurais estabelecidas na região do Triângulo Mineiro, a qual compõe o essencial deste estudo. Do ponto de vista histórico desse conceito, considerou-se os valores culturais como possibilidade para compreender as identidades das populações em relação às edificações, aos simbolismos, a religiosidade e os festejos. Nesse sentido, é correto dizer que o enfoque à cultura material e imaterial foi dado, sobretudo, às práticas sociais e espaciais.

No seu dinamismo e na sua capacidade de assimilar e absorver as transformações, as estruturas comunitárias não foram capazes de se perpetuarem, foram sendo questionadas e se tornaram mutáveis. Sendo pessoas clivadas pela modernidade, o seu dinamismo revelou que existe sempre brechas e fissuras importantes para que entre em ação a inventividade dos sujeitos.

Por considerar-se o dinamismo cultural das comunidades, ao longo da pesquisa passou-se a dar importância também aos modos de falar, produzir, alimentar, vestir,

construir suas casas, manifestar a sua religiosidade, transmitir aos filhos saberes, técnicas e conhecimentos, bem como de criar lugares e dotá-los de identidades.

Durante o registro do Patrimônio cultural, foi considerado que nem tudo da cultura é transmitido e nem tudo é herança, algo sempre é criado. Perdas no processo de transmissão são possíveis. Não se pode afirmar que inovações ocorrem a toda hora, mas entende-se que a cultura é processada. Nas comunidades rurais estudadas, as estruturas culturais mais sólidas são a língua e a religião, no entanto, outras podem ser mais flexíveis, como por exemplo, a reciprocidade camponesa e a construção de moradias.

Neste trabalho a cultura é interpretada como sendo "constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la. Carrega-se, assim, de uma dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentimento de comunidade compartilhada." (Claval, 2001, p.14). Tais mecanismos podem funcionar como formas de controle e aos quais, os homens procuram se enquadrar. Segundo Geertz (1973, p. 58), "os seres humanos quando não orientados por padrões culturais, (...) seu comportamento tornaria ingovernável, com ações que refletiriam, por vezes, falta de lucidez e explosões emocionais, a sua experiência não teria praticamente qualquer forma".

Os caminhos para interpretar a cultura são inúmeros. Contudo, para o registro do patrimônio cultural se faz necessário considerá-lo como sendo o "conjunto de bens de natureza material e imaterial, que cria identidades e contribui para a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira..."

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 141).

O recente reconhecimento dos elementos da cultura imaterial contraria, historicamente, a prática brasileira no que tange aos bens culturais. Os patrimônios edificados, arqueológicos e artísticos, com grande expressividade para a constituição de uma memória nacional, receberam, durante muito tempo, atenção especial, não raras vezes tendenciosa a uma homogeneização, não incorporando a diversidade cultural brasileira com seus múltiplos interesses. Esta tendência se explica, em parte, pelo momento histórico em que se pensou a primeira legislação nacional a este respeito, no início do Estado Novo, em 1937 (Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937), sob forte influência dos regimes nazi-fascistas da época. Tendo como pressuposto a apropriação da memória coletiva, a forte presença do Estado em definir o que seria necessário preservar e/ou registrar inibiu a possibilidade de outras manifestações, não circunscritas aos propósitos "oficiais", serem incorporadas. Desse modo, cristalizou-se uma memória para poucos lugares, para poucas pessoas. O predomínio das construções e outros bens móveis (com excepcional valor arqueológico ou etnográfico, artístico ou bibliográfico), cuja importância estivesse nos "acontecimentos memoráveis" da história do país, com certeza implicou esquecimento de outras memórias, menosprezadas e deslocadas para espaços restritos do convívio familiar e comunitário. Condição semelhante ocorreu também na segunda metade do século XX, sob o regime militar instaurado na década de 1960. Essa restrição do conceito de patrimônio às edificações, por exemplo, constituiu-se uma tradição em nosso país, tanto por parte dos profissionais que lidam com o ofício quanto no imaginário daqueles que, por contradição, são normalmente silenciados.

Diante de tudo isso, entende-se que o patrimônio cultural é formado por bens materiais construídos por meio das técnicas desenvolvidas pelos sujeitos sociais e por bens imateriais que se ligam ao imaginário, às representações e aos simbolismos. Representa a identidade e a memória dos grupos sociais, na medida em que as construções, os artefatos, as lendas, as festas dizem respeito ao lugar construído material e simbolicamente.

A ampliação do conceito de patrimônio, principalmente nas últimas décadas, tem proporcionado experiências inovadoras por todo o Brasil. Resultado das reflexões teóricas sobre o assunto, assiste-se a iniciativas como o Centro de Cultura Social dos Anarquistas do Brás, em São Paulo. Lá, empenham-se em manter vivos suas lembranças, fotografias, documentos e suas antigas tradições. Para isto, encenam antigas peças teatrais, como instrumento de "educação social". Por outro lado, ressalte-se que a memória social e as tradições populares necessitam permanecer nos próprios lugares onde se manifestam, preservando suas vinculações com o universo local. O avanço nesta discussão sobre patrimônio reforça a idéia de não mais coisificar e reduzir tal memória a meros objetos de contemplação. Portanto, o registro do patrimônio cultural a partir de seu lugar de origem é fundamental para os sujeitos que os produziram, pois tal encaminhamento implica envolvimento da comunidade, o que poderá aumentar as possibilidades de manter e ampliar identidades e pertencimentos.

Entende-se por patrimônio imaterial os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), formas de expressão (manifestações

literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas), os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

Quanto aos aspectos metodológicos, o trabalho foi dividido basicamente em duas etapas. A primeira visou a uma pesquisa documental, tendo por base os Estudos de Viabilidade realizados pela Leme Engenharia S.A. sobre os Aproveitamentos Capim Branco I e II, o EIA-RIMA, o PCA (Plano de Controle Ambiental), a legislação pertinente ao assunto e a bibliografias referentes às discussões sobre patrimônio e experiências desenvolvidas. Ainda nesta etapa, foi realizada uma pesquisa sobre a descrição histórica das áreas onde o empreendimento se localizará. Para isto foi necessária a realização de visitas técnicas nos dois municípios. Em Araguari foram feitas pesquisas na Biblioteca e Arquivo Municipal, além da Casa de Cultura, e em Uberlândia, na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Cúria Diocesana, Arquivo Público e Biblioteca Municipal.

A segunda etapa consistiu no trabalho de campo propriamente dito. O roteiro para as visitas teve como subsídio informações contidas no EIA/RIMA e outras fornecidas pelos próprios moradores da região, sobretudo os mais antigos. Foram percorridas as comunidades rurais e os distritos que se localizam na Área de Entorno dos limites dos dois reservatórios. Os parâmetros adotados para seleção daquilo que se desejava preservar, segundo o Decreto lei nº 3.551, concentraram-se nos espaços que simbolicamente representam a sociabilidade das comunidades atingidas (ADA e AE) e nos lugares das manifestações culturais e religiosas, de conhecimento regional, e de referência para os moradores do entorno. Foram pesquisados, também, outros lugares, que são considerados

importantes pelas celebrações de cunho religioso e festas típicas das "Folias de Reis" e das comemorações dos "padroeiros" locais.

Considerou-se importante a realização de entrevistas com os moradores das comunidades rurais. No contato com essas pessoas, buscaram-se informações a respeito dos bens culturais como, por exemplo, os significados dos topônimos da região onde moram e história das edificações. Foram realizados também registros métricos e fotográficos do conjunto arquitetônico.

A Pesquisa de campo se constituiu de visitas e vivências nos locais a serem inventariados para:

- documentação fotográfica dos bens selecionados tanto do patrimônio edificado como do patrimônio imaterial;
- descrição das características construtivas das edificações;
- pesquisas orais com moradores locais;
- registros cinematográficos do patrimônio edificado e dos bens imateriais;
- levantamento métrico arquitetônico dos bens selecionados ou croquis;
- reconstituição dos ciclos da natureza do cerrado;
- reconstituição dos ciclos do vivido das comunidades e as suas práticas culturais;
- documentação das especificidades das festas;
- descrição detalhada dos significados das festas;
- descrição dos ritos religiosos;
- descrição dos significados da toponímia dos lugares.

Os bens das áreas de entorno e de influência tanto edificado como imaterial foram registrados em Fichas de Inventário elaboradas segundo modelo e orientações oferecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de

Minas Gerais - IEPHA-MG, contendo as seguintes informações:

Estruturas arquitetônicas: designação, propriedade, responsável, histórico, descrição, uso atual, situação de ocupação, proteção legal existente, análise do entorno/situação e ambiência, estado de conservação, documentação fotográfica, croquis, referências bibliográfica, informações complementares;

Patrimônio Imaterial: denominação, histórico, descrição, grupos sociais envolvidos, organizadores, participantes, local de realização, periodicidade de ocorrência, informações complementares, documentação fotográfica, referências bibliográficas.

Foram considerados como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial os seguintes aspectos da cultura local:

- A riqueza dos saberes;
- as crenças;
- as celebrações típicas do meio rural;
- os valores comunitários;
- o espírito religioso.

Os bens edificados da Área Diretamente Afetada tiveram documentação complementar, conforme orientação constante do Programa de Registro do Patrimônio Edificado do Plano de Controle Ambiental, com investigações específicas sobre a história, entrevistas, levantamento métrico arquitetônico e demais informações obtidas, constituindo um pequeno "Dossiê".

As pesquisas bibliográficas, iconográficas e orais tiveram por objetivo o levantamento de informações sobre os bens inventariados e a ampliação de sua compreensão, ao longo do tempo, no contexto local e regional.

O Trabalho de gabinete compreendeu a elaboração e análise dos dados levantados no campo e nas pesquisas realizadas, elaboração dos desenhos de levantamento métrico

arquitetônico, organização de material iconográfico e elaboração das fichas; redação e revisão de textos e de todo material produzido para a realização desta obra.

Na organização dos resultados do trabalho os temas abordados foram divididos em cinco capítulos. No primeiro descreve-se a região estudada quanto às suas características físicas, indicando sua localização geográfica. Também foi apresentado o processo de ocupação da região do Triângulo Mineiro e dos municípios diretamente envolvidos, Araguari e Uberlândia, buscando identificar o processo de apropriação dos recursos naturais, ocupação e transformação desse espaço pelos colonizadores.

No capítulo seguinte, o patrimônio edificado tem sua documentação feita por intermédio da descrição dos aspectos técnico-construtivos, estilísticos e históricos, embora muito deste último item tenha se perdido, uma vez que não existem registros, restando na maioria das vezes apenas relatos de poucas pessoas para reconstruir a história de cada bem material. A documentação feita na área da UHE de Capim Branco I concentrou-se nas comunidades do Salto, em Araguari, e da Tenda do Moreno, em Uberlândia, abrangendo propriedades rurais, capelas, o Conjunto Tenda do Moreno, sendo o bem de maior destaque a Ponte do Pau Furado, oficialmente Ponte Cesário Alvim. Os bens escolhidos na UHE Capim Branco II localizam-se em três comunidades: no Fundão, em Araguari, e nos distritos de Uberlândia, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia.

No terceiro capítulo apresentam-se as características históricas e culturais das comunidades estudadas, investigando-se os principais condicionantes das motivações que levaram as pessoas a nomearem os seus lugares. De acordo com o que consideram

vários autores, assim como o senso comum, os nomes das comunidades tendem a seguir os acontecimentos mais importantes, os quais se associam à menor ou maior aceitabilidade dos grupos sociais em relação aos topônimos. A relevância dessas variáveis mostra o reconhecimento que as comunidades têm em relação aos acontecimentos históricos, para nomear o lugar onde se vai viver. Nos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia as pessoas, ao reconhecerem o pioneirismo de duas famílias, agiram no sentido de homenageá-las no nome dado às duas comunidades. Por outro lado, ganham centralidade, na explicação de outros topônimos, as clivagens naturais e culturais. Esses elementos comprovam a importância das escolhas na nomeação dos lugares, assim como configuram que nem sempre os grupos sociais dominantes - os fazendeiros - se constituíram como os únicos a interferirem nesse processo. Ao longo do trabalho as informações sugerem que, mesmo sendo os fazendeiros o grupo de maior influência sócio-econômica, não agiram com maior poder para nomear lugares que os demais habitantes. Assim, por meio do levantamento dos principais topônimos, procurou-se compreender as motivações que levaram as pessoas a nomear os seus lugares.

O capítulo seguinte trata do simbolismo. Nessa etapa da pesquisa, através dos objetos pertencentes às famílias e às comunidades, foi possível descrever e analisar os seus conteúdos simbólicos, assim como as relações que as pessoas e grupos sociais estabelecem nos ambientes familiares e comunitários, destacando-se os aspectos produtivos, religiosos e místicos. O estudo dos simbolismos foi desenvolvido de forma a mostrar que os objetos inseridos em diversos contextos correspondem às técnicas de produção, à religiosidade, aos mitos e atendem às necessidades materiais e

imateriais das pessoas, bem como são componentes importantes dos rituais sociais. Nesta perspectiva, as ferramentas, os utensílios domésticos, os cruzeiros, as cabeças de boi, as imagens de santos são símbolos importantes da cultura e estão carregados de mensagens e significados que contribuem para a reprodução das identidades locais.

No último capítulo apresenta-se uma descrição das festas seguindo o calendário dos santos católicos, descrevendo suas formas de inserção na vida social das comunidades presentes no entorno dos dois empreendimentos mentos Hidrelétricos. Para tanto, são analisadas as importâncias de inúmeras variáveis na explicação dos sentidos dos eventos, inclusive processos e dinâmicas ligadas diretamente à estruturação das comunidades e às posições ocupadas pelas lideranças, nas festas.

A conclusão sintetiza as principais descobertas e retoma os argumentos investigativos mais amplos, levantados ao longo da pesquisa.

Os beneficiários desta obra serão os moradores das áreas diretamente afetadas e de entorno, cuja memória dos lugares, das manifestações culturais, das festas e saberes foi registrada e socializada, tanto para as comunidades atingidas como para a região mais abrangente, em especial os municípios de Araguari e Uberlândia.

[CAPÍTULO 1]

Definição, características e processo de ocupação da área de estudo

Kelen Borges Alves
Rosselvelt José Santos

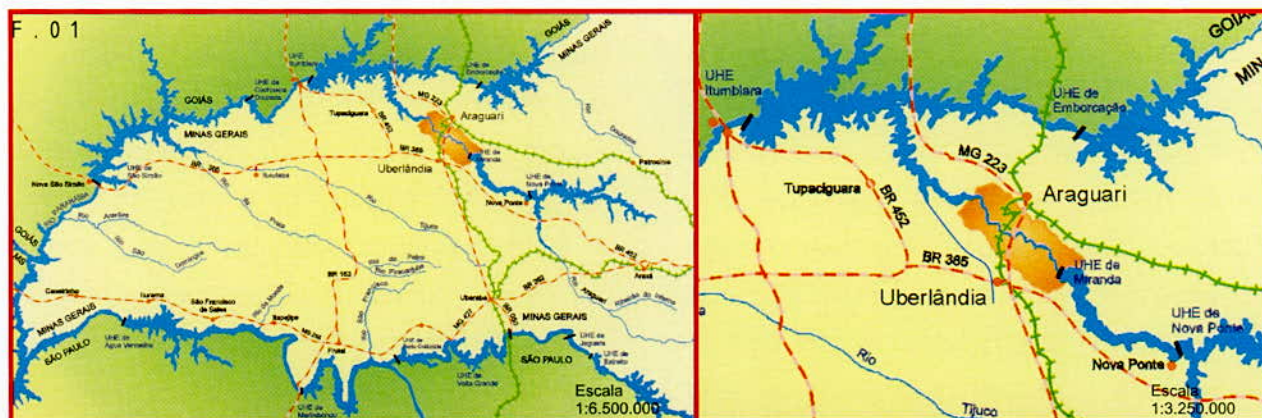
Os bens a serem documentados estão inseridos na área das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construídas no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Uberlândia, região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais. Para melhor compreensão da região onde estão inseridos tais bens, faz-se necessário conhecer seus aspectos físicos e características de seu processo de ocupação e desenvolvimento, a fim de situá-los em seus contextos natural e histórico.

Quanto à descrição física, o Triângulo Mineiro é delimitado pelos rios Paranaíba e Grande, estando inserido na Bacia Sedimentar do Paraná. O relevo se encontra relativamente homogêneo, sendo os principais aspectos da morfologia representados pelas chapadas, caracterizando-se como intensamente dissecado, com altitudes que variam entre 600m e 900m. Os solos predominantes são os latossolos vermelho-escuro e vermelho-amarelo. Na paisagem predominam a vegetação de cerrado, florestas e gramíneas. (BACCARO, 2004, p.1-19.).

O clima é definido por duas estações

definidas: uma seca e outra chuvosa. O período de seca acontece de abril a setembro, apresentando tempo estável, céu limpo, com acentuado aquecimento diurno por insolação e resfriamento noturno, e baixos índices pluviométricos, sendo junho e julho os meses mais frios. Entre os meses de outubro e março as chuvas são mais intensas e as temperaturas mais altas, geralmente acima de 25° C, sendo dezembro e janeiro os meses mais chuvosos.

Nos aspectos hidrográficos a Bacia do Rio Araguari se destaca, uma vez que abrange vinte municípios do estado de Minas Gerais, inclusive Uberlândia e Araguari, apresentando características topográficas e de relevo que favorecem a geração de energia. Já se encontram instaladas usinas hidrelétricas ao longo do rio, aproveitando de seu potencial, como as Hidrelétricas de Nova Ponte (1994) e de Miranda (1998). No trecho do rio que se estende entre a UHE de Miranda e o remanso da UHE de Itumbiara, estão sendo construídas as UHEs Capim Branco I e II. A União fez a concessão da construção e operação do Complexo Energético Capim Branco ao



F.01 - Mapa de localização do empreendimento na região do Triângulo Mineiro

Consórcio Capim Branco Energia, composto pelas seguintes empresas: Companhia Vale do Rio Doce-CVRD; Comercial Agrícola Paineiras Ltda; Companhia Mineira de Metais-CMM; Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) Capim Branco Energia S.A.

1.1. Processo de ocupação da região do Triângulo Mineiro

A ocupação do território do Triângulo Mineiro, antigo Sertão da Farinha Podre, no extremo oeste de Minas Gerais, efetivou-se a partir do início do século XIX. Até então a região servia apenas de passagem para mineradores e tropeiros de São Paulo, em direção às minas de Goiás e Mato Grosso. A ocupação baseou-se na instalação de sesmarias e fazendas, que foram de fundamental importância para garantir a presença de exploradores neste território. A área territorial do Triângulo Mineiro no século XVIII incorporava parte da região do Alto Paranaíba.

A região do Triângulo Mineiro, situada numa área intermediária entre os Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso e parte central de Minas Gerais, estava na rota de bandeirantes paulistas que buscavam no interior do país riquezas minerais como ouro e pedras preciosas, bem como índios para o trabalho escravo. Em 1722 foi aberta a Estrada do Anhanguera, para dar acesso a tais estados.

O sistema de apropriação de terras no Brasil no período colonial se deu de duas maneiras: pela simples posse ou por concessão de sesmarias, feita pelas Capitânicas Hereditárias. Esse sistema foi trazido pelos portugueses em uma tentativa de ocupação das terras para cultivo; no entanto, encontrou como dificuldades a grande quantidade de terras disponíveis e a escassez de colonos interessados em explorá-las, fazendo com que

as concessões fossem muito grandes, excedendo a capacidade do sesmeiro de cultivá-las.

As concessões de terras no Triângulo Mineiro estiveram sob a responsabilidade de três capitânicas em diferentes épocas. Primeiramente, a partir de 1726, pertenceu à Capitania de São Paulo, que concedeu sesmarias até o ano de 1735. Em 1748, o Sertão da Farinha Podre passou a integrar a Capitania de Goiás. A partir de 1816, foi anexado à Capitania de Minas Gerais, que passou a realizar as concessões de terras.

Até o final do século XVIII esse território permaneceu praticamente desconhecido e despovoado, a não ser pela presença de índios e negros. Os primeiros eram representados pelo grupo étnicos dos Caiapós e por tribos semicivilizadas¹, assentadas em aldeias pelo Governo da Capitania de Goiás, em 1755, a quem foram doadas as terras ao longo da antiga Estrada do Anhanguera; os negros instalaram-se na região através de quilombos. O interesse por essas terras ressurgiu a partir do final do século XVIII.

O sistema de doação de terras em sesmarias foi extinto em 1822 pelo governo, mas houve concessões até cerca de 1835. Em 1850, foi promulgada a "Lei das Terras", que determinou como único meio de posse de terras a compra ou troca, impedindo a expansão posseira.

No século XVIII, surgiram na região três núcleos de povoamento com origem no assentamento do colonizador branco: Desemboque (1750), Araxá (1782) e Patrocínio (1793). No século seguinte, os fluxos migratórios que ocorreram pelo interior abriram novas formações urbanas, como Uberaba, Prata, Campo Florido, Ibiá, Araguari e Uberlândia.

¹ Índios catequizados, mas que ainda viviam em sistema tribal.

Nessa região, desde o início de sua ocupação, a produção pecuária foi a alternativa econômica viável, pois a precariedade dos meios de transporte tornou-a relativamente fechada não oferecendo fluidez às relações sociais de produção. Mesmo assim, a formação e o desenvolvimento das sesmarias e fazendas, que iam se espalhando, possibilitou a ocupação do território, afastando os índios e enriquecendo o sertão e urbanizando seu espaço.

A ocupação pelas atividades agro-pastoris normalmente provoca um povoamento ralo, embora espacialmente contínuo, e não ocasiona o surgimento de núcleos urbanos expressivos. As fazendas eram os principais centros de atividades, tanto econômicas como sociais. As vilas e povoados eram pouco habitados, freqüentados pelos fazendeiros apenas esporadicamente, motivados sobretudo por negócios, acontecimentos políticos e festas religiosas. Durante o século XIX, foram muitos os arraiais e povoados que surgiram no território do Sertão da Farinha Podre, mas as fazendas permaneceram como o principal núcleo de atividades socioeconômicas. A ruralização foi a característica primordial da vida nesse sertão.

A urbanização mais intensa se deu no século XX, após a chegada da Estrada de Ferro Mogiana, que propiciou incrementação e dinamização do comércio, trazendo melhorias para as cidades onde estavam suas estações, como Uberaba, Uberlândia e Araguari, que passaram a desempenhar a função de entrepostos comerciais. Segundo Vale (1998):

A estrada de ferro promoveu um intercâmbio mais rápido entre as regiões mais desenvolvidas do país e as zonas interioranas, trazendo novas posturas e idéias, tornando mais fácil e barata a utilização de novos materiais de construção, e,

sobretudo, trouxe imigrante, que, com sua presença influenciou diretamente na alteração dos hábitos sociais. (VALE, 1998, p. 27)

No entanto, essa modernização não afetou os demais núcleos urbanos, que permaneceram por muito tempo com desenvolvimento lento. Somente com a implantação das rodovias e popularização do uso do automóvel esses núcleos tiveram desenvolvimento, devido à transferência do centro de atividades, que passou a ser a cidade e não mais as fazendas, provocando a mudança dos fazendeiros e seus familiares para as cidades.

Atualmente a região do Triângulo Mineiro apresenta um rápido e intenso desenvolvimento econômico devido à expansão industrial, gerada pela criação de um complexo agroindustrial constituído de processador de grãos, carnes, frutas, vegetais e laticínios, e também da biotecnologia. Esta expansão acarretou a ampliação e diversificação do setor terciário, além da difusão e fixação dos agentes financeiros.

1.1.1. A cidade de Araguari

A história de Araguari data dos princípios do século XIX, época em que Antônio de Resende Costa, o "Major do Córrego Fundo", comissário de sesmarias da Região do Triângulo Mineiro, demarcou, entre outras, a sesmaria do Serrote (hoje Fundão) e a da Pedra Preta (hoje Cunhas), início do atual município de Araguari. O Major tomou posse também de um terreno de sobra entre as duas sesmarias, doando-os mais tarde à Igreja, como patrimônio da Freguesia que ali se estabeleceu, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde

do Brejo Alegre ou Ventania. Foi o primeiro passo para a construção do povoado.

A Freguesia do Brejo Alegre foi criada pela Lei Provincial nº. 1847, de 2 de abril de 1840. Com a instalação da Igreja, residências foram surgindo e os habitantes foram se concentrando ao seu redor.

No ano de 1864, houve a transferência da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde da aldeia de Sant'Anna do Rio das Velhas (Indianópolis), sendo ela instalada em uma capela recém construída no Largo da Matriz. A instalação da Paróquia deu à população novo ânimo. A aspiração popular era alcançar a autonomia política e administrativa, por meio da elevação à categoria de vila.

A emancipação veio através da Lei nº 2996, de 19 de outubro de 1882, que criou o município do Brejo Alegre, pertencente à comarca do Rio Bagagem. Para tal, os habitantes deveriam oferecer à província os edifícios necessários para cadeia, casa de câmara e escolas para ambos os sexos.

Para serem cumpridas as determinações, foram gastos quase dois anos; a instalação da Câmara Municipal do Brejo Alegre deu-se oficialmente em 31 de março de 1884 e concretizou a autonomia política da localidade.

Segundo o pesquisador Doutor Calil Porto, o Projeto nº 154, de elevação à categoria de cidade, foi apresentado pelo Deputado Provincial Padre Lafaiette de Godoy, na sessão de 2 de julho de 1888. Em 5 de agosto do mesmo ano o projeto foi aprovado, com emenda acrescentando que o nome da cidade seria Araguari. Esse projeto foi sancionado, posteriormente, pela lei nº. 3591, de 28 de agosto de 1888. Com a emancipação política, logo se procurou estabelecer uma organização territorial urbana, delimitando o perímetro urbano, projetando o traçado da nova urbe e denominando ruas e praças.

Dentre os cargos criados pela Câmara, ainda dentro da proposta de organização territorial urbana, destaca-se o "alinhador", responsável pelo traçado da cidade até o ano de 1895. Após esse período o engenheiro Achiles Widulick, responsável pelo trecho em construção da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, percurso Araguari-São Pedro do Uberabinha (Uberlândia), elaborou a primeira planta projetando a delimitação urbana.

Aos poucos foi se configurando o espaço urbano, delineado gradativamente. A sociedade em formação ficou fisicamente dividida em classes sociais: os abastados ocuparam o perímetro próximo ao Largo da Matriz e adjacências, construindo, ano após ano, palacetes aos moldes da época, com materiais importados da Europa. O setor periférico foi emoldurado pela classe desapropriada do poder político e econômico, nitidamente localizada no lado oposto ao Largo da Matriz, separada fisicamente pelo "Córrego Brejo Alegre" e se reunindo no entorno da Capela Nossa Senhora do Rosário.

A delimitação dos espaços da cidade através do planejamento de Widulick e das posteriores intervenções administrativas foram modificando a maneira de a população vivenciar o urbano. Caracterizaram-se, aos poucos, os limites entre a vida pública e a privada, sendo as "praças" o principal palco público da comunidade.

Em 1890, o Governo Provisório Republicano estabeleceu um plano de viação férrea para diversos estados do Brasil. Nesse plano houve um trecho que, de início, denominou-se "Linha do Paranaíba", que partindo de Uberaba ia até a cidade de Catalão, no estado de Goiás. O empreiteiro Joaquim Santiago foi contratado então para construir as quatro seções em que se dividira a Linha do Paranaíba, ou seja, duas seções de Uberaba a

São Pedro do Uberabinha, a terceira desta cidade até Araguari e a quarta até Catalão.

Na terceira seção foram construídas duas estações: uma em terreno doado pela Câmara Municipal, cuja inauguração se deu em 15 de novembro de 1896, e a outra a estação "Engenheiro Stevenson", ambas no município de Araguari.

Devido à posição territorial estratégica, compondo limites com o estado de Goiás e estando próximo ao estado de São Paulo, o município reuniu condições para servir de base às companhias férreas. Os trabalhos da Cia. Mogiana implementaram o desenvolvimento local, configurando um novo quadro econômico. O acesso facilitado à cidade estimulou a radicação de migrantes e imigrantes, e a maior facilidade de transporte propiciou o incremento do comércio local. A linha férrea tinha ponto terminal em Araguari e inicial em Campinas - SP.

Com seus inúmeros vagões, as "marias-fumaça" promoviam o escoamento da produção de cereais da cidade e região, bem como traziam mercadorias manufaturadas para serem comercializadas.

Foram oito décadas de efetivo trabalho na cidade, até os anos de 1970, quando a Cia. Mogiana desligou-se de Araguari e seu patrimônio foi incorporado à FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.

O funcionamento da Cia. Mogiana inspirou a abertura de caminhos pelos trilhos ao Estado de Goiás. Foi a Estrada de Ferro Alto Tocantins, posteriormente denominada Estrada de Ferro Goiás, que instalou sua sede em Araguari e estabeleceu o entroncamento que ligaria Araguari a Goiás, pela Estrada de Ferro de Goiás; o de São Paulo continuava sendo por meio da Cia. Mogiana; ambas atingiam o objetivo de dinamizar o comércio do interior do país às cidades portuárias de Santos - SP e Rio

de Janeiro - RJ.

O majestoso prédio da estação de passageiros da Estrada de Ferro Goiás foi inaugurado em 2 de dezembro de 1928. Além da estação foram implantadas as oficinas para reparos, escritórios, almoxarifado, depósitos, serrarias, hospital, escola profissional e vila habitacional construída para os funcionários; o que trouxe um grande desenvolvimento para a cidade.

Na Rua do Comércio (atual Rua Dr. Afrânio) e Rua Rui Barbosa concentravam-se grande parte dos estabelecimentos comerciais existentes. Na Rua da Estação (hoje, Rua Marciano Santos), devido à proximidade das linhas férreas, estavam instalados inúmeros estabelecimentos, como máquinas de beneficiar arroz, armazéns, pensões, etc.

No ano de 1954, a matriz da companhia foi transferida para a cidade de Goiânia, ficando Araguari com a 2ª divisão, medida que contribuiu para uma progressiva estagnação da economia local.

Na década de 1960, devido à intensificação do transporte rodoviário, o movimento das linhas férreas entrou em decadência. Em 27 de março de 1973 foi inaugurado o terminal ferroviário, situado à Avenida Belchior de Godoy, destinado ao transporte de passageiros e cargas. Todo o tráfego da antiga "Estação da Goiás" foi transferido.

O desenvolvimento do município, com a implantação das ferrovias, foi sentido em vários setores da sociedade local; a geração de novos negócios propiciou a implantação de indústrias, o crescimento do comércio, a instalação da energia elétrica e telefonia, a construção de núcleos escolares e de saúde, a implementação do lazer e promoção da infra-estrutura urbana, bem como a divulgação do município por meio de uma imprensa atuante.

A instalação da primeira companhia telefônica aconteceu em 1908 e a efetivação da energia e luz elétrica ocorreu em 1910. A chegada da eletricidade trouxe novas possibilidades de negócios e de entretenimento; começaram a surgir vários bares, confeitarias, cinemas, clubes, etc.

As primeiras tentativas de fornecer benefícios nos setores de saúde e educação partiram da iniciativa popular. Apenas em 1918 foi instalado o primeiro hospital, a Santa Casa de Misericórdia. Durante os anos que se seguiram outros hospitais e clínicas foram edificadas. No entanto, medidas de infra-estrutura sanitária, serviço de água e esgoto foram implantadas apenas a partir de 1946.

Araguari não possuía, até o início do século XX, escola pública. O ensino ficava a cargo de professores, na maioria sem formação oficial, que ministravam aulas em domicílio ou adaptavam suas casas, formando pequenas turmas de alunos.

Porém, com o crescente aumento populacional, ocorrido principalmente devido à implantação das ferrovias, tornou-se necessária a instalação de escolas que suprissem à demanda. Em 17 de novembro de 1908, o Decreto Estadual nº 2297 criou o "Grupo Escolar de Araguay" que, em 1928, estabeleceu-se na Avenida Tiradentes, em prédio próprio, e passou a denominar-se Grupo Escolar Raul Soares. O perfil educacional da cidade foi ampliado com as instituições particulares de ensino, moldadas na formação religiosa: O Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Regina Pacis.

Em 1964, instalou-se no município o II Batalhão Ferroviário, Batalhão Mauá. O Batalhão é uma organização militar da arma de Engenharia do Exército Brasileiro, e no decorrer dos anos ampliou seus serviços no campo de construções de pontes, viadutos, túneis e

outros. Sua implantação reaqueceu a economia local, com a vinda de diversas famílias.

Ao mesmo tempo, pequenos povoados foram se formando na zona rural da cidade, como, por exemplo, a Comunidade do Salto, que teve sua formação marcada pela construção de uma Capela, na década de 1940, em honra a São Sebastião, tornando-se o elemento centralizador desta comunidade, que se reúne para realização de terços e festas religiosas periodicamente, mantendo os costumes e as tradições locais.

Percebe-se assim que o município, ao longo de sua história, dependeu desses mecanismos que propiciaram seu desenvolvimento. No entanto, a economia, que permaneceu estagnada desde as últimas décadas do século XX, encontra-se hoje principalmente calcada na produção de café para consumo tanto nacional quanto internacional, um novo propulsor para dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento.

1.1.2. A cidade de Uberlândia

Entre os primeiros colonizadores do Sertão da Farinha Podre destaca-se João Pereira da Rocha que, atraído pela possibilidade de ocupar áreas imensas e férteis, chegou ao local onde se situa hoje o município de Uberlândia. Em 29 de junho de 1818 atingiu as margens de um ribeirão denominado Ribeirão São Pedro, local onde hoje passa a Avenida Rondon Pacheco. Mais tarde, em 1821, João Pereira da Rocha recebeu sua carta de sesmeiro, medindo a Sesmaria a ele concedida três léguas de comprimento por uma légua de largura, entre os rios Uberabinha e Araguari. Com esta aquisição e a incorporação de terras devolutas fundou a Fazenda São Francisco,

marco inicial da região. João Pereira da Rocha faleceu em 1845, deixando numerosa descendência. As terras da sesmaria, ao longo do tempo, subdividiram-se em diversas fazendas, que passaram de geração para geração, algumas delas ainda pertencendo aos seus descendentes: Estiva, Letreiro, Pombo, Veadinho, Saudade, Campestre, Desengano, Barra Grande, Alagoa, Boa Vista, Soledade, e outras que foram se dividindo em sítios, adquirindo novos nomes.

No ano de 1832, chega também à região a família Carrejo, procedente de Campo Belo, Minas Gerais. Aqui chegando, tomou posse de terras devolutas e adquiriu outras por compras a proprietários confrontantes, formando uma grande gleba que foi dividida entre os irmãos Luiz, Francisco, Antônio e Felisberto Alves Carrejo. Essa família favoreceu o desenvolvimento de uma comunidade ao seu redor, hoje conhecida como Comunidade da Tenda do Moreno.

Logo depois, oriundas de outras regiões, aqui aportaram as famílias Peixoto, Moraes, Barbosa, Rodrigues, Gomes, Martins, Ferreira e Carvalho, passando a residir na vizinhança.

Para atender às necessidades mais prementes da população, surgem as primeiras oficinas: o engenho de cana, as rocas das fiandeiras, o tear e a tenda do ferreiro Joaquim Martins, herdada do pai Felisberto Carrejo, onde trabalhava produzindo ferramentas para uso agrícola, ferragens para carros-de-boi e instrumentos para emprego no trabalho doméstico.

Em 1835, com a chegada de novos contingentes de colonizadores, crescia de forma rápida o número de crianças em idade escolar. Felisberto Alves Carrejo, para dar solução ao problema, fundou a primeira escola para alfabetizar os menores, escrevendo ele

mesmo as lições e os exercícios para o ensino da leitura e da escrita. Acredita-se que a instalação da escola e seu contínuo funcionamento foi a mais importante e decisiva contribuição para o nascimento da cidade.

Pretendendo fundar um povoado, Felisberto mudou-se, em 1846, para a Fazenda do Salto, onde havia adquirido dez alqueires de terreno, na margem direita do Rio Uberabinha, nas confluências do Ribeirão São Pedro e Córrego Cajubá, ali construindo sua residência. Esse terreno, mais tarde, ficou conhecido como o "Pasto da Santa", hoje bairro Tabajaras.

Para dar origem ao povoado, conforme havia idealizado, Felisberto então projetou a construção de uma capela curada. O local escolhido, onde hoje funciona a Biblioteca Municipal, na Praça Cícero Macedo, era um vasto "capão" de mato, mas não tinha água. Para sanar o problema, Felisberto construiu um rego d'água que saía do Ribeirão São Pedro, próximo de onde hoje está instalado o Campus da Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia; o curso de água acompanhava o declive do terreno, passando pela atual Avenida Rio Branco, Rua Barão de Camargos, Rua Marechal Deodoro, até a Praça Cícero Macedo. Resolvido o problema e com a devida autorização do bispado de Goiás, inicia-se a construção da capela, em 1846. Sete anos depois estava concluída sua edificação que daria origem ao Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de Uberabinha. Em 1861 foi reconstruída, passando a denominar-se Igreja Matriz de N. Senhora do Carmo.

Devido ao desenvolvimento do arraial, formou-se um núcleo de habitação denominado Fundinho e, em 1851, uma fazendeira local, Francisca Alves Rabelo, vendeu uma extensão de 100 alqueires de terra ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Carmo e São

Sebastião da Barra. A partir dessa transação de terras configurou-se então uma área pública onde, sob a proteção da Igreja e por concessão, foi-se formando o povoado que era então uma extensão de campo. Nas circunvizinhanças da Igreja deu-se o início de construções de habitações destinadas a residência e comércio.

Com o crescimento demográfico, as lideranças políticas pleitearam a emancipação do povoado de São Pedro de Uberabinha do Termo de Uberaba, que foi concretizada através da Lei nº. 4643 de 31 de agosto de 1888.

A Vila de São Pedro de Uberabinha foi elevada à categoria de Cidade pela Lei nº. 23 de 24 de Maio de 1892, instalando-se a primeira Câmara Municipal e sendo o Agente Executivo, que corresponde hoje ao cargo de Prefeito, o Sr. Augusto César Ferreira e Souza.

O processo de urbanização se acelerou graças à atuação de alguns personagens idealistas. A construção da estrada de ferro foi de vital importância para o progresso da cidade tendo como idealizador o Coronel José Teófilo Carneiro. Como o projeto era arrojado, o Cel. Carneiro não mediu esforços para fazer com que a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro passasse a operar em Uberabinha. Ao descobrir que esta não fazia parte do roteiro originalmente traçado pela Cia, idealizou um novo trajeto, incluindo nele a cidade. Em 21 de dezembro de 1895, foi inaugurada a Estação Ferroviária da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, localizada no encontro das atuais Avenidas João Pinheiro e João Pessoa que, junto aos telégrafos, fez a ligação de Uberabinha com outras cidades mais desenvolvidas, inserindo-a no cenário nacional.

O crescimento de Uberabinha obrigou o desenvolvimento do parque ferroviário, com a construção de novas estações de embarque de passageiros e mercadorias. A primeira modificação se deu em 1941, sendo construída a nova estação onde hoje está o viaduto da

Avenida João Naves de Ávila, sobre a Avenida Afonso Pena.

Dessa forma, a estrada de ferro influenciou o crescimento da cidade para o norte, sendo responsável pela urbanização do que hoje é o centro de Uberlândia e na época era apenas a "cidade nova". Em pouco tempo a estrada passou a ser a barreira de seu desenvolvimento urbanístico.

Nos caminhos do progresso a cidade se beneficiava com melhoramentos que foram condicionantes da urbanização. Em 1894, se deu a construção do primeiro matadouro e, em 1897, era editado o primeiro jornal da cidade, "A Reforma". Em 1909, foi inaugurado o serviço de fornecimento de energia elétrica, construída a Ponte Afonso Pena, ligando Uberabinha a Goiás, inaugurada a primeira sala de exibição, o Cinema São Pedro, e construída a Praça da Liberdade, no local do antigo cemitério onde, mais tarde, edificou-se o Paço Municipal.

Em 1909 é implantado na cidade o primeiro plano urbanístico, elaborado pelo engenheiro Mellor Ferreira Amado. A partir deste, foram abertas seis novas avenidas - Afonso Pena, Floriano Peixoto, João Pinheiro, Cipriano Del Fáveto, Cesário Alvim e Rio Branco - que começavam na Praça da Liberdade e levavam até a atual Praça Sérgio Pacheco, local da estação. O traçado reto e a padronização de quarteirões em malha xadrez vinha ao encontro das aspirações dos políticos locais, que queriam ter representado, no espaço urbano, a modernização apresentada pela cidade.

A partir da instalação da usina geradora de energia elétrica, várias fábricas se instalaram: marmorarias, ladrilhos, bebidas, artefatos de couro, tecelagens, dentre outras, as quais deram início ao desenvolvimento industrial da cidade. Em 1912, graças à atuação de Fernando Vilela, Uberabinha consolidou sua inserção na economia nacional com a

instalação da Companhia Mineira Intermunicipal de Auto-Viação, estabelecendo as bases de comunicação necessárias para efetivar o desenvolvimento econômico da cidade. A inauguração de novos e diversificados empreendimentos deu continuidade ao processo de urbanização.

Em 1929, através de um plebiscito, Uberabinha passou a chamar-se Uberlândia, nome sugerido por João de Deus Faria.

A cidade cresceu até as portas da Mogiana e ultrapassou seus limites, continuando a crescer para o norte, fazendo-se necessária a mudança da estação. Foi inaugurada, em 1970, uma nova estação, nas proximidades do Aeroporto de Uberlândia, trevo da rodovia BR/050, que se dirige a Brasília. No ano seguinte, deixou de ser Mogiana para ser FEPASA (Ferrovia Paulista S/A).

Uberlândia hoje (2005) é uma cidade pólo, exercendo influência sobre as cidades vizinhas, sendo a cidade de maior destaque na região. O município é formado por quatro distritos, além da sede, que são: Tapuirama, Miraporanga, Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos. As sedes distritais destes dois últimos, localizados na área de influência do Aproveitamento Hidrelétrico de Capim Branco II, tiveram seu processo de ocupação e desenvolvimento concomitante ao da cidade de Uberlândia, não apresentando, no entanto, um mesmo ritmo de crescimento.

O Distrito de Martinésia localiza-se ao norte de Uberlândia, sendo acessado pela Rodovia Municipal Neusa Rezende. A formação de Martinópolis, hoje Martinésia, teve início com o levantamento de um cruzeiro em homenagem a São João Batista. Segundo Dona Margarida Alves Borges, moradora do local, uma senhora de nome Izabel estava com o filho, Joaquim Mariano da Silva, muito adoentado, e para receber sua cura como bênção, fez a promessa

de erguer um cruzeiro ao referido santo, que foi colocado no alto da colina.

Esse ato individualizado promoveu a religiosidade ao redor do cruzeiro, o que acarretou a construção de uma capela, dedicada ao mesmo santo, em suas proximidades. Neste local a comunidade passou a realizar festas que atraíam muitas pessoas da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A primeira capela foi edificada com madeira e cobertura vegetal. Anos mais tarde, esta foi substituída por outra de adobe e, posteriormente, uma terceira foi erguida, no mesmo local, em alvenaria. O terreno onde se ergueu a capela pertencia a Hipólito Martins, patriarca da família de maior prestígio do povoado. Para homenageá-lo, o grupo social escolheu o nome de Martinópolis.

No ano de 1917 teve início a formação do patrimônio de São João da Boa Vista, a partir de uma sociedade feita pelos moradores mais influentes do povoado, em favor de seu progresso, que era composta pelos senhores: Emerenciano Candido Silva ("Capitãozinho"), Germano Ribeiro da Silva, João Paniágua Nunes, Eclotério Batista Pacheco, Américo Severiano do Nascimento, Aniceto Antônio da Silva, João Antônio de Faria, Marcelino Antônio de Faria e Francisco Antônio Fernandez. O terreno foi comprado e doado ao patrimônio do Santo. A demarcação da área foi feita no dia 30 de junho de 1918, pelo engenheiro João da Costa Carvalho e limitava-se ao norte, noroeste e oeste com posses de Gabriel Martins da Silva e Manoel Martins Ribeiro.

A década de 1920 foi de grande expressividade para a história do distrito, uma vez que esta foi a década de maior prosperidade, com avançado desenvolvimento de seu núcleo urbano e das atividades econômicas como comércio e serviços, que

atendiam à população da zona urbana e rural. Também foi marcante a atuação política de seus moradores, que muito fizeram para o crescimento de seu povoado, buscando a sua elevação à categoria de Distrito de Paz, além da edificação de obras como uma ponte de madeira sobre o Rio Uberabinha em direção à Abadia do Bom Sucesso, atual Tupaciguara, e da escola Cristiano Machado, ambas em 1920.

Em 27 de setembro de 1926 foi criado e instalado o distrito de Martinópolis, pertencente ao município de Uberlândia, pela Lei nº 635. A mudança de seu nome para Martinésia ocorreu em 1943, através do decreto Lei nº 1058 de 31 de dezembro do mesmo ano. Este novo nome não deixou de reverenciar a família Martins.

Atualmente, o distrito conta com 363 habitantes, sendo 200 homens e 163 mulheres (Banco de Dados Integrados de Uberlândia, 2004). Está servido por infra-estrutura básica, como água encanada, rede de esgoto, estação de tratamento de esgoto, iluminação pública, posto de saúde, escola de ensino fundamental, creche, agência de Correios, ginásio poliesportivo. Quanto à economia, Martinésia encontra-se dependente de Uberlândia, uma vez que os produtos necessários para a reprodução social de seus habitantes são diretamente adquiridos na sede do município. Há, no local, apenas dois estabelecimentos comerciais que fornecem alguns produtos básicos como óleo, arroz, além de bebidas e armarinho.

Nas proximidades de Martinésia encontra-se o distrito de Cruzeiro dos Peixotos, que é acessado pela mesma rodovia municipal. Sua formação está relacionada ao gesto da família dos Peixotos de erguer um cruzeiro no alto da colina, por volta de 1905, nas terras de José Camim, o que propiciou a reunião de moradores e fazendeiros da região para a reza de terços e arrecadação de fundos para a

construção de uma capela em suas proximidades. Posteriormente foi erguida a Igreja, em devoção a Santo Antônio.

Na década seguinte já se observa a instalação de armazéns de secos e molhados, e o crescimento do número de habitantes. Em 1915, José Camim faz uma doação de 10 hectares para a construção de uma escola rural. No entanto, foi na década de 1930 que o distrito teve maior desenvolvimento, apresentando novas atividades econômicas, como a produção de doces, queijos, leite, beneficiamento de arroz e açougue.

Em dezembro de 1943 foi criado o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos, através do Decreto-Lei nº 1058, sendo seu reconhecimento solene realizado em 15 de janeiro de 1944. O nome do distrito foi uma homenagem à família dos Peixotos, que possuía grande prestígio no povoado.

O distrito possui 430 habitantes, sendo 237 homens e 193 mulheres (Banco de Dados Integrados de Uberlândia, 2004). Está servido de infra-estrutura básica, como água encanada, rede de esgoto, estação de tratamento de esgoto, iluminação pública, posto de saúde, escola de ensino fundamental, creche, agência de Correios, ginásio poliesportivo. Quanto à economia encontra-se dependente de Uberlândia, uma vez que os produtos necessários para a reprodução social de seus habitantes são diretamente adquiridos na sede do município. Há, no local, poucos estabelecimentos comerciais que fornecem alguns produtos básicos como óleo, arroz, além de bebidas e armarinho.

Nesse contexto de ocupação da área em estudo foram selecionados bens materiais e imateriais que integram e revelam o processo histórico deste local. O patrimônio edificado documentado será o tema do próximo capítulo, que contará com seu histórico e descrição.

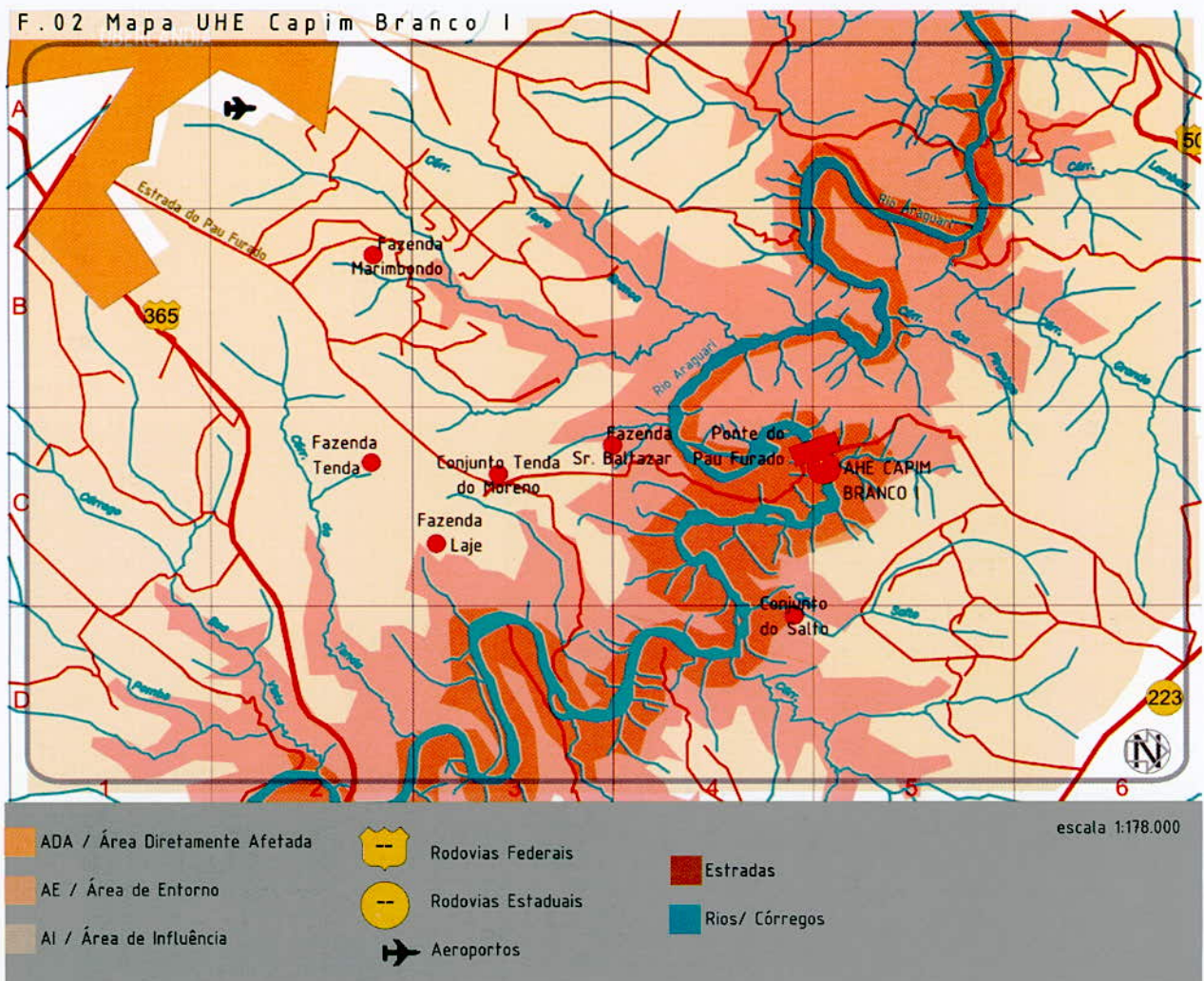
[CAPÍTULO 2]

Patrimônio Edificado: história e características arquitetônicas

Kelen Borges Alves
Ana Paula Maciel Peixoto
Flávia Alves Falcão
Helga Canedo Tavares
Rogério Borges Marques

Cada povo apresenta características particulares de construir e organizar o espaço ao seu redor, apropriando-se das técnicas existentes e adaptando-as às condições e materiais disponíveis em seu meio. Ao longo do tempo as técnicas se modificam, a disponibilidade de materiais se altera e a forma de apropriar-se desses elementos também se transforma. Desse modo, através das construções de suas moradias e demais edifícios os quais agregam as funções essenciais da convivência em sociedade, ficam registrados na arquitetura local todas essas características. A modernização que acompanha as sociedades, como tendência, tem provocado a perda desses bens e de sua

ambiência, por serem substituídos por outros mais condizentes com técnicas, modos de morar e estéticas contemporâneas. No entanto, os imóveis que permanecem na paisagem, adquirem significados profundos por possuírem a força de revelar a história do processo construtivo, dos modos de morar e de apropriar-se do espaço, característicos daquele lugar onde se insere. Dessa forma, passam a constituir-se em bens culturais, formando parte do patrimônio cultural comunitário, e, às vezes, tendo significados para uma população maior, expandindo sua abrangência para além do local. O patrimônio edificado, portanto, orienta a população para a qual representa significados simbólicos, revelando sua história e sendo



depositário da identidade do grupo social.

Especificamente na área em estudo, os bens selecionados possuem abrangência local, revelando a história de seu processo de ocupação, que se inicia a partir do desenvolvimento da produção rural, principalmente a pecuária extensiva, e também da forte presença da religiosidade, responsável pelo início da formação de muitas comunidades. Com o passar dos anos a região do Triângulo Mineiro cresceu, beneficiada pela sua posição estratégica e pela influência que seus políticos exerciam. Esse processo de ocupação ficou registrado em seu patrimônio edificado, sendo os bens selecionados para documentação, nos municípios de Araguari e Uberlândia, nas áreas de influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II, uma amostra representativa dessa história. Portanto, este capítulo traz a documentação histórica e características construtivas desses imóveis, sendo que se buscou seguir uma seqüência cronológica de construção, começando pelos bens de Araguari e posteriormente de Uberlândia.

2.1. Patrimônio Edificado na área de influência da UHE Capim Branco I

influência da UHE Capim Branco I, cujo reservatório se estende desde a Barragem de Miranda, no município de Indianópolis, até a Ponte do Pau Furado, estão localizados nas comunidades do Salto e da Tenda do Moreno, além da referida Ponte.

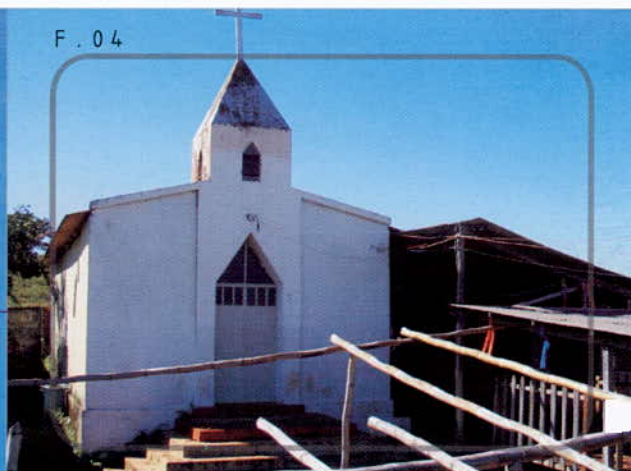
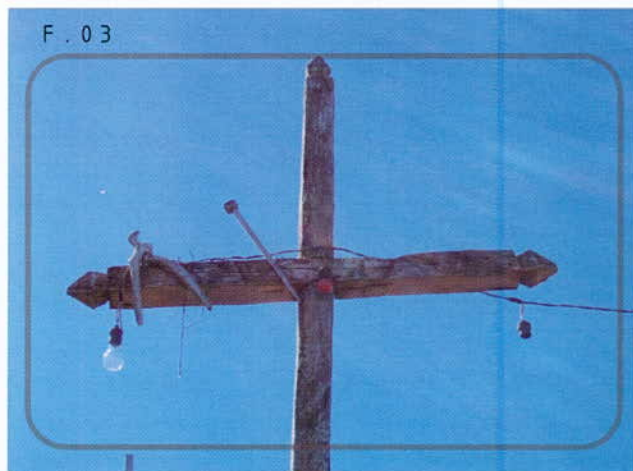
O conjunto da Capela do Salto situa-se na área rural do município de Araguari, no vale do Rio Araguari, em uma região próxima à Ponte do Pau Furado. É composto pela **capela**, um **cruzeiro** e um salão de festas. A história oficial deste conjunto não foi identificada, mas tudo indica que seu surgimento se deu a partir da instalação de um cruzeiro naquela localidade.

As datas de instalação e de possíveis substituições do referido cruzeiro não são conhecidas. No entanto pode-se inferir que sua história não é diferente das demais comunidades, cuja formação se deu em função da presença do cruzeiro instalado no ponto mais alto da região².

Com o passar do tempo a população se organizava, arrecadando fundos para a construção de uma capela, para ter um local para exercer a religiosidade. Assim se formaram várias comunidades como a do Fundão e Salto, em Araguari, e os distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tenda do Moreno, em Uberlândia.

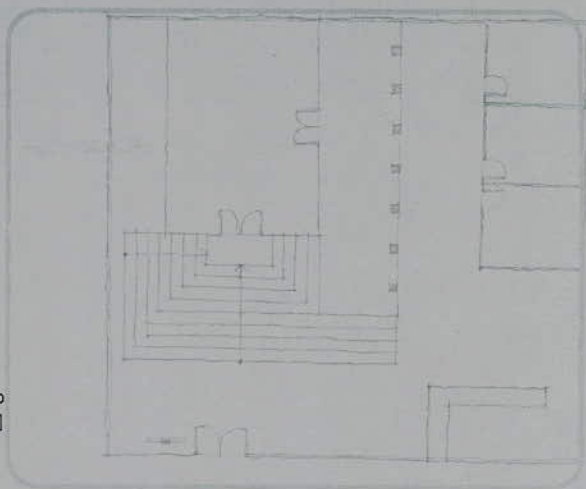
Os bens documentados na área de

² O significado deste símbolo cristão será detalhado no capítulo 4.



F.03 - Cruzeiro Conjunto do Salto
F.04 - Capela Conjunto do Salto

F.05 - Implantação Conjunto do Salto
[Sem Escala]



Através dos registros do Livro de Tombo da Paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde, em Araguari, não foram encontradas informações referentes à construção da Capela do Salto, mas verificou-se que as festas começaram a ocorrer nesta comunidade em fins da década de 1940.

No ano de 1966, com a fundação da Paróquia São José Operário, a Capela do Salto deixa de ser vinculada à Paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde e passa à jurisdição daquela paróquia, que coordenou, em meados da década de 1990, uma reforma na capela. No ano de 2002, com a fundação da Paróquia Nossa Senhora da Penha, a Capela do Salto passa novamente à jurisdição desta nova paróquia.

O cruzeiro, instalado à frente da Capela do Salto, é confeccionado em madeira maciça, sendo constituído por uma peça vertical única, de seção quadrada, e uma peça horizontal com as mesmas características. As peças se unem uma à outra mediante um encaixe a meia madeira com reforço em parafuso metálico e possuem suas extremidades entalhadas, dando o arremate.

O estilo é de uma "Cruz dos Martírios", trazendo na peça horizontal os instrumentos do suplício de Cristo. Embora alguns destes elementos simbólicos tenham sido perdidos, ainda restam uma torquês e um caniço

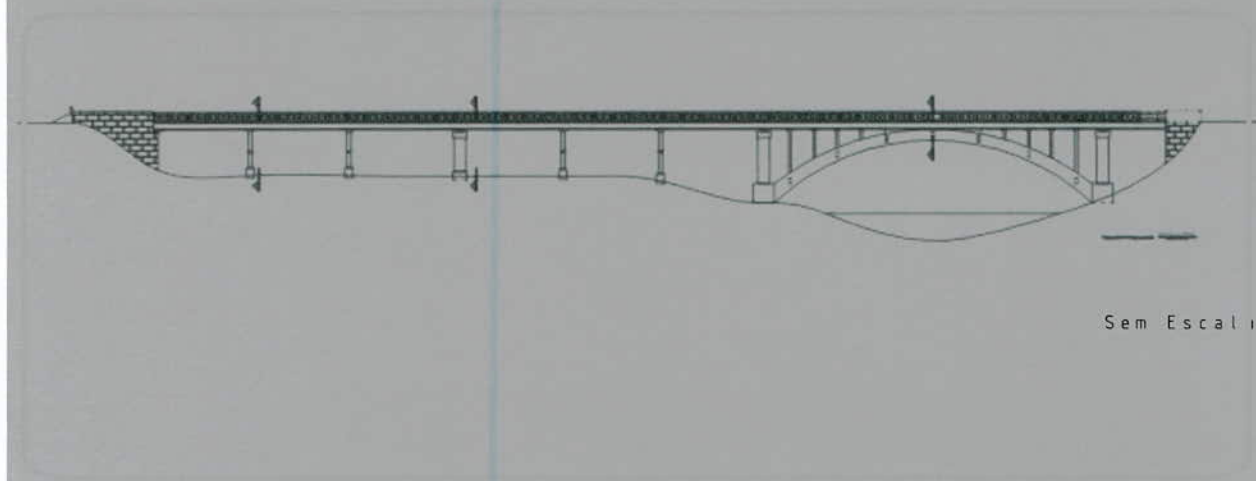
confeccionados em madeira e colocados na porção esquerda da haste horizontal.

A capela do Salto está implantada na propriedade do Sr. Manoel de Ávila, em um ponto mais alto no terreno, juntamente com o salão de festas e o cruzeiro, conjunto este que é delimitado por um muro de placas de concreto. Possui partido retangular, com acessos pela fachada frontal, onde o desnível do terreno demandou a criação de uma escadaria em tijolos revestidos com cimento queimado, e um acesso lateral, que se comunica com o salão de festas.

A capela, que foi construída em alvenaria autoportante, possui as fachadas livres de ornamentos, destacando-se, na fachada frontal, uma pequena torre centralizada com aberturas nas quatro faces e coroamento em formato piramidal, abrigando o sino e uma cruz em sua extremidade superior.

A cobertura em duas águas é estruturada em tesouras de madeira e telhas de fibrocimento, não apresentando forro. As esquadrias são de metal com vedação em vidro e as portas possuem bandeira triangular com vidro fixo, elemento que se repete nas janelas da fachada lateral esquerda.

O salão de festas, que se encontra na lateral direita da igreja, caracteriza-se por uma cobertura estruturada em madeira com telhas de fibrocimento e conta com estruturas de



apoio, como banheiros e bar. Sua data de construção não foi identificada.

O limite entre os municípios de Araguari e Uberlândia é estabelecido pelo Rio Araguari. Em fins do século XIX e início do XX, este rio era atravessado por barcos particulares, que ligavam os dois municípios; por este motivo havia vários portos, sendo os de maior destaque: Pau Furado, Fundão e da Lona³. Com o passar do tempo os portos foram sendo substituídos por pontes, como aconteceu com o Porto do Pau Furado, que deixou de existir em virtude da construção da Ponte Cesário Alvim, na década de 1920. A nova ponte não foi construída exatamente no mesmo local do porto; no entanto, devido à proximidade, ficou popularmente conhecida como **Ponte do Pau Furado**.

³ A respeito do topônimo Porto do Lona foram identificadas algumas especificidades que serão abordadas no capítulo 3.

Para a construção da Ponte a matéria-prima chegava em carros-de-boi, provenientes de Uberlândia, de acordo com informações de José Martins, que participou desse processo ainda criança, ajudando o pai a transportar cimento até o canteiro de obras. Ainda segundo o Sr. José, o empreiteiro da obra foi Cícero Alvim.

A Ponte Cesário Alvim passou a ser a principal ligação entre os dois municípios, tráfegando por ela um elevado número de veículos. Havia uma empresa da década de 1930 que fazia o transporte de passageiros e de pequenas cargas em jardineiras, de propriedade de Leoni Valente.

A estrada do Pau Furado e a Ponte Cesário Alvim permaneceram por muitos anos como principal acesso de uma cidade a outra, até a construção da rodovia BR 050, na década de 1950, que transferiu todo o tráfego da antiga rota na estrada de terra para a pista asfaltada.



F.07 e 08 - Vistas Ponte Pau Furado

Dessa forma, a antiga rota passou a atender aos produtores rurais próximos à região.

Ao longo de sua existência, várias histórias foram contadas envolvendo a Ponte do Pau Furado. Sua altura, distanciamento de núcleos urbanos e as correntezas do rio, favoreceram crimes e suicídios. Entre os vários relatos, há muitos boatos e lendas.

Uma das histórias que alcançou grande repercussão ficou nacionalmente conhecida como "O caso dos Irmãos Naves" e teve início no final do ano de 1937, quando Benedito Pereira Caetano, Sebastião José Naves e Joaquim Naves Rosa receberam uma grande quantia em dinheiro pela venda de cereais.

Benedito retirou o dinheiro do banco e, estranhamente, desapareceu na madrugada de 29 de novembro daquele ano. Os irmãos Joaquim e Sebastião saíram à procura do desaparecido e não o encontraram, sendo instaurado um inquérito policial. O delegado, vendo-se na obrigação de encontrar uma solução para o caso, passou a alimentar a idéia de serem os irmãos Naves culpados pelo desaparecimento. Os irmãos e seus familiares próximos foram então, vítimas de uma série de sessões de torturas, surras, humilhações e ameaças.

O delegado forjou, então, uma história que os colocava como responsáveis pelo suposto crime. Nesta farsa eles teriam, naquela madrugada, embarcado em um caminhão rumo a Uberlândia parando, portanto, na Ponte do Pau Furado, onde teriam dominado Benedito e o matado, escondendo o dinheiro nas imediações.

A história se desenrolou até 1946, quando os irmãos ganharam liberdade condicional. Seis anos mais tarde, a suposta vítima reaparece contrariando a versão dada aos fatos até então. Segundo seu depoimento, naquela noite de 1937 havia sido assaltado,

perdendo todo o dinheiro. Sem saber como reagir preferiu fugir, embarcando em um trem com destino a Goiás.

A Ponte do Pau Furado é composta por três seções: dois viadutos de acesso, um à direita e o outro à esquerda, sendo o da esquerda, em vista a montante do rio, mais extenso; e a ponte propriamente dita, apoiada sobre os arcos que centralizam o leito do rio Araguari. O conjunto possui um total de 112,5m de extensão e a pista de rolamento apresenta 3,95m de largura.

Toda a estrutura é feita em concreto armado, apresentando como componentes de sua estrutura sete pilares, que se caracterizam em dois modelos. O primeiro deles, o pilar-parede de seção arredondada, está distribuído em três pontos ao longo da extensão da ponte. O outro tipo compõe-se de cinco pilares retangulares e duas vigas de travamento, uma no meio e outra na porção superior, que os une. Ambos os pilares apresentam o topo chanfrado apoiando as cinco vigas de seção retangular, que sustentam a laje dos viadutos, no sentido longitudinal. Os arcos possuem na porção superior oito pilaretes, que se distribuem uniformemente em alturas decrescentes no sentido das bases à sua parte mais alta. Seu sistema de travamento é feito por vigas; nos pilaretes ocorre apenas nos maiores; já nos arcos se dá por cinco vigas, que os une. A sustentação da laje da ponte, ao contrário do que acontece nos viadutos, é feita no sentido transversal, sendo as vigas apoiadas nos pilaretes.

Ao longo de todo o conjunto existem três lajes que são percebidas pela presença de juntas de dilatação que acontecem sobre os pilares-parede. O capeamento em concreto apresenta nas juntas de dilatação um arremate em chapa metálica.

O escoamento da água pluvial é feito por

orifícios retangulares de 10x8cm, dispostos ao longo de toda a pista de rolamento, em ambos os lados, sem apresentar uma distribuição modulada, tendo uma distância média de 1,5m.

O guarda-corpo em concreto possui desenho com elementos vazados em forma de hexágono e apoios laterais em cantaria. Já na porção central da ponte, em ambos os lados, encontrou-se módulos de concreto maciço em alto relevo, onde havia placas de identificação da ponte. Este elemento quebra a continuidade da modulação do guarda-corpo.

Em cada extremidade do conjunto, os acessos aos viadutos são protegidos por guarda-corpos maciços em concreto armado, tendo suas dimensões majoradas em relação ao restante. O apoio destes acessos é feito por um alicerce em pedras basálticas. A armação de toda a estrutura do conjunto em concreto armado se dá com ferragens lisas, inclusive no guarda-corpo.

A estrutura da Ponte foi desmontada em março de 2005, em decorrência das obras da UHE Capim Branco I.

Seguindo a rota da estrada do Pau Furado, desde o rio Araguari em sentido à cidade de Uberlândia, acessa-se a região da Tenda do Moreno, onde se concentram várias propriedades rurais, entre as quais as fazendas Tenda, Laje e Marimbondo. A história da fundação destas fazendas confunde-se com a

própria história de fundação da cidade de Uberlândia. No ano de 1827, vieram para a região da “Farinha Podre” quatro irmãos, fundadores da “Sesmaria dos Carrejos”, Luiz, Antônio, Felisberto e Francisco Alves Carrejo. O quarteto, após essa data, tomou posse de terras devolutas e adquiriu outras, por compras de proprietários confrontantes, formando uma grande gleba, que se dividiu depois nas seguintes fazendas: Olhos d'água, Laje, Marimbondo e Tenda.

A Felisberto Alves Carrejo coube a propriedade da **Fazenda Tenda** que percorreu as mãos de gerações de Carrejos, passando por Joaquim Martins, filho de Felisberto e Luiza Alves Martins, fundador da Tenda do Ferreiro, oficina pioneira, onde eram produzidos os principais instrumentos para o trabalho agrícola, importante para o desenvolvimento do local e para a denominação da fazenda.

Não se tem informações dos proprietários seguintes, sabe-se que os atuais proprietários, Orivaldo Antônio Ferreira e seus irmãos, também descendentes de Felisberto Alves Carrejo e pertencentes à quarta geração, adquiriram a fazenda em 1968, da família Costa e Azevedo. A sede original encontrava-se onde hoje (2005) se situa uma plantação de milho, sendo que a sede atual possui cerca de 60 anos e permanece com suas características originais, salvo algumas reformas para a adição de



F. 09 e 10 - Vistas Fazenda Tenda

instalações sanitárias e troca de esquadrias.

Esta se constitui de uma edificação única destinada ao uso residencial, possuindo uma planta retangular, que abriga 10 cômodos, sendo, quatro quartos, três salas, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviços alpendrada. O acesso principal, que se dava pela fachada frontal, atualmente se dá pela varanda, na lateral direita da edificação.

Podem ser observadas características da arquitetura tradicional, presentes tanto na planta quanto nas fachadas. Os cômodos são distribuídos de forma a um acessar o outro, sem a presença de corredores de circulação, e as fachadas não possuem ornamentação, mas são marcadas pela disposição harmônica de suas aberturas.

Quanto às técnicas construtivas, o edifício possui estrutura autônoma de tijolo maciço, revestido com argamassa de saibro pintada. A estrutura da cobertura é de madeiramento aparelhado, sem forro e com telhas francesas. O piso é de cimento queimado pigmentado de preto, que substituiu, de acordo com os proprietários, há cerca de 20 anos, um antigo assoalho de madeira. As esquadrias, em sua maioria, são em madeira, em duas folhas, pintadas em azul. A principal atividade desenvolvida na Fazenda é o cultivo de milho, sendo também produzidos alimentos para subsistência.

A propriedade da **Fazenda Laje** coube a Francisco Alves Carrejo e, com o passar dos anos, foi percorrendo as mãos das diversas gerações de Carrejos, descendentes diretos da união entre Francisco e Joaquina Rodrigues. No ano de 1960, o Sr. Olavo Custódio Dias comprou a propriedade do Sr. Joaquim Ferreira Carrijo, neto de Francisco e tio de sua esposa Teresinha Carrejo, pertencente à quarta geração da família. O antigo proprietário, Joaquim, havia residido na fazenda por cerca de 50 anos.

Em 1962, a sede original foi reformada de maneira sutil, tendo a intervenção assumido um caráter de manutenção. No ano de 1988, Sr. Olavo construiu uma outra sede, logo à frente da primeira, com materiais e partido modernos, que passou a ser a nova moradia da família. Os móveis do antigo imóvel foram então transportados para o novo, ficando aquele com a função de abrigo para os serviços (lavagem de roupas e produção de doces caseiros).

A fazenda é composta por um conjunto de três edificações que reúne, além da sede original, a nova residência e um alambique onde o proprietário produz cachaça, rapadura e melado para a comercialização. A partir do acesso principal percebe-se, no lado esquerdo, a nova edificação, logo em frente à antiga sede e, mais à esquerda desta última, o alambique.

A antiga sede da fazenda, edifício de maior valor histórico em todo o conjunto, é



F. 11 - Vista antiga sede da Fazenda Laje
F. 12 - Vista da sede atual da Fazenda Laje com sede antiga ao fundo

composta pela união de três volumes de base retangular, estando o primeiro em posição deslocada com os outros dois, que aparecem um em seguida do outro, todos com coberturas independentes.

O primeiro dos volumes, com cobertura em duas águas, abrigou a antiga cozinha e banheiro e até hoje mantém, em seu interior, o fogão a lenha ainda ativo. Os outros dois, com telhados em quatro águas, encontram-se em maior estado de degradação e abrigavam os dormitórios dos proprietários. A cobertura, resultante da composição de três telhados, é toda estruturada em madeira, com vedação em telhas tipo capa e canal (colonial).

Com relação às técnicas construtivas, o edifício possui estrutura de madeira com alvenaria mista de adobe no primeiro volume e tijolo maciço revestido com argamassa nos demais. Na varanda, por sua vez, podem ser observados alguns pilares de madeira roliça para sustentação dos beirais das edificações circundantes. O piso é de tijolo maciço, assentado diretamente sobre o solo nivelado que substituiu, de acordo com os proprietários, um antigo assoalho de madeira. As esquadrias são todas em madeira em uma única folha. As atividades desenvolvidas na Fazenda são: produção de cachaça, rapadura e melado, cultura de cana-de-açúcar e criação de porcos.

A sede original apresenta péssimo

estado de conservação. Percebe-se que as paredes da casa apresentam, em sua maioria, grandes rachaduras ou mesmo perdas de alvenaria, provocando a instabilidade estrutural do bem. Parte da cobertura ruiu, comprometendo o volume que abrigava os dormitórios. O imóvel encontra-se em processo acelerado de ruína devido à redução do uso e falta de manutenção e, em um futuro próximo, desaparecerá.

A propriedade da **Fazenda Marimbondo** coube a Antônio Alves Carrejo e, com o passar dos anos, foi sendo transferida para as mãos de outros proprietários, como o Sr. Dalmo Rodrigues, que na década de 1980 a vendeu para o Sr. Hermes José Pereira, falecido em 2004. Atualmente a fazenda encontra-se sob a posse dos herdeiros deste senhor, sendo administrada por seu filho, André Luís Pereira de Moraes e arrendada pelo Sr. João Carlos Sandro Resende.

De acordo com a viúva do Sr. Hermes, Sra. Cleonice Pereira de Moraes, quando da aquisição da propriedade por seu marido, foram feitas pequenas reformas na casa-sede que incluíram, por exemplo, a colocação de uma cobertura de telhas na fachada principal para o abrigo de carros. Outras alterações, implementadas pelos novos proprietários, foram: a aquisição de terras adjacentes, ampliando a área da fazenda, e a construção de

F. 13



F. 14



F. 13 e 14 - Vistas da Fazenda Marimbondo

um galpão para abrigar a criação de gado confinado.

A propriedade encontra-se à margem da Estrada do Pau Furado e seu acesso principal é feito por um longo caminho, margeado por palmeiras imperiais. Possui um conjunto de edificações que reúne quatro pequenos casebres, um silo, um curral e a casa-sede. A partir da entrada percebe-se, logo à esquerda, a cultura de tomates, em seguida o curral e, logo à frente, a sede que, juntamente com o silo à sua direita, encobre o conjunto de casebres em posição posterior.

A sede, que é o edifício de maior destaque em todo o conjunto, possui sua fachada principal avarandada, estruturada em madeira e com uma cobertura em telhas-capa e canal que cobrem a área destinada ao abrigo de veículos. O restante da edificação, conformada em uma planta simples retangular e mantida em seu estado original, é coberta por dois telhados, o primeiro em quatro águas e o segundo, com altura inferior, em duas águas apenas. Logo após esta última cobertura encontra-se um outro volume, separado do edifício, que além de uma pequena casa para a guarda de instrumentos contém uma torre vertical encimada pela caixa d'água.

O edifício principal é dividido em dez cômodos que conformam salas, quartos, banheiro e cozinha, além de uma varanda lateral em nível inferior ao do restante da casa, com piso cimentado, que abriga as atividades de

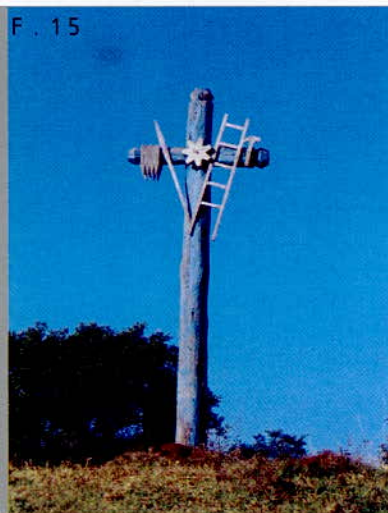
serviço.

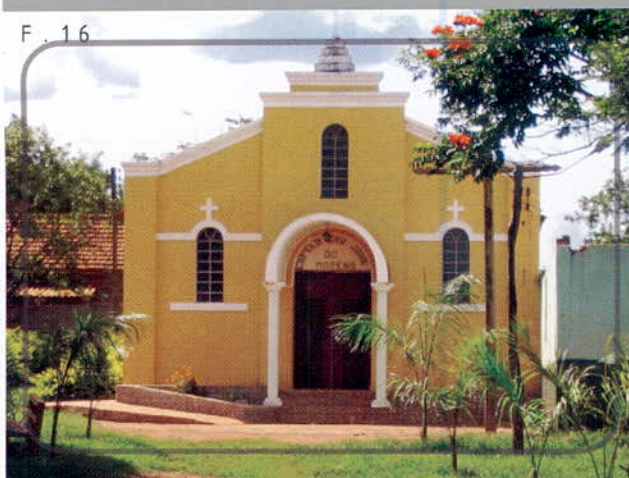
Quanto às técnicas construtivas, o edifício possui estrutura autônoma de tijolo maciço, revestido com argamassa e pintado com tinta de cor branca. A estrutura de cobertura é de madeiramento aparelhado, sem forro e com telhas francesas. O piso, com exceção da cozinha, é de tabuado corrido e recebeu revestimento com cera vermelha. Na cozinha, o piso é em cimento queimado pigmentado e as paredes possuem revestimento com tinta até meia altura, para impermeabilização. As esquadrias em madeira são, em sua maioria, de abrir com duas folhas e possuem bandeira fixa de vidro. As atividades desenvolvidas na Fazenda são: a criação de gado leiteiro em confinamento e o plantio de tomates e bananas.

Outra propriedade existente na região e com acesso através da Estrada do Pau Furado é a fazenda de mesmo nome pertencente, há mais de 70 anos, à família de Ordelinea Pereira Fernandes Ferreira, esposa de Baltazar Ferreira. Sua sede é datada de 1958, conforme inscrição no local. O senhor José Fernandes Peixoto, avô de Ordelinea, ergueu o primeiro cruzeiro na propriedade há aproximadamente 60 anos, sendo colocado em razão da morte de uma antiga empregada da fazenda, Dona Júlia, que faleceu a caminho do local de trabalho de seus filhos, sendo ali implantado um cruzeiro. Este se encontra hoje próximo ao bananal, restando apenas a peça vertical, já deteriorada, sendo

F. 15

F. 15
Vista
Cruzeiro da
Fazenda Pau
Furado





este o único indício da existência do cruzeiro naquele local.

Ao longo dos anos em que morou na fazenda, o Sr. Olavo Carrejo, pai de Ordeline, cuidou de sua manutenção, até ficar doente e decidir erguer um novo cruzeiro próximo à sede, para facilitar as orações. Assim, por volta de 1996 o Sr. Baltazar ergueu um novo cruzeiro com a intenção de manter a tradição religiosa do local. Eram realizados terços e leilões mensalmente na casa do Sr. Olavo, sendo o dinheiro arrecadado doado para instituições de caridade.

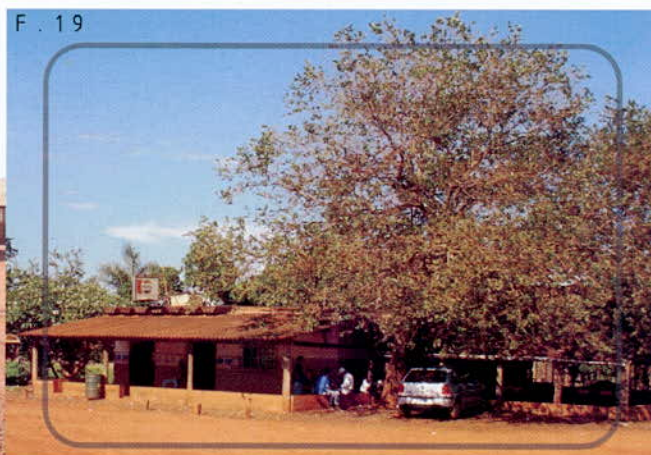
O cruzeiro é confeccionado em madeira aroeira maciça roliça, com diâmetro variando entre 20 e 25 cm, pintada em azul, sendo constituído por duas peças, uma vertical, outra horizontal, ambas com as mesmas características. As peças se unem uma à outra mediante um encaixe a meia madeira, com

reforço em parafuso metálico e possuem suas extremidades entalhadas, dando o arremate.

O estilo é de uma “Cruz dos Martírios”, trazendo na peça horizontal alguns dos instrumentos do suplício de Cristo, utilizados para pregar e retirar Jesus Cristo da cruz, como o manto, a lança, a coroa de espinhos, a escada e o martelo.

A comunidade Tenda do Moreno⁴ tem como referência e ponto de encontro o Conjunto de mesmo nome que teve como ponto de partida para sua formação a fundação, na segunda metade da década de 1940, da Capela São José do Moreno. Sua construção, em terreno doado pela família de Cândido Pereira Carrijo, foi resultado da ação dos moradores, que por não terem local para rezar os terços, faziam-no sob as copas das árvores. Ela é

⁴ A origem do nome Tenda do Moreno será abordada no capítulo 3.



F.18 - Vista Escola Municipal do Moreno
F.19 - Mercadoria da Tenda



composta por uma única nave, um altar e um anexo ao fundo, que comporta sacristia, sala de administração, cozinha e sanitário.

No ano de 1984, dois novos edifícios foram construídos, a Escola da Tenda e a Mercearia. A primeira foi recebendo diferentes nomes ao longo do tempo, sendo o termo “Escola Municipal do Moreno” sua denominação atual. Hoje, a instituição atende a estudantes da pré-escola à 8ª série, recebendo crianças da zona rural e de bairros adjacentes, como São Francisco, Dom Almir, Joana D'arc, Morumbi e Ipanema. No dia 15 de agosto de 1984, o Sr. Edson Pereira inaugurou a Mercearia. De acordo com os moradores da região, a presença do comércio já era tradição no local antes deste momento, no entanto, não foram identificados os imóveis e datas de sua existência. Em 1997, Dário Martins Sobrinho comprou o imóvel, mantendo a atividade comercial que atende a população da região, principalmente como ponto de lazer, servindo de apoio à prática do futebol e truco, uma vez que são realizados campeonatos nos finais de semana.

Em 1996, foi construído o Posto de Saúde em edificação anexa às novas salas de aula da escola, que também foram edificadas neste ano. O atendimento médico, na década de 1980, acontecia através de um ônibus conhecido pela comunidade por “Porcina”;

depois foi realizado na capela até a inauguração das atuais instalações, quando passou a ser diário, com uma enfermeira à disposição, atendimento médico três vezes na semana e odontológico de dois em dois anos. Desde setembro de 2003, o atendimento é feito quinzenalmente, por um único médico clínico geral, através do Programa Saúde da Família, da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia.

Em 1998, a família Carrejo solicitou a correção do nome da comunidade Tenda do Moreno, negando a associação de Moreno à Tenda, o que provocou a promulgação da Lei Municipal nº 7099, de 17 de abril de 1998, pela qual há a retratação à família e altera o nome da escola de Tenda do Moreno para somente Moreno. Hoje, o conjunto funciona como ponto de referência para visitantes, viajantes e, principalmente, para a população local e de bairros próximos, da cidade de Uberlândia, sendo palco de intensa movimentação e encontro de pessoas.

Sua escola, que atua na educação das crianças, a capela, aglutinadora das famílias da comunidade e a mercearia, ponto de encontro e conversas de compadres, são marcos que trazem em si a forte presença de uma parte da história de Uberlândia que não deve ser esquecida.

O conjunto está posicionado às

F. 21



F. 22



margens da Estrada do Pau Furado, sendo composto pela Merceria, Capela São José do Moreno, Escola Municipal do Moreno e Posto de Saúde. Partindo da Estrada no sentido Uberlândia/Araguari a primeira edificação do Conjunto a ser visualizada é a Merceria. Com uma varanda coberta à sua frente e um espaço para jogos de sinuca em sua lateral direita, este edifício, cujo corpo principal se organiza em uma planta simples e retangular, posiciona-se logo às margens da estrada mencionada, tendo também, aos fundos, um pequeno volume para depósito.

Seguindo a mesma via, mais adiante, a Capela São José do Moreno é o próximo volume visualizado. Possuidora também de uma planta retangular simples, esta edificação conforma, em sua lateral voltada para a estrada, o espaço remanescente da demolição do antigo Salão de Festas. Seu acesso é restrito, marcado pela presença de um pórtico e desvinculado dos demais edifícios que compõem o conjunto.

Da mesma forma ocorre com a escola: o portão de entrada desta edificação, em posição intermediária à merceria e ao acesso à capela, conduz a um caminho ao longo do qual são visualizados, um em seguida do outro, a quadra de esportes, o parque infantil, o novo edifício em construção e, por último, a escola, sendo esta a única edificação do conjunto organizada em uma planta diversa da retangular - uma

implantação em "U" que deixa, em seu centro, o pátio de recreação dos alunos.

Mais ao fundo, à esquerda dos quatro espaços mencionados, situa-se um outro volume retangular, onde funciona um anexo para a escola que possui, agregado em seu corpo, o pequeno **Posto de Saúde**. Para atender à comunidade local existe um telefone comunitário, em frente à merceria, e para suprir a demanda de transporte público é oferecido o sistema Passe Livre, que faz a rota Chácara Andorinhas-Olhos D'água e Olhos D'água-Terminal Santa Luzia de hora em hora.

2.2. Patrimônio Edificado na área de influência da UHE Capim Branco II

Os imóveis selecionados na área de influência da AHE Capim Branco II, que se inicia na Ponte do Pau Furado e termina no remanso da UHE de Itumbiara, encontram-se na região do Fundão e nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos.

A Estação Stevenson, como um ponto de embarque e desembarque da malha ferroviária regional, desempenhou um importante papel como protagonista de uma história de desenvolvimento e modernidade no país. Por muitos anos, as linhas férreas

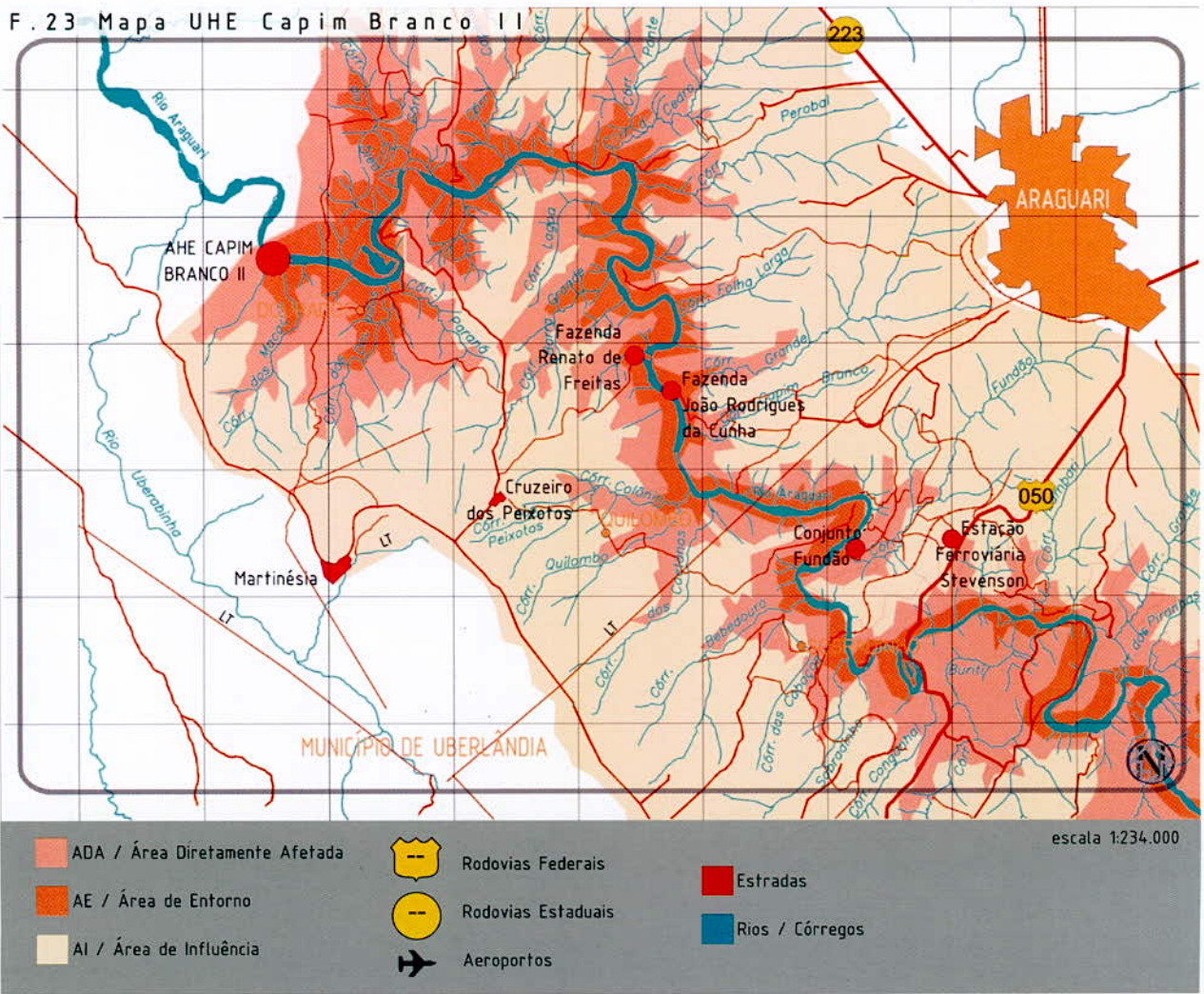
motivaram a geração de novos empregos, trazendo também novas indústrias para as cidades e gerando, por conseguinte, grande progresso.

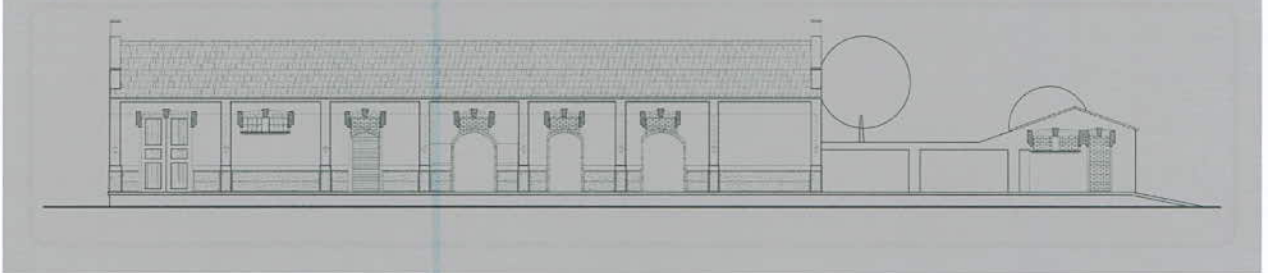
Com o município de Araguari não ocorreu diferente. Dentro do espírito de expansão da rede ferroviária, no mundo e no Brasil, chegaram à cidade, em 15 de novembro de 1896, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e em 1906, a Estrada de Ferro Goiás que, juntas, permitiram, a partir deste momento, o envio e recebimento de cargas e a locomoção de passageiros. A ferrovia, no entanto, não se consolidou apenas como meio de transporte de mercadorias e pessoas, mas, sobretudo, como um elo que permitia a ida e vinda de idéias, tornando o município um importante centro econômico para o Brasil. Prova disto é que, nessa época, vieram a Araguari, através da Cia. Mogiana, inúmeros imigrantes que muito contribuíram para o progresso do município, influenciando a comunidade com suas

tradições.

O trecho da ferrovia situado entre Uberaba e Araguari foi dividido em três seções: duas delas de Uberaba a Uberlândia e a terceira, de Uberlândia a Araguari. Nesta última seção existiam seis postos de abastecimento: Posto do Jiló, Estação de Sobradinho, Margem do Rio Araguari, Posto do Preá, Estação Stevenson e Posto do Anil, chegando-se, ao final do percurso, à Estação Sede da Companhia Mogiana, em Araguari.

No trecho entre Uberlândia e Araguari está a Estação Stevenson, construída e inaugurada em 1927, na zona rural do município de Araguari e acessada pela BR 050, Km 769/767. Tendo sido implantada na próspera região do Fundão, com grande produção de leite e muitas olarias, a Estação era utilizada tanto para embarque de passageiros quanto para cargas, servia também como ponto de encontro da população que residia nas redondezas e dos habitantes de Araguari, que





usavam a plataforma para passeios e encontros nos fins de semana. Além disso, eram organizados campeonatos de futebol no campo que ficava atrás do prédio principal.

Outro dado histórico é que por ali passaram as tropas revolucionárias de 1930. A presença destes contingentes militares é confirmada pelo Decreto Federal de 14 de julho de 1932, que incorporou à Rede Mineira de Viação muitos trechos ferroviários - dentre eles a Estrada de Ferro Mogiana - com o intuito de facilitar o transporte de soldados pela via férrea.

Na década de 1960, tendo o objetivo de possibilitar a ligação mais rápida e menos dispendiosa dos centros produtores e consumidores, e também a ligação com a nova capital federal - Brasília - a Companhia Mogiana estudou um novo traçado para o trecho Uberlândia/Araguari, considerado o mais pesado da Estrada.

Com a construção da variante Ômega/Araguari e a desativação da antiga linha, a Estação Stevenson foi substituída por uma outra versão, com o nome de Stevenson Nova, ficando a antiga Estação fora dos trilhos da ferrovia. Abandonado, o prédio sofreu inúmeras depredações. No ano de 1983, todo o Conjunto foi vendido pela FEPASA - Ferrovia Paulista S/A, concessionária de serviço público e transporte ferroviário, com sede em São Paulo, para o Sr. Fumio Yoshida. Em maio de 1984, um ano mais tarde, o bem foi adquirido pelo Sr. Masaaki Mitsutake, seu proprietário até os dias atuais e residente numa propriedade vizinha, onde mantém um viveiro de plantas ornamentais.

O Conjunto da Estação Stevenson pode ser visualizado, com clareza, a partir da rodovia federal BR 050, uma vez que as edificações, implantadas em um platô, encontram-se num nível mais elevado do que a via. Seu entorno é

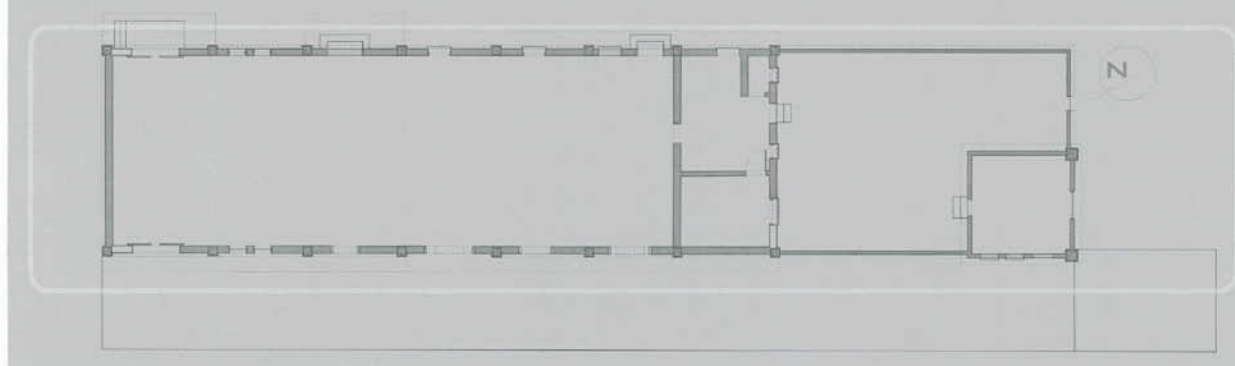


F. 25



F. 26

F.25 - Vista Estação Stevenson
F.26 - Vista Casa do Funcionário, Estação Stevenson



composto por vegetação abundante, considerando-se a existência do viveiro dentro da mesma propriedade. Ainda no entorno, pode ser percebida a sede de outra propriedade rural.

Compõem todo o complexo: a Estação, a Casa de Turma e a Casa do Funcionário. Todas as edificações encontram-se implantadas de maneira linear, estando a última das três em um volume retangular separado do edifício principal, numa distância de cerca de 80 metros.

O edifício principal, composto pela Estação e Casa de Turma, possui estilo art-decô e um partido retangular que segue a linguagem já adotada pela Companhia Mogiana em outras de suas estações ferroviárias mineiras e paulistas. O volume se destaca por sua horizontalidade, abrigando todas as atividades em um único pavimento. Por ser uma estação intermediária e de médio porte, o conjunto Stevenson não apresenta a monumentalidade das estações principais; entretanto, sua citada horizontalidade, marcada pelo ritmo da composição adotada, a torna um elemento de destaque na paisagem. Além disso, o edifício é composto por fachadas paralelas, com semelhanças formais. As mais estreitas são marcadas por frontões triangulares, cornijas, embasamento e pilares com capitel e apresentam, no centro do triângulo, um relevo retangular em argamassa, onde se encontrava a inscrição "Stevenson", já desgastada. As

fachadas mais longas, por sua vez, possuem os pilares da estrutura ressaltados, criando vãos, nos quais estão centralizadas as esquadrias. Emoldurando estas últimas estão os ornamentos em argamassa, que se repetem em todas as aberturas. As coberturas em ambas as elevações se diferenciam, sendo que na fachada principal - voltada para a BR-050 - existem duas coberturas, estruturadas em mão-francesa de madeira, sobre duas portas que provavelmente eram os acessos principais. Já na fachada posterior havia uma cobertura contínua de mesma tipologia, perdida ao longo do tempo, e que servia de proteção para a plataforma de embarque e desembarque.

Originalmente, a Estação apresentava três cômodos: sala do agente, do telégrafo, e sala de espera, onde se localizavam a bilheteria e o armazém. Atualmente possui um grande salão e duas outras repartições menores, tendo uma delas sofrido uma intervenção com a construção de um pequeno cômodo que se especula ter sido utilizado como instalação sanitária. Na antiga sala de espera não existem mais as divisões da bilheteria e do armazém.

A construção passou por um contínuo processo de descaracterização e deterioração, o que dificulta a identificação dos espaços e dos acessos de passageiros e mercadorias. Entretanto, na fachada frontal, verifica-se a presença dos únicos elementos de acesso dos

quais ainda se encontram resquícios - uma escada e uma rampa.

O sistema construtivo empregado foi alvenaria auto-portante de tijolo maciço cozido, com pilares sobressalentes também em alvenaria. Toda a construção se apresenta elevada do solo por um platô estruturado em tijolo maciço cozido, com revestimento em argamassa de cimento.

Com relação ao enquadramento dos vãos, as esquadrias se apresentavam em vergas retas e folhas de madeira, com exceção para um outro tipo de janela que se estrutura em ferro e vidro. Quase todas as esquadrias foram perdidas, sendo que as remanescentes não possibilitam a identificação de sua tipologia e acabamento. Apenas dois vãos ainda apresentam suas portas de madeira, ambas da mesma tipologia, com folhas que correm fixadas em um trilho metálico superior, sobressalente à alvenaria.

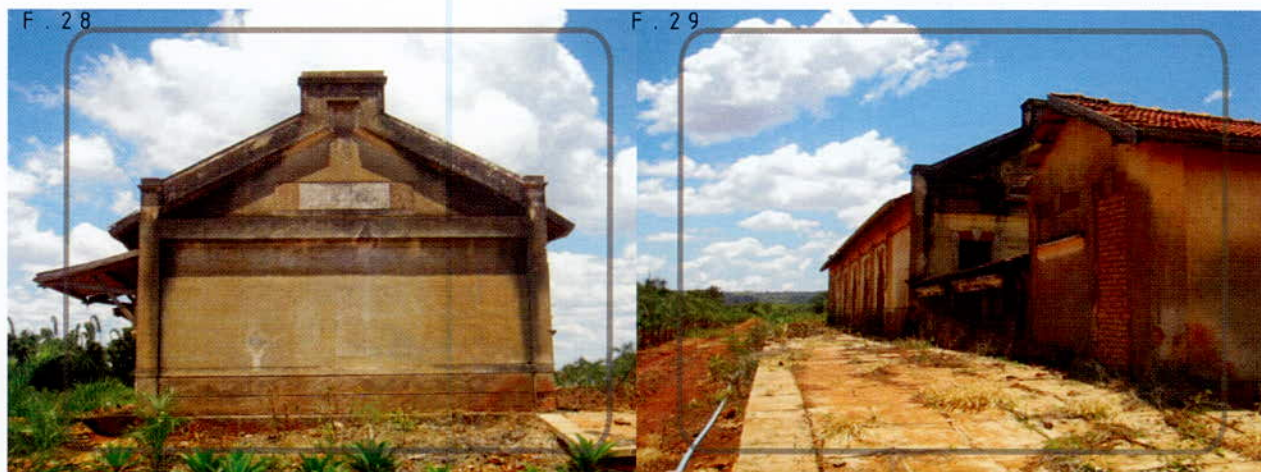
O piso apresenta-se, de maneira geral, em ladrilho hidráulico, sendo a plataforma de embarque e desembarque pavimentada em quadros de cimento espaçados com juntas de dilatação.

Em toda a edificação não existe forro, porém há indícios, como a falta de reboco em partes da alvenaria interna, que revelam que ele existia em parte do salão. A cobertura é estruturada por cinco tesouras de madeira e no

telhado de duas águas foram utilizadas telhas francesas.

O edifício principal da Estação Stevenson, depois de sua desativação e abandono, sofreu inúmeras depredações e deteriorações. Após a venda do Estado para proprietário particular, as edificações sofreram intervenções descaracterizadoras. Durante um período, não identificado, foram construídas alvenarias criando espaços para uso residencial, posteriormente demolidas. Também foram retiradas alvenarias internas originais. Os vãos sofreram modificação das vergas, que eram retas e passaram para arco pleno, e muitas esquadrias foram perdidas. O telhado, no entanto, apresenta bom estado de conservação; sua estrutura e suas peças se mantêm íntegras. A cobertura está completa, pois passou por reforma no ano de 2003, tendo suas telhas sido trocadas por outras novas, mantendo a estrutura. Na plataforma de embarque e desembarque há grande perda de material do piso, com rachaduras que favoreceram o crescimento da vegetação; o alicerce, contudo, encontra-se ainda bem estruturado. Do lado oposto a degradação foi maior - além das perdas de material do piso, o alicerce encontra-se bem desgastado e a vegetação invasiva, mais abundante.

A Casa de Turma, unida ao corpo da Estação por um muro que delimita uma área



F. 28 - Fachada Lateral Estação Stevenson
F. 29 - Vista Plataforma, Estação Stevenson

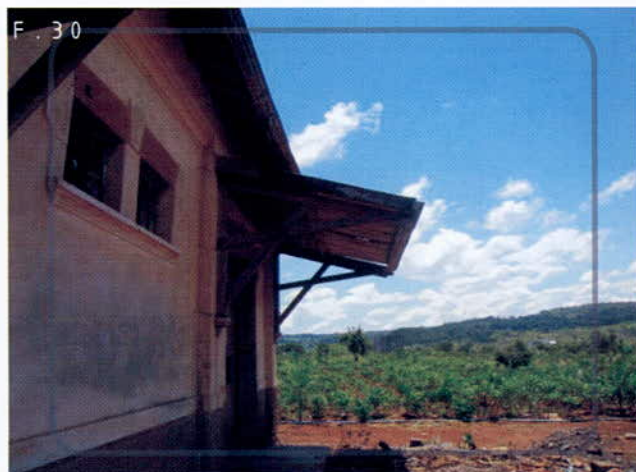
aberta entre os dois volumes, servia de apoio aos trabalhadores responsáveis pela manutenção da via permanente e apresenta elementos de composição e características construtivas similares aos do edifício principal. A pequena “Casa” possui apenas um cômodo, com piso em ladrilho hidráulico e telhado em duas águas, de telhas do tipo francesa. Por encontrar-se em um nível mais elevado, seu acesso interno é feito por uma escada. O acesso externo, por sua vez, encontrava-se no nível da plataforma de embarque e desembarque, estando impedido pelo preenchimento de seu vão com alvenaria.

A Casa de Funcionários, também de partido retangular, possui como elementos marcantes, em suas fachadas mais estreitas, frontões triangulares, em padrão simplificado quando comparado ao empregado na Estação. A edificação passou por reformas que descaracterizaram a configuração espacial interna original, resultando na inversão das fachadas: a que antes era frontal passou a ser posterior e vice-versa. Desta forma, a elevação frontal não possui disposição harmônica de suas aberturas, ao passo que, na posterior, as aberturas mantêm-se alinhadas e com proporção em suas dimensões.

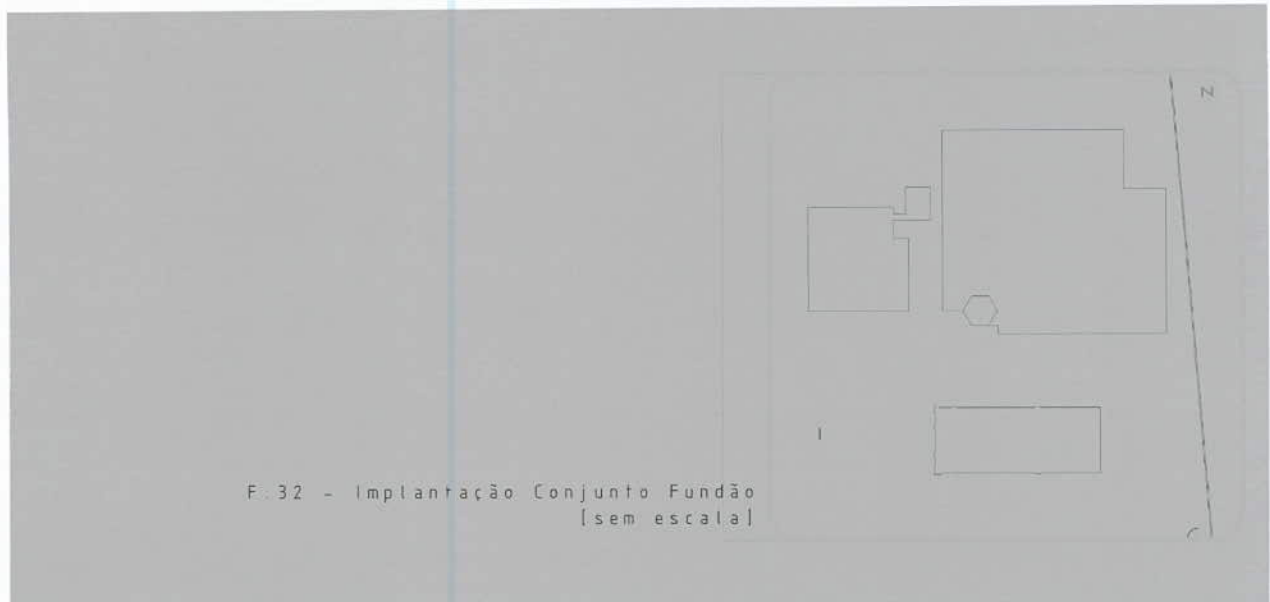
A casa apresenta oito cômodos: cozinha, varanda, copa, sala, banheiro e três quartos. O sistema construtivo empregado foi a

alvenaria auto-portante de tijolos maciços. Toda a construção se apresenta elevada do solo por alicerces em alvenaria, o que protegia contra a umidade o antigo piso de madeira, que foi posteriormente substituído por cimento queimado e lajota cerâmica. Por este motivo o acesso se dá através de escadas. As esquadrias são em verga reta e folhas de madeira, não apresentando frequência tipológica. Apenas a janela da instalação sanitária foi executada em ferro e vidro, em modelo industrializado. A cobertura, bem simplificada, é composta de duas águas, com telhas francesas. Originalmente o edifício se dividia em duas residências geminadas que, após a última reforma, passaram a ser uma única residência, abrigando a família do caseiro da chácara. Além disso, por possuir uso residencial e receber contínua manutenção, esta residência mantém-se em bom estado de conservação, ao contrário do edifício principal, cujas linhas originais foram sendo descaracterizadas ao longo do tempo pelas intempéries e ação humana.

Apesar das iniciativas estimuladoras e do empenho de muitas figuras importantes no país, as ferrovias brasileiras não conseguiram escapar de um sufocamento que levou a sua decadência. Seu abandono trouxe o desemprego e a fome para inúmeros trabalhadores, e sua privatização o desmonte do patrimônio



F. 30 - Detalhe cobertura de entrada Estação Stevenson
F. 31 - Detalhe Janela, Estação Stevenson



F.32 - Implantação Conjunto Fundão
[sem escala]

público. A indústria automobilística, com seu alto poder de influência e atratividade, causou a supervalorização do transporte privado, em detrimento do público e coletivo. Como consequência disso, a Estação Stevenson é hoje o último edifício remanescente da Companhia Mogiana, no município de Araguari. Pela sua importância arquitetônica e histórica, o bem foi tombado pelo decreto municipal 039/02, numa ação da Divisão de Patrimônio Histórico. Esse ato é a primeira ação na preservação do edifício, sendo a restauração, requalificação e ocupação ações posteriores fundamentais para a manutenção da arquitetura existente.

Em período anterior à chegada da estrada de ferro ao município de Araguari é dado início à ocupação da região do Fundão. Tudo começou em princípios do séc. XIX, quando um comissário de sesmarias, de nome Antônio de Rezende Costa, conhecido

popularmente como “Major do Córrego Fundo”, demarcou as citadas terras, que tiveram um importante papel no desenvolvimento econômico da cidade, através da pecuária e das olarias. Anos mais tarde, já no séc. XX, paralelamente à implantação da Estação Stevenson, o **Conjunto Fundão** passou a ser formado, consolidando, dessa forma, a ocupação da região de mesmo nome.

Todo o conjunto é composto pela soma de seis bens: o Cruzeiro, a **Capela** de São Sebastião do Fundão, o Coreto, o Salão de Festas e também a casa do zelador e a sede da antiga Escola Municipal “Cláudio Manoel da Costa”, estes dois últimos de menor valor histórico que os demais bens. A partir da estrada, que chega à lateral direita da capela, é possível avistar não somente esta, como também o Cruzeiro, sendo que os demais elementos encontram-se ocultos pelo seu



F.33 - Vista Conjunto Fundão
F.34 - Vista Capela do Fundão



volume. O espaço onde todo o Conjunto se insere é delimitado por cercas de arame, sendo o acesso principal feito por um muro de alvenaria que se configura como um pórtico, com portão metálico, que conduz à porção posterior da capela. À frente da capela avista-se o Cruzeiro, e na sua lateral esquerda estão o Coreto, o Salão de Festas e a casa do zelador, esta um pouco à frente do edifício anterior. Mais adiante, através de uma passagem entre o Salão e a pequena residência, em direção à extremidade esquerda do Conjunto, chega-se a um volume retangular onde funcionou a antiga Escola.

O primeiro dos bens citados - o **Cruzeiro** símbolo da cristandade, foi o ponto de partida para o surgimento do Conjunto. Sendo atualmente o terceiro erguido no local, o atual Cruzeiro foi confeccionado em madeira aroeira maciça e pintado com tinta azul, à base de cal, possuindo cerca de 6m de altura. Seu estilo é o de uma "Cruz dos Martírios", trazendo, no

passado, sobre a peça horizontal, as representações de uma escada, um martelo e uma torquês, instrumentos do suplício de Cristo. No entanto, é importante considerar que o valor do Cruzeiro do Conjunto Fundão não reside apenas em suas características físicas. Possuidor de uma carga simbólica de elevado valor, este bem servia de marco do lugar e ponto de encontro de pessoas.

Em meados da década de 1930, a partir da união da comunidade, promovida pelo Cruzeiro, surgiu a idéia da construção do segundo bem que compõe o Conjunto - a Capela de São Sebastião do Fundão. A primeira iniciativa foi tomada pelo Sr. João Esteves (Joãozinho Português), uma pessoa extremamente religiosa, funcionário da Companhia Mogiana e responsável pela Estação Stevenson, que saía pelas fazendas convidando as pessoas a rezarem o terço. No ano de 1934, com a doação de um terreno feita pelo Sr. Franklin Esteves dos Santos e sua esposa, Sra.



F.37
Vista
Coreto do
Conjunto
Fundão
F.38
Detalhe do
coreto

Ozória Alzira dos Santos, além de doações de tijolos de diversas olarias da região e do trabalho em sistema de mutirão, a idéia foi concretizada e a pequena capela erguida.

Possuindo planta retangular, a Capela de São Sebastião do Fundão é composta por uma nave única, altar-mór, sacristia e um cômodo ao fundo, antes usado nas festas com a função de escritório. A cobertura, em uma água, é feita de telhas de amianto e não apresenta forro. A construção utilizou-se da alvenaria de tijolos cerâmicos maciços, apresentando suas fachadas laterais e do fundo livres de ornamentos. A fachada principal, voltada para o Vale do Rio Araguari, com maior riqueza de detalhes possui, em sua lateral esquerda, uma pequena torre que abriga o sino - o campanário. Sua cobertura em formato piramidal é feita em telhas de zinco com uma cruz no topo. O frontão é triangular e também comporta uma cruz em sua extremidade. As portas são em madeira, de duas folhas de abrir, com verga reta. As janelas são metálicas, com vedação em vidro. O piso interno é em cerâmica, sendo o piso da sacristia em ladrilho hidráulico. Externamente a capela recebeu pintura à base de cal, na cor branca, em todas as fachadas, e uma faixa, próxima à base, com aproximadamente 1m (um metro) de altura, na cor azul, que foi também utilizada em detalhes e arremates da fachada principal.

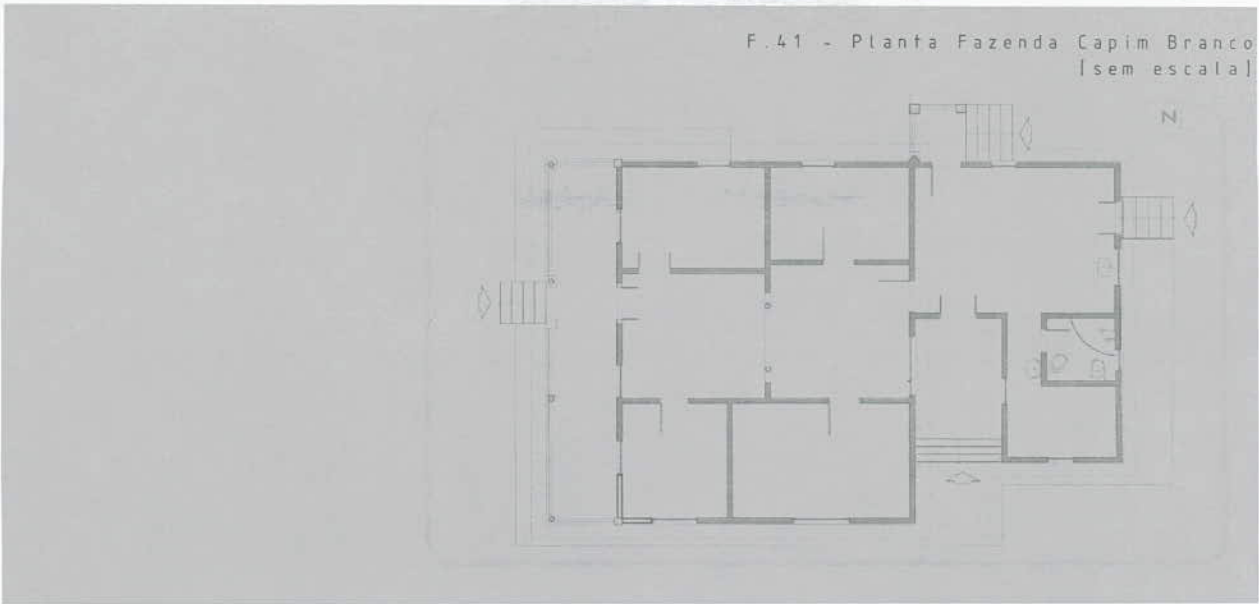
Três décadas após sua fundação, no

ano de 1966, a Capela recebeu sua primeira ampliação. Pela doação de um terreno anexo, antes pertencente ao Sr. Sebastião Faria e sua esposa, Sra. Alda Montes Faria, o bem passou por sua primeira modificação significativa, recebendo o apoio de mais duas edificações - o Coreto e o Salão de Festas do Conjunto Fundão. Além disso, no ano de 1980 a Capela passou novamente por uma reforma. Atualmente, a Capela de São Sebastião do Fundão é vinculada à Paróquia Nossa Senhora Aparecida, em Araguari, e realiza suas festas todos os anos no mês de julho.

A construção do terceiro componente do conjunto - o Coreto - partiu da necessidade de um local para apresentação das bandas musicais e para realização dos leilões, característicos das festas religiosas organizadas pela igreja católica. Esta pequena edificação apresenta planta em formato hexagonal, elevada do solo, gerando um porão que servia de depósito de prendas, na ocorrência de leilões durante as festas religiosas. De padrão bastante simplificado, é construído em alvenaria de tijolo cerâmico, estruturado em concreto armado, apresentando seis pilares circulares localizados nos vértices do hexágono, onde podem ser observadas estruturas metálicas que suportavam prateleiras, já inexistentes. A cobertura apóia-se sobre os pilares e se desenvolve em seis águas,



F. 39 - Casa do zelador Conjunto Fundão
F. 40 - Casa do zelador, coreto e salão de festas ao fundo



conforme a tipologia da planta hexagonal, com telhas cerâmicas do tipo francesa, estrutura de madeira e internamente um forro em régua de madeira, pintado de branco. O Coreto apresenta ainda guarda-corpo composto por balaustrada de capitel jônico, pintura azul clara gasta, assim como o interior do porão, que externamente é de reboco simples, sem pintura. O coreto se comunica com o porão através de um rasgo na laje, por onde se dava o acesso, mediante uma escada de madeira independente. O porão é acessado por uma porta de madeira e possui, na lateral direita, uma abertura retangular para iluminação e ventilação, com fechamento em grade.

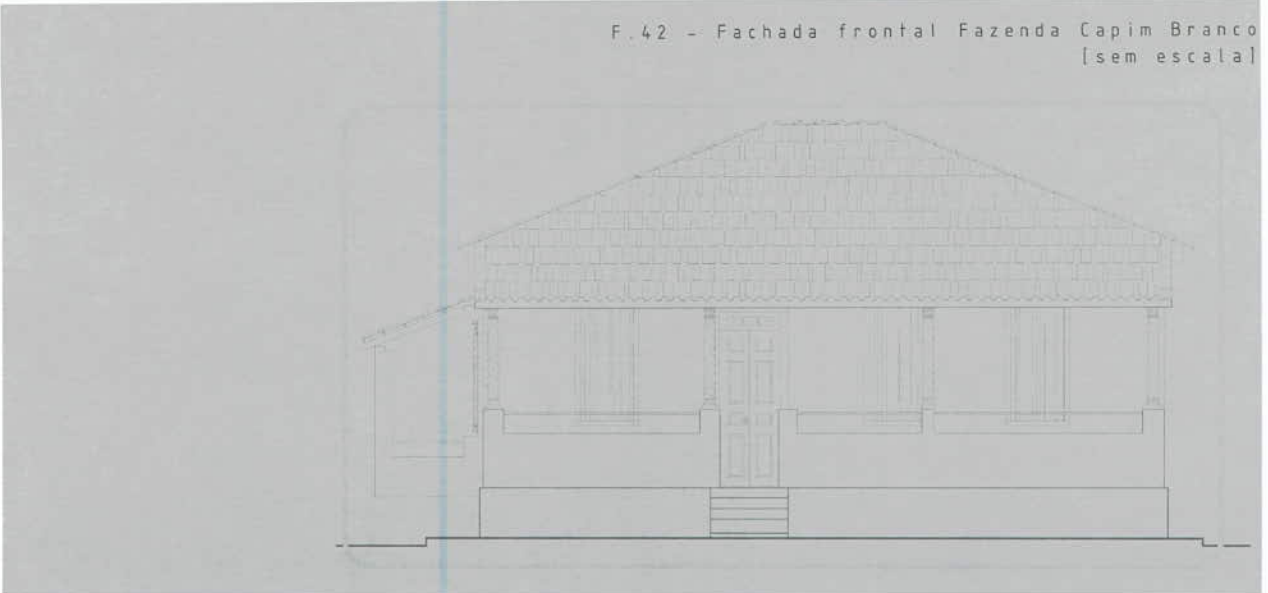
Após a construção do Coreto foi erguido o Salão de Festas, com a função de abrigar as festas religiosas da comunidade. Não se conhece com exatidão a data precisa da fundação, mas sabe-se que antes de sua construção havia um barracão com cobertura em lona que, devido à deterioração sofrida ao longo dos anos, acabou sendo demolido. O novo Salão foi edificado próximo ao coreto, utilizando-se dos mesmos materiais construtivos que este, e passou por várias ampliações para atender à demanda de espaço para acomodação dos participantes das festas. Na década de 1980, em uma das ampliações o Salão incorporou o coreto à sua estrutura. Em fins da mesma década foram feitos a cozinha, o

bar e o banheiro masculino, e em 1997, foi edificado o banheiro feminino. Recentemente, em março de 2005, foi construído um banheiro para atender à cozinha do salão.

Os dois edifícios restantes do Conjunto - a residência do zelador e a antiga sede da Escola Municipal "Cláudio Manoel da Costa" - não possuem valor histórico relevante, sendo as datas de suas construções desconhecidas. A residência do zelador da Capela é um exemplar da arquitetura tradicional, com planta retangular e telhado em quatro águas, com telhas cerâmicas do tipo francesa. A Escola, por sua vez, possui planta retangular e encontra-se, hoje, desativada.

De todo o conjunto, a Capela, o Coreto e o Cruzeiro possuem proteção legal, através do Tombamento pela Prefeitura Municipal de Araguari desde o ano de 2003, um reconhecimento importante de seu valor histórico para a própria memória da fundação do município.

Na mesma região do Conjunto Fundão, uma importante família iniciou sua história. A família Rodrigues da Cunha, proprietária da Fazenda Capim Branco, instalou-se no Triângulo Mineiro durante o século XIX, com a chegada de dois irmãos: José Rodrigues da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues da Cunha Matos, popularmente conhecido como "Pólvora". O primeiro irmão estabeleceu-se em



Araguari, e o segundo, em Uberaba. As numerosas gerações posteriores implantaram-se por toda a região, conquistando sólidas fortunas e prestígio político.

Na década de 1950, a sede da Fazenda Capim Branco foi então construída em uma área de aproximadamente 350 hectares, situada na zona rural do município de Araguari, no sentido sudoeste, com acesso pela estrada do Fundão. A propriedade ergueu-se por iniciativa do Sr. José Rodrigues da Cunha Póvoa e de sua esposa, Sra. Silvina Melo, sendo o primeiro um dos descendentes diretos da família. Na segunda metade da década de 1970, no entanto, a união do casal foi desfeita, ficando a posse do bem sob o poder da ex-esposa. Alguns anos mais tarde, em junho de 1979, João Rodrigues da Cunha adquiriu o bem, para onde transferiu toda a atividade que exercia em outra fazenda de sua propriedade - Fazenda Barra

Alegre - desapropriada em decorrência da construção da Hidrelétrica de Furnas.

Em 1998, João Rodrigues da Cunha faleceu, deixando a propriedade para seus seis filhos e sua esposa Cacilda que, possuindo usufruto do imóvel, passou a sua administração para as mãos de João Carlos Rodrigues da Cunha, um dos filhos do casal.

Durante todo o período em que o imóvel esteve sob a posse do Sr. João Rodrigues, a atividade principal exercida foi a pecuária, tanto de corte quanto leiteira. Após seu falecimento, foi mantido o mesmo tipo de produção, mas em sistema de parceria. Atualmente a propriedade encontra-se alugada por Luciano Humberto Rodrigues da Cunha, sendo disponibilizada também para a exploração de argila por quatro indústrias cerâmicas de Araguari, desde setembro de 2004.

A propriedade rural, localizada no fundo



F.43



F.44

F. 45



F.45 - Colunas
que separam as
salas de estar e
jantar
F.46 - Detalhe da
coluna na
varanda frontal

do vale do Rio Araguari, tem uma paisagem privilegiada, desenhada pela vegetação típica de cerrado e pela presença do rio que a envolve. A implantação de suas edificações no terreno confere à fazenda um caráter de surpresa, considerando-se que da estrada de acesso apenas parte do complexo pode ser avistada.

O conjunto é formado pela casa sede, pela casa do caseiro e pela cozinha independente, possuindo ainda outras edificações-suporte para o atendimento das atividades rurais: paiol, curral, galinheiro, chiqueiro e depósito.

O estilo arquitetônico da sede da fazenda, diferente do caráter tradicional usualmente utilizado em propriedades rurais da região, apresenta influências de uma arquitetura urbana do início do século XX. É notável a linguagem eclética adotada na residência com a presença de colunas que remetem às toscanas

clássicas. Além disso, podem ser encontrados traços art-déco no depósito, ao passo que na casa do caseiro predomina a arquitetura tradicional.

A Casa-sede, elemento de maior expressividade no conjunto, configura-se numa planta retangular e em pavimento único, elevado do solo. É clara a setorização do edifício em duas regiões distintas, que diferem quanto ao uso, altura de telhados, níveis e pés-direitos. O acesso se dá por escadas implantadas nos quatro lados da casa, sendo que três destas adentram o mesmo cômodo - a cozinha. Foram adotados dois sistemas construtivos: a porção frontal, concebida em estrutura autônoma de madeira aparente, pintada de branco e com vedação em tijolo maciço cozido, e a parte posterior, edificada em alvenaria auto-portante. As esquadrias originais, por sua vez, são de madeira, existindo ainda outras portas e janelas



F. 47



F. 48

F.47 - Vista Sede da Fazenda
Capim Branco e ao lado o depósito
F.48 - Baldrame de madeira da sede

em ferro e vidro, não padronizadas, que resultaram de intervenções sofridas pela edificação. Os pisos internos, em tacos de madeira, configuram-se ora em desenhos de “espinha de peixe”, ora em trama xadrez, enquanto que nos cômodos posteriores e na varanda faz-se presente o cimento queimado vermelho. Verifica-se, em muitos dos ambientes, a presença de um forro também em madeira, já bastante desgastado e sem manutenção. Finalmente, a cobertura é composta por três telhados distintos, existindo, na parte frontal, uma divisão em quatro águas e, no volume posterior, uma composição de dois telhados, um em duas águas e o outro em quatro. Todas as telhas são francesas e os beirais protegidos por guarda-pós de madeira, que escondem os caibros da estrutura do telhado. A composição das fachadas se deu de forma primorosa, com ornamentos como as colunas rebuscadas das varandas sobresalentes aos panos retos e simples das elevações. A fachada principal recebeu tratamento de destaque, tendo suas aberturas dispostas de forma alinhada, em uma proporção que garante ritmo e harmonia.

Em situação de contraste com a edificação Sede encontra-se a Casa do Caseiro. De extrema simplicidade, a pequena residência se resolve em um volume retangular, cujos únicos elementos de destaque são as

esquadrias e a estrutura de madeira aparente. O piso interno é em cimento queimado, e a cobertura, em telhas do tipo capa e canal, divide-se em quatro águas.

A cozinha externa, por sua vez, é concebida em alvenaria estrutural e divide-se em dois ambientes, um alpendre livre e estruturado por cinco colunas, que abriga o fogão a lenha, e uma despensa vedada e forrada.

O depósito em alvenaria estrutural, composto por apenas um cômodo, tem uma de suas duas águas estendidas, formando uma área apenas coberta, despida de vedações e estruturada por madeira roliça. A edificação apresenta, em sua elevação frontal, traços do estilo art-déco, merecendo destaque o frontispício simétrico e geométrico já bastante desgastado pelo tempo.

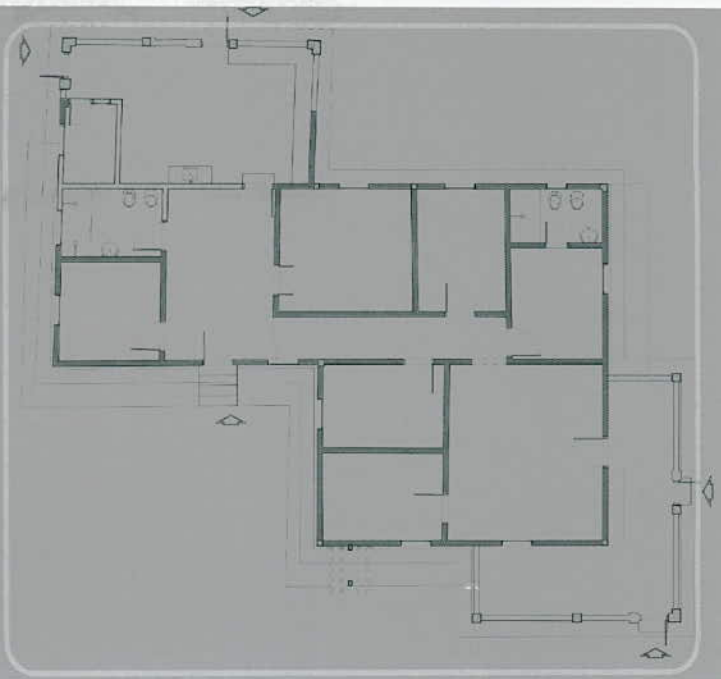
Os outros componentes do conjunto - paiol, curral, chiqueiro e galinheiro - são edificações-suporte, de características arquitetônicas simplificadas, condizentes com seus usos mais rústicos. Nelas foram utilizados diferentes tipos de materiais, com coberturas ora em duas águas, ora em quatro, e piso executado em cimentado.

Durante os muitos anos de uso, a Fazenda Capim Branco passou por pequenas reformas que não resultaram em descaracterizações. A Casa-sede encontra-se, no



F. 49 - Vista Conjunto Fazenda Barra Grande
F. 50 - Vista lateral da sede

F. 51 - Planta
Casa Sede
Fazenda Barra
Grande
[Sem Escala]



entanto, em total estado de abandono, não sendo mais utilizada por seus proprietários. Também o restante do Conjunto encontra-se em estado regular de conservação.

De maneira simultânea à ocupação da região onde hoje se encontra implantada a cidade de Araguari, ocorreu também o desenvolvimento de um outro núcleo urbano - o município de Uberlândia. As duas cidades iniciaram sua história com a implantação de latifúndios sendo, portanto, a presença de fazendas em seus arredores bastante marcante.

A Fazenda Barra Grande situada na porção norte do município de Uberlândia, ocupa uma área de aproximadamente 1.270 hectares e é um dos poucos exemplares restantes desses primeiros assentamentos. Mantenedora, ainda, de sua arquitetura tradicional original, tem sua sede localizada às margens do rio Araguari, sendo parte integrante do distrito de Cruzeiro

dos Peixotos, no município de Uberlândia-MG. Seu acesso é feito pela estrada do mesmo distrito que se liga, por sua vez, à rodovia municipal Neuza Resende.

São desconhecidas informações precisas da data da construção, nome do construtor, ou mesmo o primeiro proprietário. No entanto, sabe-se que a área da fazenda fazia parte da Sesmaria de João Pereira da Rocha, primeiro desbravador da cidade, que após a sua morte teve as terras divididas entre os seus numerosos herdeiros.

Atualmente, a Fazenda Barra Grande encontra-se sob o poder da Sra. Renata de Freitas, filha de Renato de Freitas, importante político de Uberlândia. Por volta do ano de 1924, o bisavô de Renata - Sr. Elpídio Aristides de Freitas - adquiriu a propriedade, comprando o imóvel das mãos do Sr. Quirino Leite, residente na cidade de Uberaba. Após a morte de Elpídio,

F. 52 - Fachada
Principal
Conjunto Fazenda
Barra Grande
(Sem escala)



Renato de Freitas herdou o bem, que passou, no ano de 1989, ainda em vida, para a propriedade de seus filhos Renato Rezende de Freitas e Renata de Freitas. Anos mais tarde, em comum acordo com o irmão, após a morte do pai, Renata passou a ser a proprietária exclusiva da Fazenda.

O Conjunto Fazenda Barra Grande é formado pela casa sede e casa do caseiro, possuindo ainda alguns apêndices independentes da casa, que servem de apoio a serviços - cozinha e lavanderia - e como suporte para atender às atividades rurais - galinheiro, depósito e curral.

A Casa-sede, já existente desde a compra da propriedade por Elpídio Aristides de Freitas, configura-se numa construção de pavimento único, de traços tradicionais e implantada hoje no formato de "L". É fácil constatar, pela análise das diferentes técnicas construtivas, que a planta assumia anteriormente um formato simples, retangular. Essa alteração, cuja data é desconhecida, ocorreu pela iniciativa de proprietários anteriores ao avô da Sra. Renata de Freitas. Desse modo a casa apresenta, nos dias atuais, seis quartos, sendo um tipo suíte, uma sala, uma copa, um banheiro, uma varanda-alpendrada na fachada principal e outra na lateral direita, na qual foi recentemente construído um pequeno banheiro e retirada a fornalha.

A entrada principal é acessada por duas escadarias, uma frontal e outra lateral esquerda, ao passo que a secundária é feita no mesmo nível do solo, na lateral direita da edificação.

O sistema construtivo se configura de duas formas: parte da construção foi executada em estrutura autônoma de madeira aparente pintada de azul, com vedação em tijolo maciço cozido, e outra parte, resultante da ampliação, erguida em alvenaria auto-portante, de tijolo furado. Toda a casa se apresenta elevada do

solo por alicerces de tijolo, a fim de se proteger o antigo piso de madeira, hoje substituído por cimento queimado.

As esquadrias, em sua maioria, são em verga reta e folhas de madeira pintadas na cor azul. Algumas portas e janelas possuem ainda bandeiras seccionadas em retângulos de vidro, existindo também esquadrias em ferro e vidro nas instalações sanitárias, que fogem da padronização. O piso dos cômodos foi executado em cimento queimado vermelho e a maioria dos ambientes apresenta forro em madeira pintado de branco. A cobertura, mais elevada em sua porção frontal, resulta da composição de dois telhados de quatro águas em telhas francesas.

Seguindo um modelo de arquitetura tradicional as fachadas apresentam, como único elemento marcante, a estrutura em madeira pintada em azul, que se destaca na fachada, emoldurando-a. A solidez das elevações é quebrada pelas aberturas, centralizadas nos cômodos, refletindo a simplicidade da configuração da planta. Com o tempo, esta antiga composição foi sendo alterada com intervenções que não se preocuparam em manter a mesma linguagem. Tanto a fachada principal como a lateral direita apresentam hoje, varandas que imprimem movimento, quebrando a sisudez e o aspecto monolítico da edificação.

A pavimentação de todo o conjunto se resolve de forma mista, tendo sido utilizados diferentes materiais, como a pedra rosada, o cimentado rústico e a pedra macaquinho preta.

A Casa do Caseiro, por sua vez, utilizou-se das mesmas técnicas construtivas da sede. edificada em estrutura autônoma de madeira, esta pequena residência possui esquadrias pintadas na cor azul que, ressaltadas na fachada de alvenaria, repetem o mesmo tratamento dado à residência principal. A

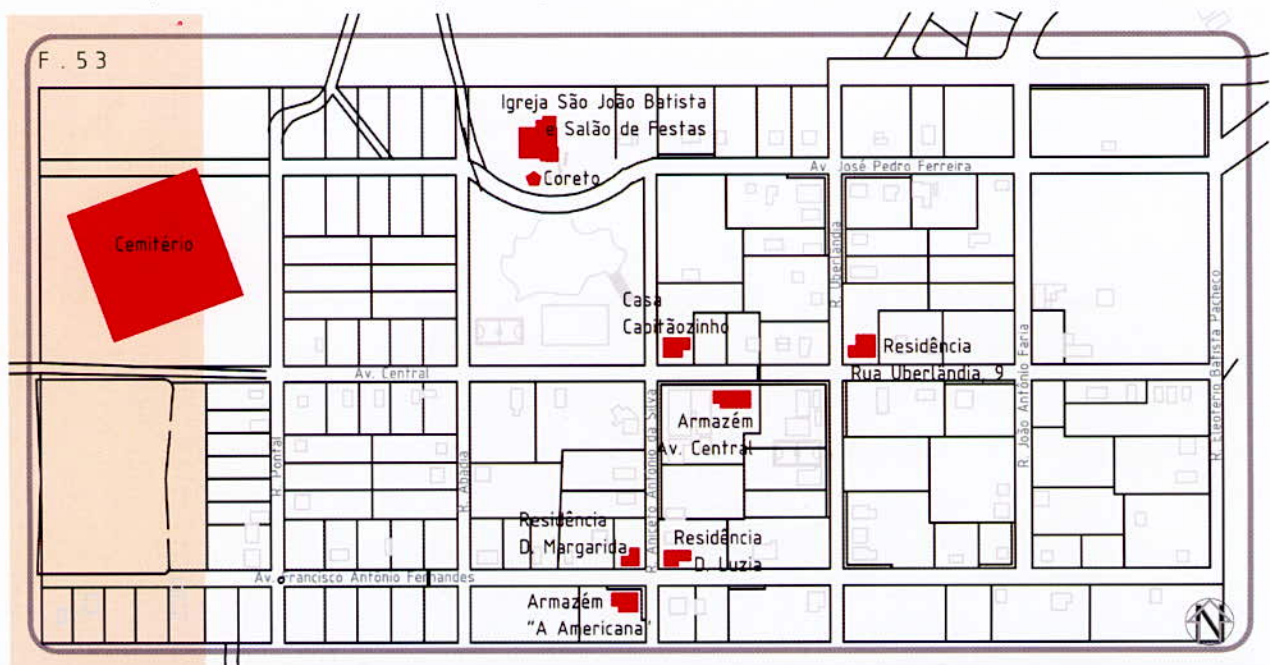
simplicidade está presente tanto na sua configuração em apenas três cômodos como em seu acabamento, com piso em cimento queimado, telhado em duas águas de fibrocimento e ausência de forro.

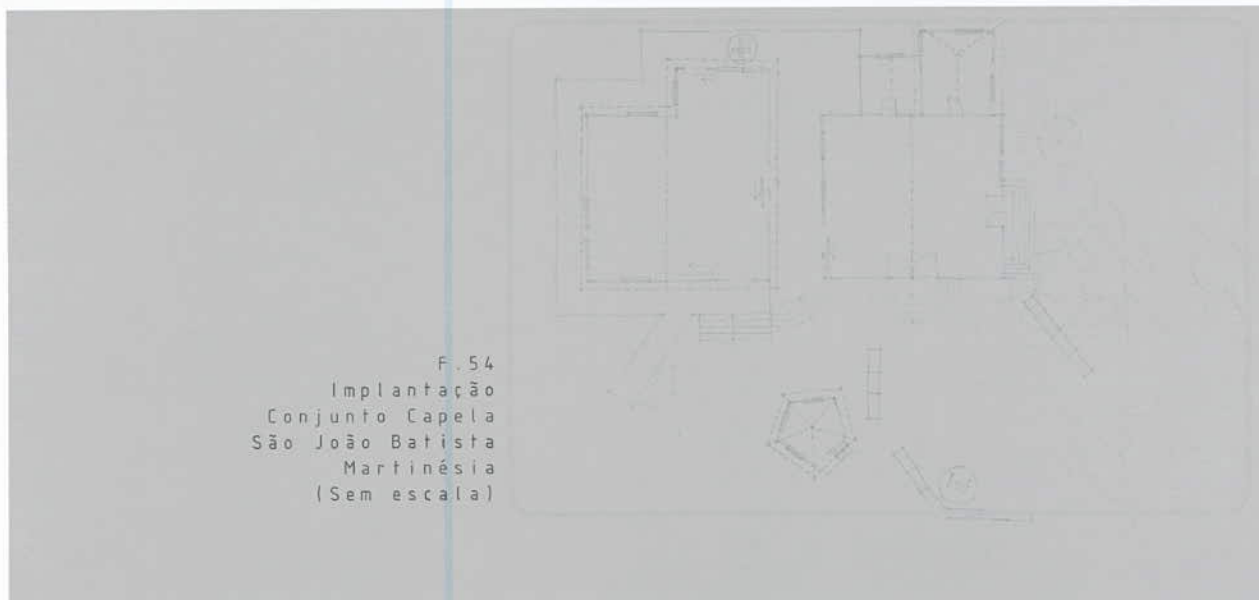
As outras edificações, nomeadas aqui como apêndices, possuem maior simplicidade construtiva. A cozinha, estruturada em madeira, com vedação em alvenaria de tijolo maciço, possui um pequeno depósito e um alpendre que abriga o fogão a lenha. Sua cobertura foi resolvida em um telhado de duas águas, com telhas francesas. Situada próxima à cozinha se encontra a área de serviço. Este ambiente aberto possui apenas quatro pilares, em madeira roliça, que suportam o telhado de duas águas e telhas francesas. O paiol, por sua vez, localizado do lado esquerdo da Casa do Caseiro, apresenta-se elevado do solo, com alicerce de tijolo maciço, sendo estruturado em madeira e vedado com tábuas do mesmo material. Sua cobertura se dá em quatro águas e telhas francesas. O galinheiro se apresenta com vedação em placas de concreto e tela metálica; cobertura em duas águas e telhas francesas. Por fim, o curral, situado em frente à Sede, é delimitado por uma cerca estruturada em pilares de madeira aparelhada. Parte desta encontra-se encoberta por um telhado em quatro águas,

com estrutura em madeira e telhas francesas.

Na lateral direita da sede encontra-se o pomar plantado pelo avô da proprietária. Neste, têm sido cultivadas as mais diversas espécies frutíferas - mangueira, goiabeira, cajueiro, bananeira, jabuticabeira são alguns dos exemplares. Além disso, instalada em uma das mangueiras, encontra-se uma casinha de árvore, para brincadeiras de crianças.

No ano de 1996, no processo de retomada da produção da Fazenda em atividades de pecuária, houve uma reforma e limpeza geral de toda a propriedade, visto que esta se apresentava abandonada e tomada por morcegos, carrapatos, pulgas e outros animais. O antigo depósito e fábrica de ração foram reformados e transformados em cozinha e despensa. Havia um fogão a lenha na varanda da lateral direita, que foi retirado para dar lugar a uma nova instalação sanitária. Também foi retirado o forro e substituído por outro do tipo paulistinha; a pintura foi refeita, substituindo-se a cor branca das elevações por uma cor mais escura, na tonalidade de cerâmica; uma fossa séptica foi construída; e a casa do caseiro recebeu ampliação de quarto e banheiro e nova pintura semelhante à sede. A partir deste momento, a Fazenda Barra Grande passou a ser intensamente utilizada pela família da





proprietária como casa de final de semana, sendo anteriormente à reforma de uso predominante dos funcionários.

2.2.1. Distrito de Martinésia

O surgimento do distrito de Martinésia se deu a partir da instalação de um cruzeiro, que foi erguido no povoado como ex-voto de D. Izabel Mariana da Silva a São João Batista, pela cura de seu filho, Joaquim, que se encontrava gravemente doente.

Com as manifestações religiosas que começaram a ser realizadas ao redor do cruzeiro houve a necessidade da construção de uma capela. A primeira construção foi feita em madeira e cobertura vegetal, mais tarde substituída por outra de madeira e adobe.

A partir da aquisição do patrimônio de São João Batista da Boa Vista por uma

sociedade feita pelos moradores mais influentes do povoado, este recebeu o nome de Martinópolis, em homenagem a Hipólito Martins, um dos fundadores e patriarca de uma das famílias mais influentes do distrito.

Desta forma foi realizada a terceira e atual construção, a Igreja São João Batista, que se encontra localizada na parte mais alta de uma colina, com sua fachada principal voltada para a praça, ocupando o terreno em declive que se abre a sua frente. Dividindo a mesma área estão o salão paroquial, o coreto e o novo cruzeiro.

A capela possui planta retangular e é constituída por dois volumes, sendo o principal composto por nave única e altar, e o secundário, um anexo aos fundos. A fachada principal possui quatro pilares sobressalentes eqüidistantes, estando o acesso principal entre os dois centrais. A cruz, ao centro da elevação, enfatiza a verticalidade sugerida pela platibanda



F.55 - Vista Coreto
F.56 - Vista Capela São João Batista

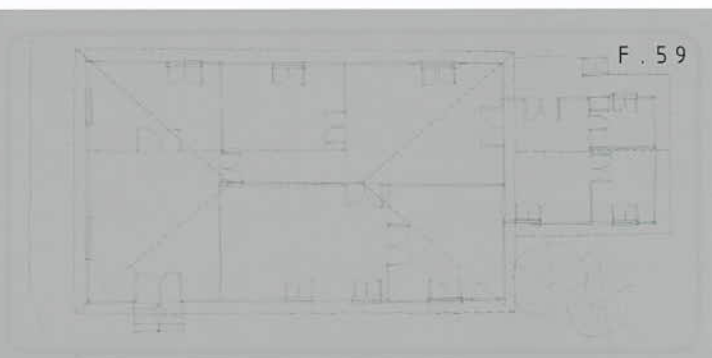


que acompanha a inclinação do telhado. Esta fachada apresenta seis janelas ogivais, dispostas aos pares, sendo as janelas centrais maiores que as outras. Todas as esquadrias são em madeira, com fechamento em vidros fixos, exceto nas portas. O acesso acontece pela fachada frontal e pelas fachadas laterais por meio de escadas, em função da declividade do terreno. Na lateral esquerda a escada conduz a um platô nivelado, que permite acesso à capela e ao Salão Paroquial.

O atual Salão Paroquial, que substituiu

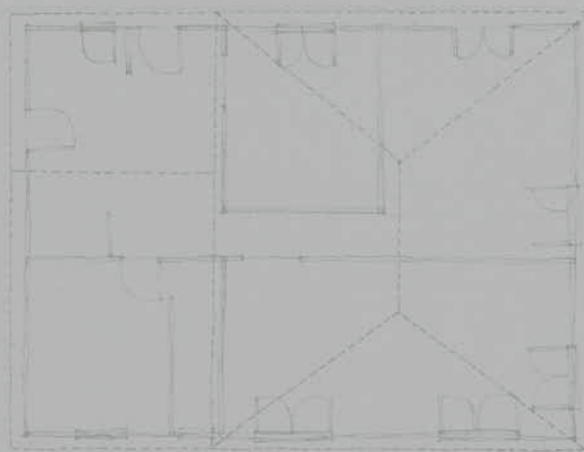
outro no mesmo local, no ano de 2002, apresenta técnicas construtivas contemporâneas, com o uso de estrutura em concreto pré-moldado, vedação em tijolo cerâmico furado e estrutura da cobertura feita em duas águas, com terças metálicas apoiadas diretamente nas vigas de concreto pré-moldado.

O coreto, construído juntamente com a atual capela, surgiu da necessidade de um local para a realização dos leilões, característicos das festas religiosas organizadas pela Igreja



F. 59
Planta Casa do Capitãozinho
F. 60
Vista Casa do Capitãozinho

F. 61 - Planta
Residência D^a.
Margarida Alves
Borges
(Sem escala)



Católica. Sendo assim, este possui prateleiras para acomodação das prendas a serem leiloadas e um porão utilizado durante os festejos como depósito dos animais doados pelos moradores locais. Desde sua construção manteve a mesma função, servindo às festas religiosas da comunidade.

A planta do coreto é em formato pentagonal, elevado do solo, gerando um porão que servia de depósito. De padrão bastante simplificado, o coreto é construído em alvenaria de tijolo cerâmico, estruturado em concreto armado, com cinco pilares circulares localizados nos vértices do pentágono, sobre os quais se apóia a cobertura da edificação. Esta se desenvolve também em cinco águas, conforme a tipologia da planta pentagonal, com telhas cerâmicas do tipo francesas e estrutura de madeira, apresentando um forro em réguas de madeira. Neste há um detalhe central no

formato de estrela de cinco pontas, em cujo centro se encontra uma única lâmpada, que serve de iluminação ao coreto. O beiral é arrematado em guarda-pó.

Atualmente, a Igreja São João Batista faz parte da Paróquia de Bom Jesus, com sede em Uberlândia.

A década de 1920 foi a de maior prosperidade do distrito, com avançado desenvolvimento de seu núcleo urbano e das atividades econômicas. Com o crescente aumento da população e com a dificuldade de transporte para realizar os sepultamentos em outros núcleos urbanos, surgiu a necessidade da criação de um cemitério local. Este foi instalado na parte mais baixa do povoado, na porção noroeste. Posteriormente, em meados da década de 1950, o proprietário de uma cerâmica local, Sr. Olegário Marquês, fez uma doação de tijolos e cedeu funcionários para a

F. 62



F. 63



F. 62 - Residência D^a. Margarida Alves Borges
F. 63 - Detalhe do elemento decorativo da fachada

F. 64 - Planta
Residência D^{ca}.
Luzia Alves
Borges
(Sem escala)



construção de um muro, substituindo a antiga cerca de madeira. A obra foi também viabilizada pela doação de areia e cimento, pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Nesta mesma época, foi feito o calçamento do acesso principal do cemitério. Internamente, os túmulos possuem uma grande diversidade de sistemas construtivos, desde túmulos simples em cimento até capelas maiores com revestimento em mármore e granito, enfeitadas com imagens de anjos e santos.

Com o processo de crescimento, o distrito passou a atrair pessoas da zona rural, dentre elas algumas de maior influência, como Emerenciano Cândido da Silva, popularmente conhecido como Capitãozinho. Este foi um dos mais ricos fazendeiros da região, a quem a população recorria para resolver os problemas de disputas de terras e assuntos afins. Concomitantemente, inicia-se um aumento do

número de residências, sendo que, ainda hoje, algumas merecem um olhar especial, por possuírem grande relevância cultural e arquitetônica.

Neste contexto três residências são destacadas: a casa do "Capitãozinho" e as residências das irmãs Margarida e Luzia Alves Borges.

Localizada próximo à Praça São João Batista, a casa de Emerenciano Cândido da Silva - Capitãozinho - foi erguida entre os anos de 1919 e 1920. O lote foi obtido por meio de uma carta de aforamento em nome de Francisca Mariana Pereira, em 1919, na qual a foreira se via obrigada a construir a residência no prazo de dois anos. A ligação entre esta e Emerenciano não é clara. Conforme Margarida Alves Borges, antiga moradora do distrito, a casa foi construída pelo Capitãozinho, que fez altos investimentos para sua edificação. O segundo



F. 65



F. 65 - Vista Residência D^{ca}. Luzia Alves Borges
F. 66 - Detalhe elementos decorativos da fachada

dono foi Azarias Mendes dos Santos, e com a morte deste a casa ficou sob a responsabilidade de Zoroastro Ribeiro Nascimento, seu primo.

Em 1950, a cerâmica Martinésia instalou-se no distrito e seu proprietário Olegário Ribeiro Marquês alugou a residência para sua moradia. Nessa época foi construída, externamente, uma área de serviço com fogão a lenha e tanque. Na década de 1980, o imóvel foi cedido para moradia de uma família que, após a morte do Sr. Zoroastro, em 1990, entrou na justiça com pedido de integração de posse por usucapião. Após o processo, essas pessoas foram retiradas do imóvel que, desde então, permaneceu desocupado.

Esta residência é a de maior requinte e imponência de Martinésia, apresentando-se em estilo eclético, com pavimento único e porão, planta retangular com forma rígida e tradicional. As fachadas que receberam tratamento especial ficam voltadas na direção das ruas, como se fazia na época. A elevação principal possui quatro aberturas: porta de acesso e três janelas que estão alinhadas em altura, com formato retangular e moldura em argamassa, tendo no topo meia circunferência centralizada. Na elevação lateral, voltada para a Praça São João Batista, destaca-se, na platibanda, um medalhão, onde está registrada a data da construção - 1920 - e dois pináculos, um localizado na extremidade direita e outro no alinhamento da faixa vertical sobressalente. Nesta fachada existem ainda duas janelas alinhadas em altura e com mesmo tipo de moldura em argamassa das janelas da fachada principal. As platibandas apresentam trabalhos em argamassa com motivos florais, guirlandas e cimalha.

No ano de 2001, os herdeiros de Azarias e Agripina fizeram a doação do imóvel ao Município de Uberlândia. As condições de doação foram: promover a restauração do

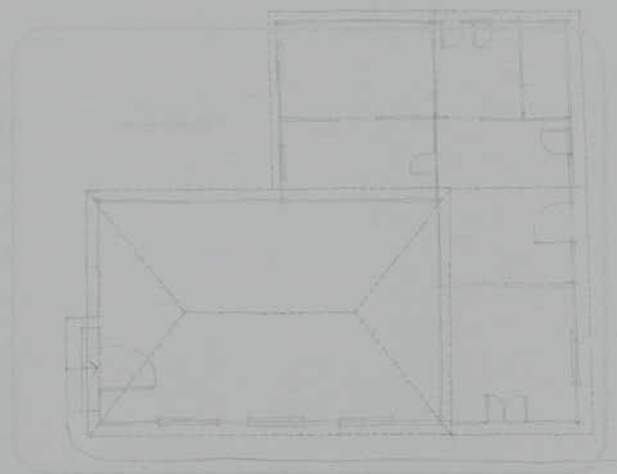
imóvel, mantendo suas características originais; abrigar um museu com o nome de Azarias Mendes dos Santos; criar um Núcleo de Apoio ao Distrito de Martinésia e conservação do seu patrimônio histórico. Porém, atualmente, a residência se encontra em estado de ruínas.

Outro imóvel de destaque é a residência hoje pertencente à Dona Margarida Alves Borges, construída em 1920, por José Pedro Ferreira, seu primeiro proprietário. Logo após sua construção, abrigou uma padaria, atividade que nela se desenvolveu por cerca de dez anos. Posteriormente, por um curto período, o imóvel foi ocupado por um clube de jogos (cassino), atividade que, aproximadamente seis meses depois, foi proibida. Com o fim do cassino, a edificação deixou de atender às atividades comerciais e passou a ter uso residencial. No ano de 1940, foi adquirida por Maria Aniceta Borges, mãe da atual proprietária, que passou a residir no local com sua família. Desde então, a edificação vem sendo utilizada pela mesma família com a finalidade de habitação. No ano de 1966 passou por uma reforma, na qual a principal alteração foi a troca das antigas portas comerciais por janelas. Posteriormente, quando a edificação já se encontrava em posse de Dona Margarida, foram realizadas outras reformas para manutenção, em datas indeterminadas, sendo a última no ano de 2000, quando foram realizados alguns acréscimos à edificação.

Implantada em um terreno de esquina, entre as ruas Aniceto Antônio e a Avenida Francisco Antônio Fernandes, apresenta uma série de características arquitetônicas que a definem como um exemplar do estilo eclético desenvolvido na primeira metade do século XX. As fachadas apresentam composição simétrica, com janelas de verga reta e ornatos de argamassa trabalhada, pintados em branco, sobre a pintura salmão das paredes.

Atualmente a residência não apresenta

F. 67 - Planta
Comércio Rua
Uberlândia,
nº 09
(Sem escala)



moradores fixos, sendo utilizada pela família como depósito de mobiliários e livros, e funcionando eventualmente como casa de hóspedes.

No entorno imediato à residência, verificam-se algumas edificações de tipologia semelhante, construídas também na década de 1920, como por exemplo, a residência de Dona Luzia Alves Borges, irmã de Dona Margarida, que se encontra do lado oposto da rua.

Implantada no alinhamento do lote, num terreno de esquina, no encontro da Rua Aniceto Antônio da Silva com a Avenida Francisco Antônio Fernandes, a residência Dona Luzia foi construída por Pedro Peixoto, filho de José Pedro Ferreira, que residiu no imóvel com sua família até o fim da vida, por cerca de vinte anos. Logo após seu falecimento, a residência foi vendida para Luís Gonzaga, que a habitou até a década de 1970, quando então foi comprada

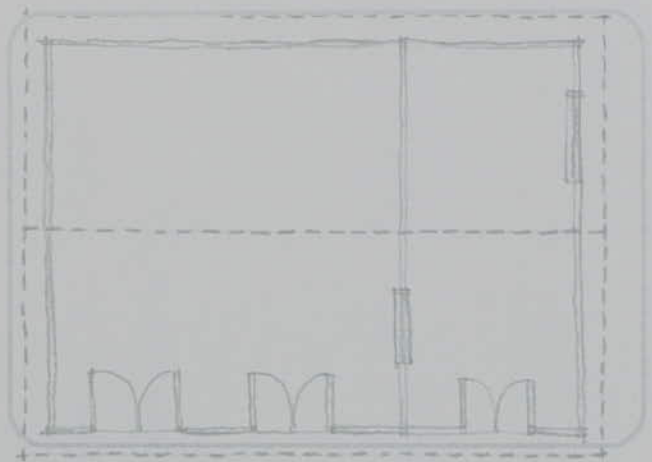
por José Emílio Ferreira. Aproximadamente dez anos depois, José Emílio se mudou do distrito e sua cunhada, Luzia Alves Borges, comprou o imóvel, residindo nele até os dias atuais. Desde sua construção até a data da compra, por parte de D. Luzia, o imóvel nunca havia sido reformado, estando bastante degradado. Somente na década de 1980 foi realizada uma reforma, que possibilitou adaptações, das quais as mais importantes foram: a construção do alpendre justaposto à fachada principal, e uma cozinha, um banheiro e uma edícula, aos fundos da residência, com suíte e garagem.

Caracterizada como exemplar do estilo eclético, a edificação possui planta assimétrica, composta por um único pavimento. As fachadas são ornamentadas por aplicações em argamassa, com pintura branca, sobre a pintura salmão das paredes. As janelas possuem peitoris ornamentados e sobre elas, encontram-



F. 68 - Vista Comércio Rua Uberlândia, nº 09
F. 69 - Detalhes elementos decorativos na fachada

F. 70
Planta Comércio
Avenida Central
(Sem escala)



se filetes semicirculares, formando uma arcada encimada por um detalhe, na parte central. As platibandas têm suas arestas destacadas pela presença de pináculos e são decoradas com ramagens em argamassa pintada de branco.

Junto ao crescente número de residências no distrito percebeu-se também, um aumento dos pontos comerciais instalados pelos moradores que ali residiam.

Dentre estes pontos comerciais três merecem destaque, por se tratar de imóveis que, de certo modo, revelam a cultura e a história do local, constituindo parte de seu patrimônio.

Dois destes apresentam-se inseridos na Av. Central, que abrigava a maioria dos comércios instalados no distrito no início de sua formação, visto que apresenta diversas edificações com grandes e várias portas, caracterizando o uso comercial. Ainda hoje, a

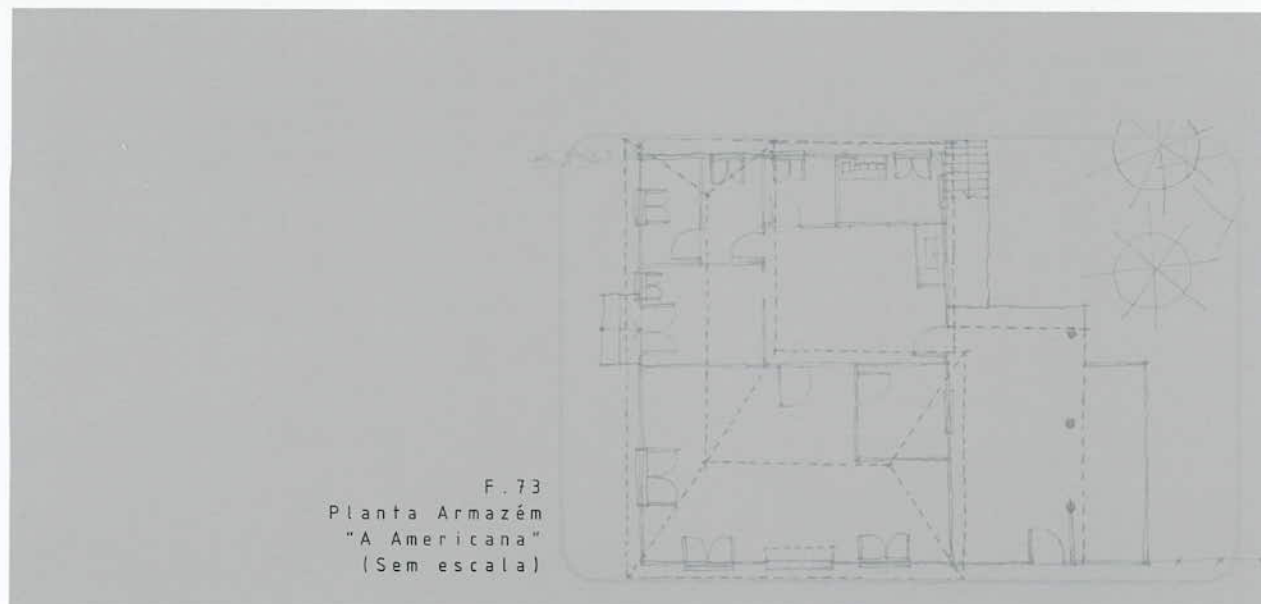
via é dotada de pontos de comércio local, principalmente de gêneros alimentícios, estando também implantados nela a Escola Cristiano Machado e um ginásio poliesportivo, além de várias residências, que conferem à avenida um caráter de via estrutural na dinâmica do distrito.

Os imóveis são conhecidos por: Comércio Rua Uberlândia Nº 09, Armazém na Avenida Central e Armazém "A Americana",

O Comércio Rua Uberlândia Nº 09, de uso misto, residência/comércio, encontra-se implantado no alinhamento da calçada, num terreno de esquina, no encontro da Avenida Central e Rua Uberlândia, apresentando planta assimétrica e pavimento único. Suas técnicas construtivas são características da arquitetura tradicional, com estrutura autônoma de madeira, executada através de esteios e cunhais, e vedação de tijolos cerâmicos



F. 71 - Vista Comércio Avenida Central
F. 72 - Entorno do edifício



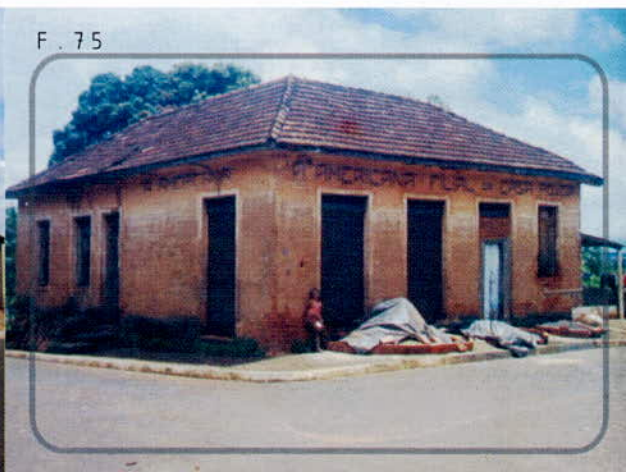
maciços. As fachadas, voltadas para as ruas, apresentam-se pintadas em branco e, acima das portas, ornatos em argamassa emolduram-nas.

O acesso ao salão comercial é feito através de uma única porta voltada para a Rua Uberlândia, uma vez que as três outras portas, voltadas para a Avenida Central, foram vedadas com alvenaria, até meia altura, mantendo-se a folha das portas no vão. O antigo depósito do armazém foi anexado ao uso residencial e dividido em quarto, banheiro e sala, sendo os dois primeiros independentes do restante da casa e alugados para um morador diferente, com acesso diretamente pela Avenida. A residência na parte posterior ao antigo armazém pode ser acessada por ambas as vias, sendo que pela Avenida Central acessa-se a sala, e pela Rua Uberlândia, a cozinha.

Este imóvel foi construído por Alfredo

Ferreira, em 1919, onde estabeleceu seu armazém, mudando-se com a família para a residência anexa, na qual permaneceram até seu falecimento, na década de 1970. Nesta mesma época o imóvel foi adquirido por seu genro, Odilon Rodrigues, que passou a ocupá-lo com a família, assumindo também a propriedade do armazém. Cerca de quinze anos depois, Odilon retornou com sua família para sua propriedade rural, nas proximidades de Martinésia, e passou a alugar o imóvel do distrito. Atualmente, a residência abriga uma família e o cômodo comercial está locado para a Igreja Evangélica da Missão Brasileira.

Localizado também na mesma Avenida, o ponto comercial designado Armazém na Avenida Central foi construído por João Evangelista. A data de sua construção não foi determinada, porém, segundo relatos, em 1948 este imóvel já existia. Em 1955, Eleutério, atual



F. 74 - Vista Armazém "A Americana"
F. 75 - Armazém antes da reforma
(Foto cedida pela proprietária)

proprietário e neto de Eleutério Batista Pacheco - um dos fundadores do distrito de Martinésia - adquiriu o imóvel dos herdeiros de João Evangelista: Silvio e Onoerina Evangelista Oliveira. Até o ano de 1963, o atual proprietário administrou o armazém, instalado no imóvel em questão, e morou em uma residência ao fundo. A partir deste ano, vários locatários passaram pelo imóvel, que atualmente encontra-se desocupado.

Tal edificação configura-se em pavimento único, com planta retangular simétrica, e internamente é composta por apenas dois cômodos, o salão comercial e outro cômodo menor (provavelmente o antigo depósito do armazém). O acesso ao salão comercial é realizado através de duas portas voltadas para a Avenida Central. Quanto às técnicas construtivas apresenta-se em alvenaria estrutural de tijolos cerâmicos maciços e cobertura em quatro águas, com telhas francesas, sem forro. A elevação de maior representatividade do imóvel encontra-se voltada para a Avenida Central, sendo marcada por três aberturas de mesma altura e que não estão dispostas simetricamente na fachada, a qual não apresenta nenhum tipo de ornamento.

Outro ponto comercial que foi fundamental para o desenvolvimento do distrito foi a edificação construída pelo português Joaquim Marques Póvoa, o qual já apresentava um negócio na antiga Uberabinha - atual Uberlândia, vendendo secos e molhados. Devido à prosperidade deste negócio, o português decidiu montar uma filial na então Martinópolis, denominada "A Americana Filial Casa Póvoa", que vendia tecidos, secos e molhados. A presença desta loja foi fundamental para a eletrificação do distrito, porém a redução dos negócios e o processo de estagnação local acarretaram o seu fechamento. O estabelecimento passou por vários

usos no decorrer do tempo. Em datas não determinadas o local foi usado para cinema, farmácia, clube de dança familiar e depósito de arroz. Em dezembro de 1953 foi vendido para Maria Ferreira de Paula, que integrou os cômodos do antigo armazém ao uso residencial, morando neste local até os dias de hoje (2005).

O armazém "A Americana" está inserido em um terreno de esquina entre as ruas Francisco Antônio Fernandes e Aniceto Antônio da Silva, em um contexto urbano que contém casas de fachadas trabalhadas com detalhes e elementos decorativos, característicos do ecletismo, formando um conjunto de interesse para a arquitetura local.

O imóvel é térreo, com planta em formato retangular. Quanto às técnicas construtivas emprega sistema misto de alvenaria autoportante de tijolos de barro e estrutura de concreto armado vedado com tijolos cerâmicos, cobertura composta por telhados de quatro águas com telhas francesas e beiral reto de estuque.

Embora tenha passado por uma recente reforma, em 2004, e apresente integridade físico-estrutural, a edificação encontra-se alterada devido ao fechamento e substituição das portas metálicas por janelas de madeira no cômodo comercial, e pela retirada das bandeiras das janelas no restante da edificação, alterando o tamanho destas. Estas alterações provocaram a perda da composição harmônica das aberturas, que somadas à retirada da ornamentação, baseada em molduras em argamassa, descaracterizaram o imóvel.

2.2.2. Distrito de Cruzeiro dos Peixotos

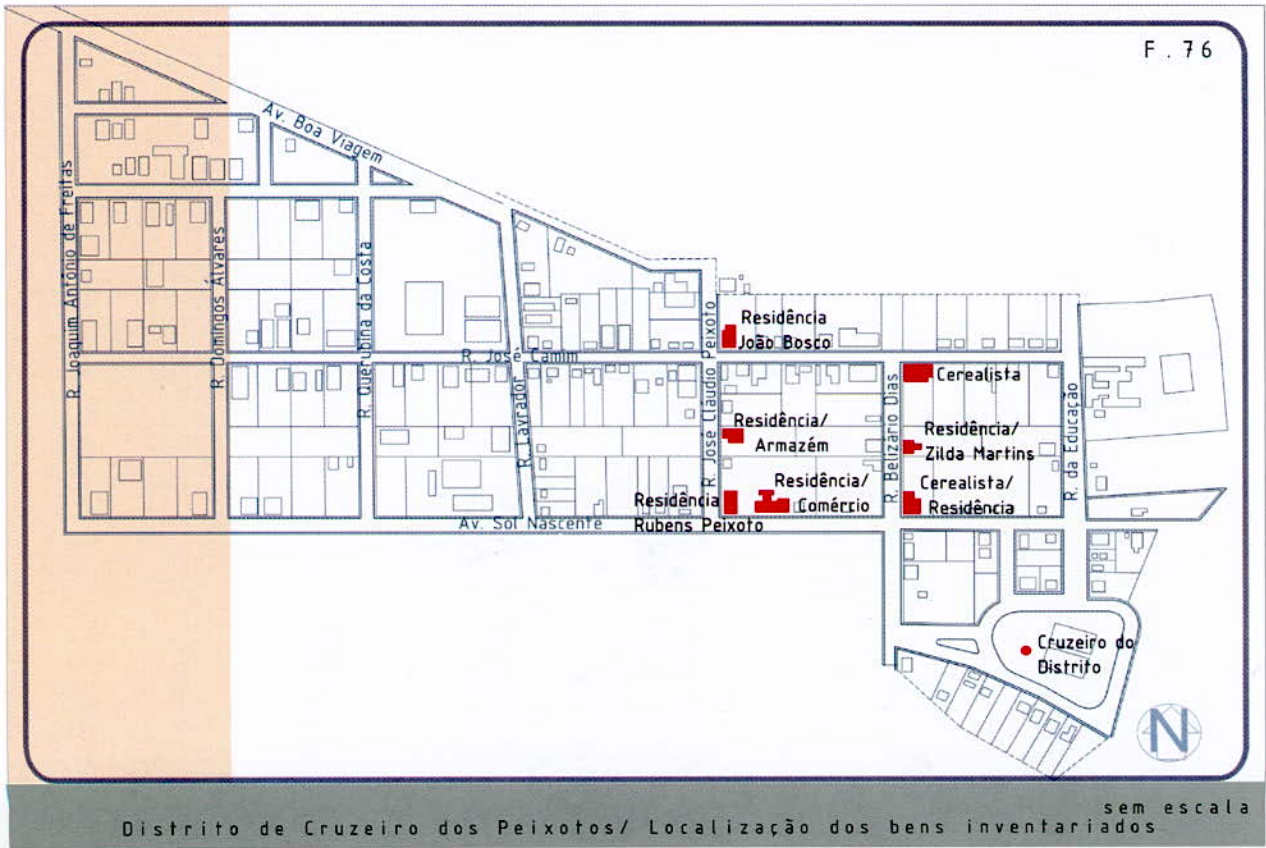
O Distrito de Cruzeiro dos Peixotos iniciou sua formação em 1905, com a colocação de um cruzeiro no alto da colina, nas terras de

José Camim. Os moradores daquela região costumavam se reunir ao redor deste símbolo cristão para rezar o terço e arrecadar donativos para a futura construção da capela. Como acontecia em vários lugares, havia o costume de se enterrarem aos pés do cruzeiro os natimortos. Este elemento foi o ponto inicial de desenvolvimento do distrito e da consolidação da Praça Santo Antônio, que foi se configurando com as construções da Capela de Santo Antônio, do Coreto e do Salão de Festas. Em data não conhecida, o primeiro cruzeiro, confeccionado pela família Peixoto - fundadora do local - foi substituído, devido ao apodrecimento de suas peças. Um novo foi erguido no mesmo local, e as peças do antigo foram colocadas na parte posterior da capela. Segundo depoimento de um dos moradores do distrito, Sr. Euclides Fernandes da Silva, houve uma nova substituição, na década de 1990, e não se sabe a destinação dada àquele que foi retirado. Este último, instalado no mesmo local dos anteriores, foi confeccionado por um serralheiro morador do distrito.

O Distrito apresenta alguns edifícios de relevância arquitetônica, datados do início do

século XX. A Residência Rubens Peixoto Souza, situada na Avenida Sol Nascente, é um desses exemplares arquitetônicos que revela a história do lugar. Foi construída pela família Peixoto e vendida diversas vezes, tendo pertencido a Otávio Afonso e sua esposa Dióstia e, em seguida, a José Marra Fonseca, não sendo identificadas as datas. Em 1969, esta residência retorna ao poder da família Peixoto tornando-se propriedade de Geraldo Peixoto de Souza e sua esposa Benedita Peixoto que, em 1972, passaram o imóvel para a responsabilidade do filho Rubens Peixoto Souza, que nele reside desde então. A planta do volume principal se configura na forma de "L", refletindo os valores burgueses, concentrando de um lado os serviços e, de outro, os setores social e íntimo.

Na década de 1910, observa-se, juntamente com o crescimento da população, a instalação de armazéns de secos e molhados, que seguem a tipologia estética da arquitetura tradicional, unindo residência e comércio. A Residência João Bosco Guimarães, a Residência/Comércio da Av. Sol Nascente e a Cerealista/Residência da Av. Sol Nascente com Rua Belizário Dias são alguns exemplos dessa



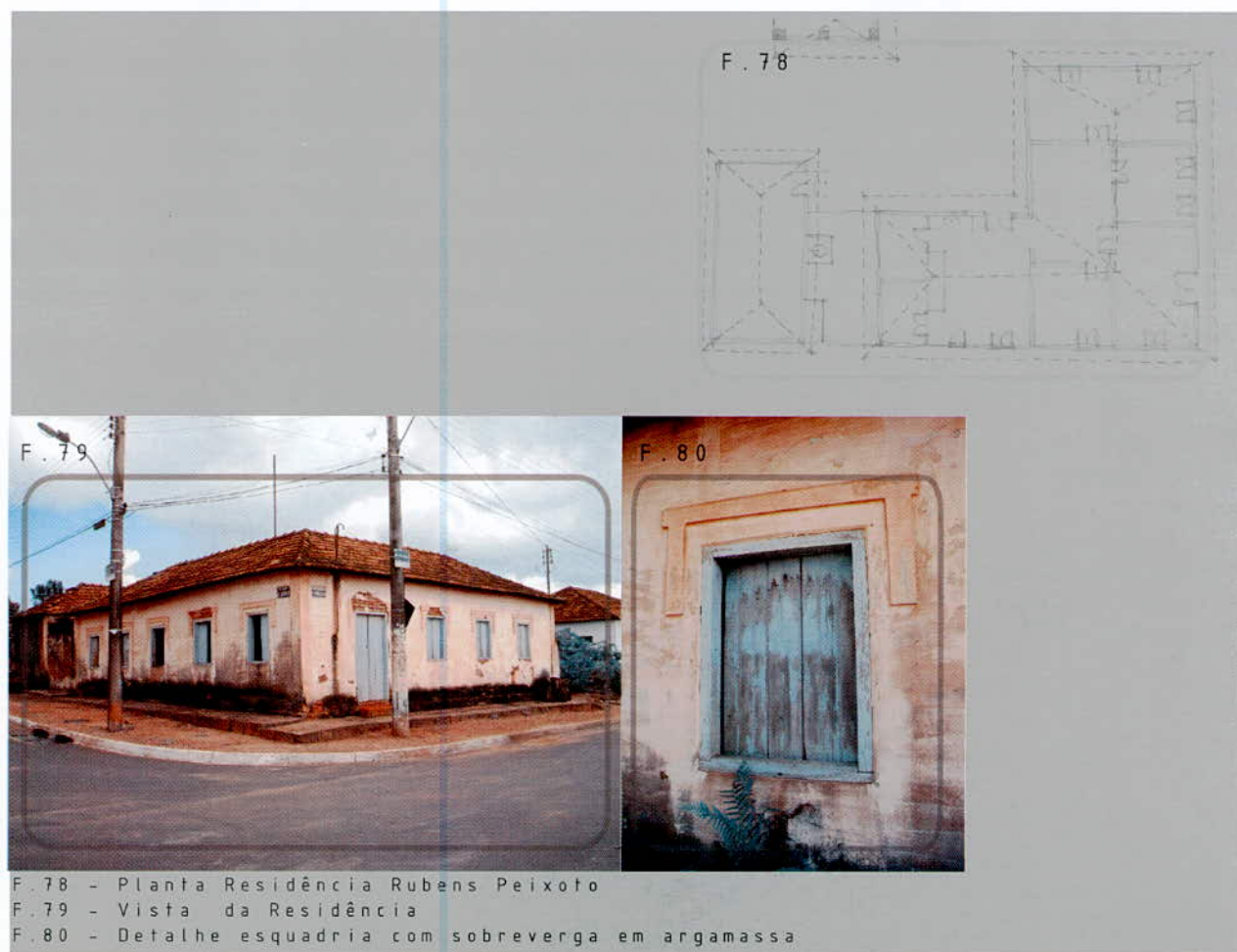


tipologia, também de relevância arquitetônica e importância histórica.

A Residência João Bosco Guimarães foi construída na década de 1910 para abrigar a residência e comércio de João Fernandes, que permaneceu no imóvel até 1936, quando o vendeu para Laurindo Fonseca. Este continuou a utilizá-lo com os mesmos fins, estabelecendo no local um próspero armazém de secos e molhados, onde se negociava de sabão a tecidos. Posteriormente, o imóvel foi vendido para José Rodrigues Correa e depois para Bertoaldo Araújo, em datas desconhecidas. Em 1963 foi novamente vendido, passando a pertencer a Joaquim Florindo, que o utilizou

como residência, alugando o comércio para diversos comerciantes até que, por último, quando a família não mais residia no local, foi alugado para abrigar a sede do Centro Espírita Mensageiros da Luz. Este uso perdurou até o ano de 2004, quando foi vendido para João Bosco Guimarães, passando por uma reforma, neste mesmo ano, adequando-o novamente ao uso residencial.

A Residência/Comércio da Avenida Sol Nascente foi construída na década de 1920, por José Afonso, com dois volumes independentes: um para servir como moradia e outro para abrigar um estabelecimento comercial. O armazém vendia secos e molhados, vestuários,

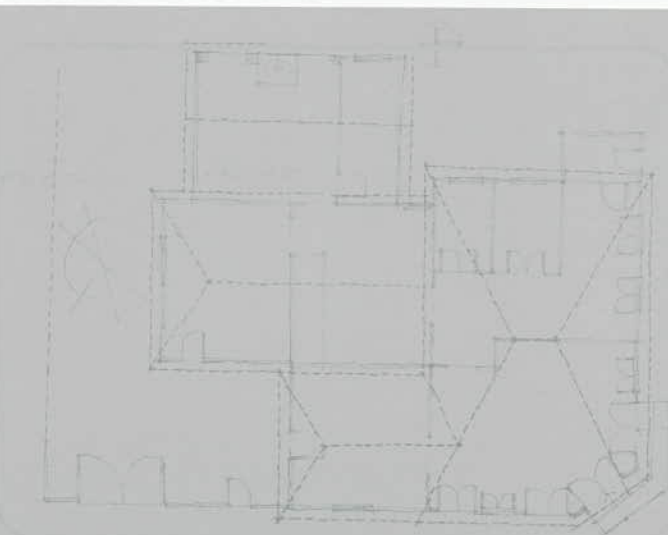


F. 78 - Planta Residência Rubens Peixoto

F. 79 - Vista da Residência

F. 80 - Detalhe esquadria com sobreverga em argamassa

F. 81
Planta Res.
João Bosco
Guimarães
(Sem escala)



querosene, caixão, dentre outros, atendendo tanto ao distrito como aos fazendeiros e moradores da zona rural. Não se tem informações sobre a data de encerramento das atividades comerciais, nem de quando o imóvel foi vendido para o Sr. Valdomiro de Souza. Segundo o atual proprietário, Sr. Merquides Estevão da Cruz, o bem se encontrava fechado quando, em 1967, o adquiriu do Sr. Valdomiro. Durante algum tempo, um dos dois volumes foi utilizado para abrigar tanto a residência quanto o comércio de secos e molhados da família. Atualmente, este apresenta apenas uso residencial, sendo que o outro volume permanece fechado, abrigando um depósito.

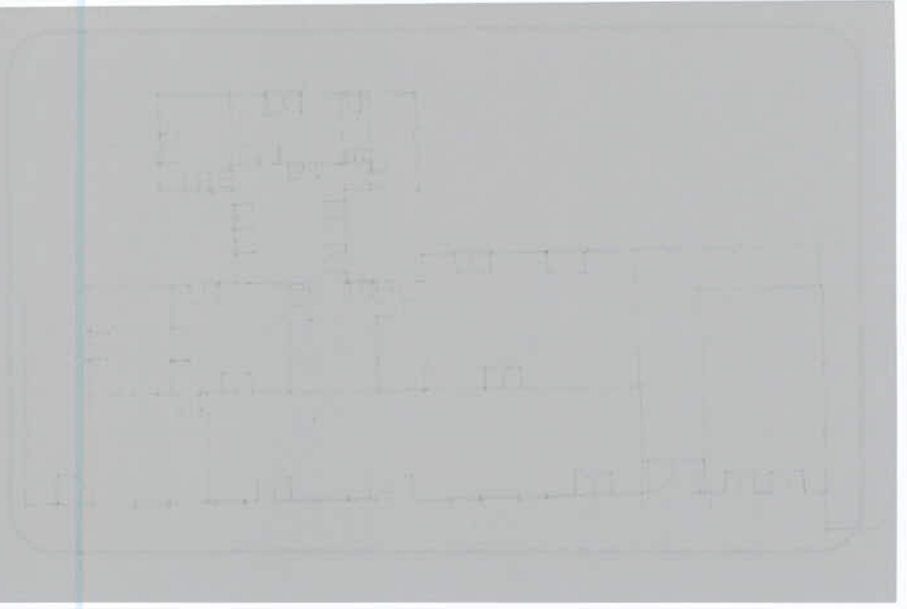
A Cerealista/Residência, situada no encontro da Rua Belizário Dias com Avenida Sol Nascente, foi construída em data não conhecida pelo Sr. Araújo, para abrigar a residência e armazém de sua família. Anos depois, também

em data desconhecida, o Sr. Juca Felinto adquiriu o imóvel, passando a morar na residência e administrar o armazém. O Sr. Juca o vendeu para Geraldo Fernandes, que o revendeu para o Sr. Sebastião Camilo por volta de 1953. Este, ao falecer em 1961, deixou o bem como herança para seus filhos, atuais proprietários. No período em que Sebastião morou na casa, manteve o comércio em funcionamento por cerca de três anos, e depois de fechá-lo, manteve o cômodo como depósito doméstico. A família mudou-se na década de 1970. Posteriormente, uma das herdeiras viveu na casa por alguns anos e, depois de sua mudança, o imóvel foi cedido para diferentes pessoas morarem. Quanto às suas características, a edificação é um exemplar da arquitetura tradicional. Provavelmente sua planta original configurava-se em "L"; no entanto, devido a intervenções, apresenta-se



F. 82 e 83
Vistas Residência
João Bosco Guimarães

F. 84
Planta
Residência/
Comércio
Avenida
Sol
Nascente
(Sem
escala)



em formato irregular. Está implantada no alinhamento do lote de esquina, sobre alicerce de rochas que a eleva do solo. Atualmente encontra-se abandonada, o que tem comprometido sua estabilidade estrutural e integridade física.

Foi na década de 1930 que o distrito teve maior desenvolvimento, apresentando novas atividades econômicas, como a produção de doces, queijos, leite, beneficiamento de arroz e açougue. Nesse cenário surgem novos armazéns e várias residências de padrão construtivo mais requintado, como a Cerealista da Rua Belizário Dias com José Camim, a Residência/Armazém da Rua João Cláudio Peixoto e a Residência Zilda Martins dos Santos.

A data de construção e o primeiro proprietário da Cerealista são desconhecidos. Sabe-se apenas que foi construído para ser um estabelecimento comercial. Considerando suas

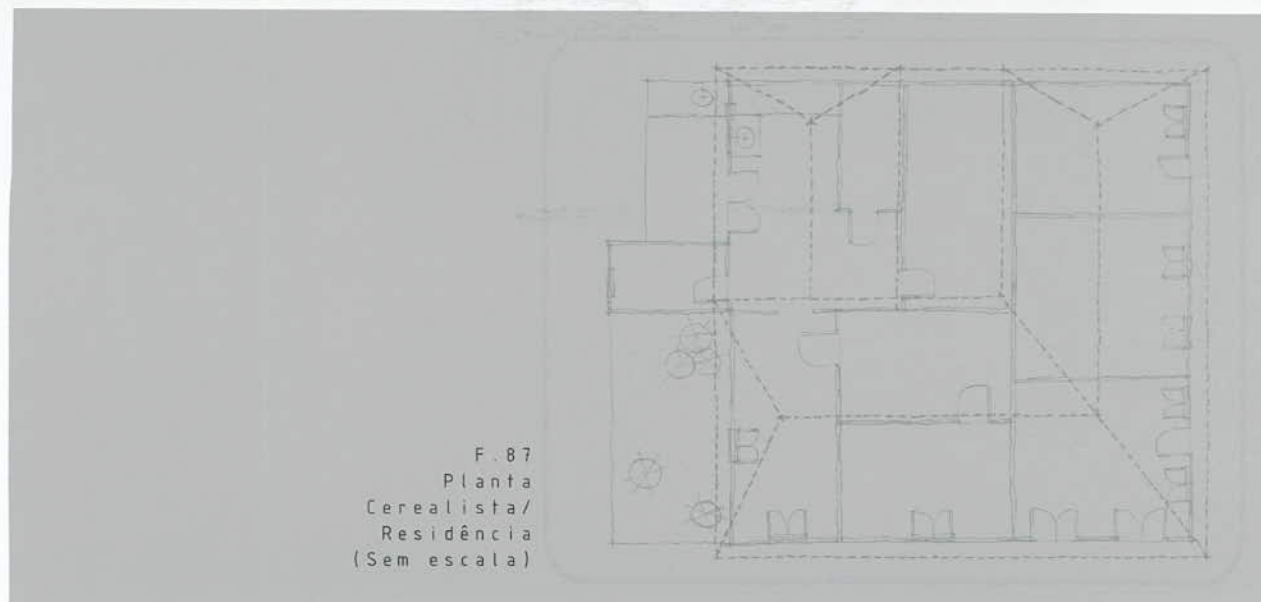
características estilísticas e referências quanto ao desenvolvimento da arquitetura na região, sua construção se deu entre as décadas de 1940 e 1950, época em que o Art-Déco tornou-se usual em Uberlândia.

O edifício situado na esquina das ruas Belizário Dias e José Camim apresenta planta regular, com pé direito alto. A cobertura do telhado, em quatro águas, é estruturada em madeira e as telhas são do tipo francesa, sem a presença de forros. As fachadas voltadas para as vias possuem platibandas que escondem o telhado, e as voltadas para o interior do lote são arrematadas com beiral de caibro corrido. Os elementos decorativos com formas geométricas, concentrados nos cunhais e no centro da elevação frontal, ultrapassam a platibanda e criam um movimento vertical na fachada.

Segundo os moradores mais antigos do Distrito, o estabelecimento comercializava



F. 85 - Vista frontal da Residência/Comércio Avenida Sol Nascente
F. 86 - Vista posterior da Residência/Comércio



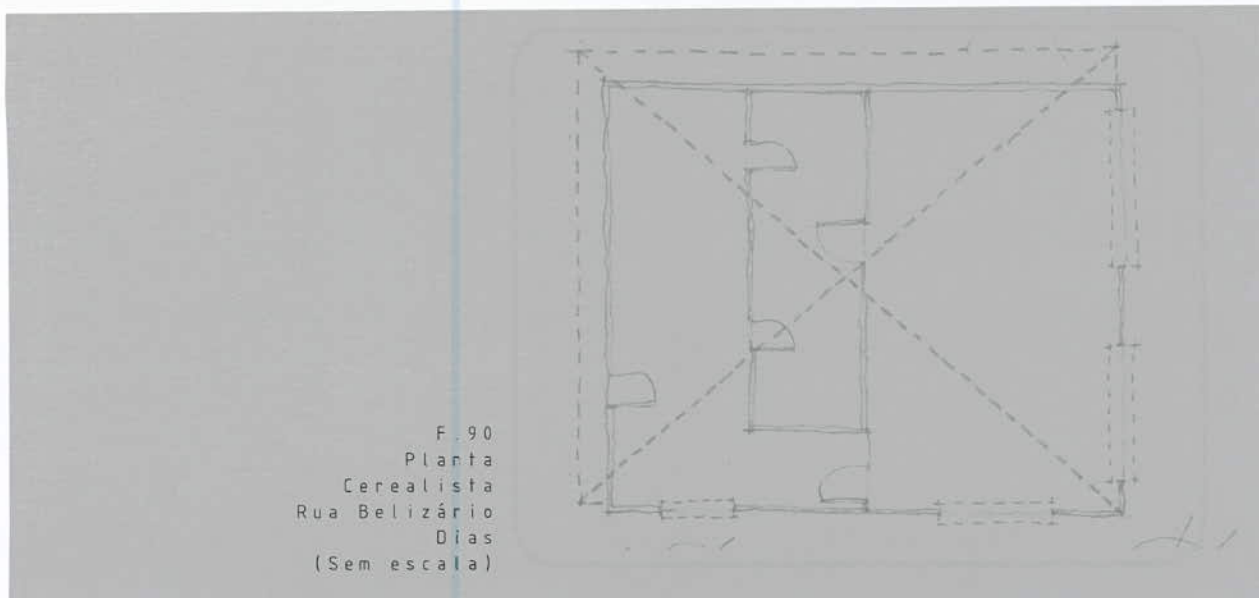
secos, molhados, roupas e miudezas, como era comum na época, atendendo tanto aos moradores da área urbana como da rural de Cruzeiro dos Peixotos. No mesmo prédio, na parte posterior ao armazém, e com entrada voltada para a Rua José Camim, funcionava um depósito de cereais e um açougue instalado em um anexo, hoje demolido. Há um cômodo no interior do armazém, com acesso pela cerealista onde, segundo depoimento de Nilson Martins da Silva, responsável pelo prédio, aconteciam jogos de cartas e funcionava a banca de jogo do bicho. Não se sabe a data precisa de quando e por que o armazém encerrou seu funcionamento, porém, segundo depoimentos de moradores vizinhos, há mais de trinta anos o imóvel está fechado. Atualmente, o espaço abriga um refrigerador de leite que atende a produtores da região.

A Residência/Armazém foi construída, por volta de 1947, pelo seu primeiro proprietário Altivo Ferreira Batista, com a finalidade de estocar e comercializar os grãos produzidos em sua propriedade rural. Esta primeira construção compreendia apenas o armazém, que foi edificado no alinhamento frontal do lote. Em 1962, Enoque Bento de Figueiredo comprou a propriedade, residindo nela sem realizar nenhuma intervenção. Por volta de 1970 vendeu para Eurípedes Moreira de Miranda, proprietário da fábrica de doces que se encontrava próxima à edificação, que passou a utilizá-la como depósito de equipamentos e mantimentos da fábrica. Já em 1975 foi comprada por Onésio, que fez as ampliações hoje existentes e, em 1980, vendida para Ivode, que faleceu no ano seguinte, passando a propriedade para sua esposa Lucy Alves de Moraes que, por volta de



F. 88 - Vista Cerealista/Residência

F. 89 - Estrutura do telhado da Cerealista/Residência



1982, vendeu para Geraldo Peixoto Souza. Sua filha, Sirlene Souza Rodrigues, reside no imóvel desde que foi comprado por seu pai, tornando-se proprietária após seu falecimento, em 1994.

A edificação apresenta planta em "L", tendo à frente o antigo armazém e ao fundo e na lateral direita a residência, que se encontra afastada do alinhamento frontal do lote. É marcante, na fachada frontal, o antigo acesso ao armazém, que se dava por duas grandes portas de madeira.

A Residência Zilda Martins dos Santos foi construída por iniciativa de José Batista, um comerciante português de destaque no local, para seu filho morar. Esta foi a segunda casa construída por ele no distrito. Pouco tempo depois, o imóvel foi vendido para Antônio Martins Sobrinho, marido de Zilda Martins dos Santos. Com o falecimento de Antônio, a

propriedade passou para os filhos Nilson e Nadir Martins Silva sob a responsabilidade da mãe, D. Zilda, que mora na residência até hoje.

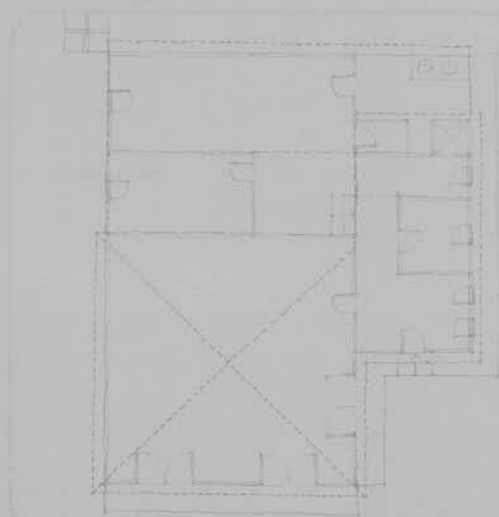
A edificação apresenta planta regular, sendo a fachada principal de maior destaque, por apresentar janelas simétricas com vidros coloridos e moldura em argamassa.

As construções do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos são predominantemente residenciais, com pavimento único, pé direito baixo, implantadas no alinhamento frontal do lote, apresentando afastamento nas laterais e fundos. São, em sua maioria, construídas com alvenaria auto-portante de tijolos cerâmicos maciços, cobertura estruturada em madeira e telhas cerâmicas do tipo francesa. Nas residências, normalmente, eram utilizados pisos de madeira que, ao longo do tempo, estão sendo substituídos por cimento queimado ou



F.91 - Vista frontal Cerealista Rua Belizário Dias
F.92 - Vista lateral esquerda da Cerealista

F. 93
Planta
Residência/
Armazém
(Sem escala)



piso cerâmico. As calçadas, com a pavimentação das ruas, foram alargadas, sendo marcante no distrito a diferença entre o calçamento inicial e o posterior.

A manutenção do gabarito de único pavimento, volumetria semelhante e implantação sem recuo frontal dos imóveis, aliada à paisagem bucólica do distrito, possibilitam total integração e contextualização do patrimônio edificado documentado.

De maneira geral, o registro do patrimônio edificado demonstra a forma como foi impressa a história desta região, que deve ser resguardada para o conhecimento das futuras gerações.

A predominância do catolicismo enquanto manifestação religiosa resultou na materialização de suas crenças através da construção de capelas e, conseqüentemente,

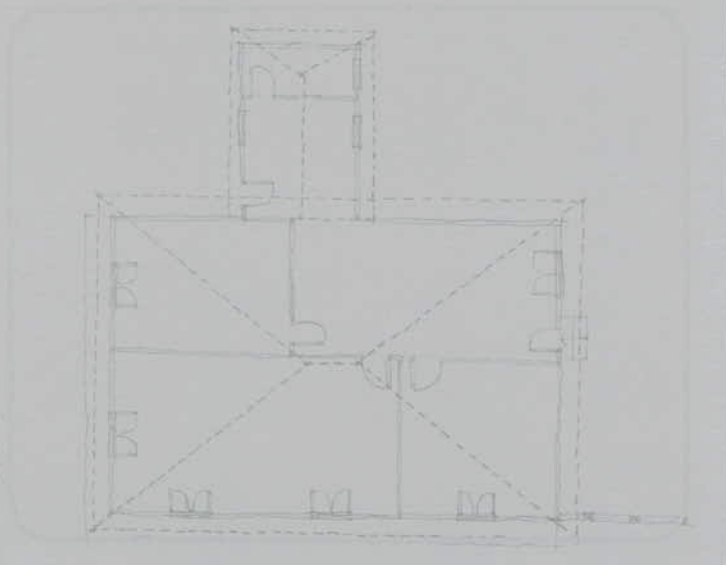
na constituição de um espaço de socialização ao seu redor, o que favoreceu o desenvolvimento de povoados e seu progressivo crescimento. Mesmo nas comunidades com caráter estritamente rural, onde a população geralmente se encontra bem mais dispersa, foram os cultos religiosos que reuniram e propiciaram a interação desta população.

Economicamente ligada ao setor agrícola, e daí a grande expressividade do meio rural, a região se desenvolveu sob o lema progressista, apoiando-se na vantagem dos meios de transporte como elemento facilitador do escoamento da produção. Pode-se constatar a viabilização deste progresso em obras como a Ponte do Pau Furado, uma edificação monumental que facilitou a comunicação entre as cidades de Araguari e



F. 94 e 95
Vistas Residência/Armazém

F. 96
Planta
Residência
Zilda Martins
(Sem escala)



Uberlândia. Neste mesmo contexto se insere a presença das ferrovias, presentes nas duas cidades, ressaltando os ideais locais e causando em ambas grandes impactos. Os trilhos atravessaram o cerrado levando o progresso das máquinas de ferro a regiões antes estritamente rurais. A Estação Stevenson ilustra bem a difusão deste progresso no meio rural, como por exemplo, o benefício recebido pela região do Fundão, que a utilizou como meio de escoamento da sua produção.

O registro da memória e da história desses lugares garante sua preservação, mesmo com a ausência dos grupos sociais para os quais representam significados. Assim, esta documentação tem por objetivo resguardar o conhecimento de sua história e formação, mantendo a memória coletiva das comunidades

e conseqüentemente fornecendo subsídios para a construção e fortalecimento da cidadania.



F. 97



F. 98

F. 97 e 98 - Vistas Residência Zilda Martins

[CAPÍTULO 3]

Toponímia

Rosselvelt José Santos
Arley Haley Faria
Cintia Colósio Natal
Jhonny de Oliveira Borges

O ato de nomear pessoas, objetos e, sobretudo, lugares, é uma prática cultural antiga nas sociedades humanas, mas que muito pouco tem despertado o interesse dos estudiosos na busca de compreender suas razões e sua importância.

Definir o termo toponímia como sendo simplesmente o estudo da origem dos nomes dos lugares seria, a priori, cair no senso comum e, conseqüentemente, não entender os motivos que levam os homens a nomear pessoas, coisas e lugares.

O estudo da Toponímia não está a cargo de uma única ciência, tendo em vista as contribuições dadas pela Geografia, História, Antropologia e Sociologia, portanto esta disciplina é interdisciplinar.

O estudo dos topônimos das áreas que serão diretamente afetadas ou que estão na área de influência das UHEs Capim Branco I e II é, sem dúvida, um passo importante para compreensão e resgate da história dos lugares.

É justamente por tais motivos que, neste capítulo, será apresentado o resultado de uma pesquisa concebida com o propósito de desvendar os significados e motivações de vários topônimos, que contribuirão para conhecer a região do baixo-médio curso do Rio Araguari.

A princípio, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com objetivo de entender o conceito de Toponímia. Posteriormente, foram realizados vários trabalhos de campo; os primeiros trabalhos visaram fazer um levantamento dos topônimos mais importantes da área que será diretamente afetada e

influenciada pelas duas usinas. Os demais tiveram um cunho investigativo. Por meio de conversas informais com os moradores dos lugares e de consultas aos acervos públicos dos municípios de Araguari e Uberlândia, buscou-se desvendar a origem histórica dos topônimos.

Durante todo o período de investigação realizou-se o registro fotográfico e cinematográfico dos lugares nomeados, sendo que, neste capítulo, apresentar-se-ão, de forma detalhada, os topônimos pesquisados.

3.1. Toponímia: uma definição necessária.

Historicamente a ciência geográfica se faz presente diante dos desafios de conceituação de termos que envolvem a relação que o homem estabelece com o espaço. Para os geógrafos é importante considerar os aspectos relacionados com a temática geográfica, que aqui se considerou particularmente, os conceitos chaves da geografia, elegendo, muitas vezes, aquele que seja mais importante para a investigação de problemáticas sócio-espaciais.

O ato de nomear lugares é, a princípio, resultado de uma humanização do espaço, tornando-o mais familiar, ou seja, parte do cotidiano das pessoas. Segundo Carlos, lugar é

...produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura

civilizadora produzindo identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 1996, p.29).

Essa rede de significados da qual fala Carlos (1996, p.29), ajuda a entender que a toponímia pode ser considerada como manifestação de relações humanas no espaço. Se o lugar indica pertencimentos, é justamente pelo ato de nomeá-lo que o homem se reconhece - o nome da rua, do bairro, da cidade, da fazenda, do rio, da montanha e da própria comunidade rural, da qual uma pessoa faz parte. Por meio da nomeação dos lugares, acontecimentos importantes são trazidos à memória.

A construção dos nomes pode ser considerada também como uma necessidade de atribuir significado e sentido a fatos que foram tecidos por grupos sociais. Ao ato de nomear pode-se atribuir ainda a função política de legitimar a posse de lugares, restituindo-os ou destituindo-os de valores históricos, de acordo com os interesses políticos envolvidos na nomeação. Para Claval (2001, p.202), nomear lugares é impregná-los de cultura e de poder.

O ato de nomear, por si só, mostra que aquele lugar nomeado não era lugar de ninguém, e por isso se insere na realidade social, estando sujeito às regras sociais ali estabelecidas. Pelo nome, o lugar é impregnado de significados que, muitas vezes, têm relação direta com a cultura e história do nomeante.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick dedicou alguns trabalhos para o estudo da Toponímia no Brasil, contribuindo significativamente para ultrapassarmos o simples conceito etimológico do termo Toponímia⁵. Segundo DICK, toponímia:

...É a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos. Procura apreender essa tendência também em função dos acidentes geográficos que servem de base física ao nome empregado, a fim de que se verifique a sua projeção no denominativo e em que termos isso ocorre. Procura, ainda estabelecer pontos de intersecção entre designativos e as línguas faladas no local, de maneira a determinar as tendências lingüísticas manifestadas nos topônimos, ou em que medida estes expressam formas antigas de linguagem, com as modificações experimentadas. (DICK, 1997, p.12-13)

Dick reforça a idéia de que o estudo toponímico tem a função de legitimar o topônimo usado, tendo para isso que buscar sua origem e as causas que motivaram a sua adoção em um determinado período de tempo e espaço, levando ainda em consideração, não somente os aspectos físicos do meio, como também os antropoculturais, sendo que, muitas vezes, ainda é necessário relacionar a língua falada no lugar com o topônimo usado para esclarecer sua origem. A autora chama de Taxionomias Toponímicas as motivações que levam a nomear coisas e lugares, sendo essas de natureza física e antropocultural (Dick, 1990, p. 113-363). No quadro 1, é possível visualizar as categorias toponímicas consideradas pela autora e as motivações para uso dos topônimos dentro de cada categoria.

⁵ A palavra toponímia vem do grego *tópos*, lugar + *ónyma* por *ónoma*, nome. Conforme dicionário online Priberam.

Analisando o quadro 1 pode-se perceber que os Geomorfotopônimos, Litotopônimos, Fitotopônimos, Hidrotopônimos, Meteorotopônimos e Zootopônimos são considerados por Dick as Taxionomias de natureza física, e as demais, Taxionomias de natureza antropocultural. Todas as categorias toponímicas citadas no quadro são, como mostra os exemplos, encontradas no Brasil, observando que o contexto histórico influenciou diretamente na atribuição dos nomes, sobretudo pelas atividades produtivas que se fizeram importantes no território

fizeram importantes no território brasileiro em um determinado período e que acabou por influenciar na formação dos topônimos utilizados no país. Pode-se citar aqui o exemplo do Estado de Minas Gerais, que foi marcado pela exploração mineral onde se destacou a exploração do ouro e do diamante, possuindo vários topônimos de origem litotoponímica, fruto, sobretudo, desse período histórico.

Dentro das categorias toponímicas citadas, pode-se perceber que o ato de nomear envolve motivações diversas, incluindo os fatos históricos importantes. Os topônimos

CATEGORIA TOPONÍMICA	MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA	ALGUNS EXEMPLOS
Geomorfotopônimos	Nome provenientes de acidentes geográficos, motivados, sobretudo pela topografia.	Morro Agudo (SP) e Serra (ES).
Litotopônimos	Nomes de natureza pedológica e geológica.	Ouro Preto (MG) e Terra Roxa (PR).
Fitotopônimos	Nomes de origem vegetal.	Campos dos Goitacazes (RJ) e Buriti Alegre (GO).
Hidrotopônimos	Topônimos de natureza hídrica.	Hidrolândia (GO) e Águas Vermelhas (MG).
Zootopônimos	Nomes provenientes da fauna.	Araras (SP) e Piranhas (GO).
Antropotopônimos	Nomes de lugares motivados por designativos pessoais (nomes, prenomes, sobrenomes, indicativos de profissão, patentes militares, títulos de nobreza e funções políticas).	Orlândia (SP), Teresópolis (RJ), Governador Valadares (MG) e Presidente Prudente (SP).
Hierotopônimos	Nomes motivados por designativos religiosos.	São Lourenço (MG) e Bom Jesus da Lapa (BA).
Animotopônimos	Topônimos relacionados com desejos e sentimentos dos homens.	Liberdade (MG) e Alegre (ES).
Ergotopônimos	Topônimos motivados por aspectos da cultura material do homem.	Arcos (MG) e Currais (PI).
Sociotopônimos	Topônimos motivados por aglomerados humanos e por movimentos históricos-sociais.	Quilombo (SC), Arraial (PI) e Inconfidentes (MG).
Cronotopônimos	Topônimos provenientes de datas históricas.	Treze de maio (SC) e Quinze de Novembro (RS).
Numerotopônimos	Topônimos provenientes de contagem normalmente de aspectos da natureza e designativos ligados ao verbo passar que indique travessia ou passagem.	Sete lagoas (MG), Passa Quatro (MG), Passa Vinte (MG) e Sete Quedas (MS).
Etnotopônimos	Topônimos provenientes de agrupamentos étnicos, de cidades, continentes e outros indicativos de localização geográfica.	Uruguaiana (RS), Nova Europa (SP), Palestina (SP) e Novo Hamburgo (RS).
Somatopônimos	Topônimos provenientes de nomes metafóricos interpretados como designativo de partes do corpo humano ou animal.	Braço do Trombudo (SC).
Meteorotopônimos	Topônimos motivados pela ocorrência de fenômenos atmosféricos.	Ventania (PR).

funcionam como fatos ocorridos no passado que criam identidades, fortalecem familiaridades e inscrevem o lugar no espaço.

Nem sempre é possível desvendar a origem do topônimo com exatidão, principalmente quando existem desencontros de informações quanto às motivações do nomeante, resultando em mais de uma possibilidade para um mesmo topônimo. Com relação a isso Dick, diz que:

...tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais. (DICK, 1990, p. 41).

Como muitas vezes as pessoas responsáveis pela nomeação, ou que pelo menos presenciaram o momento e as motivações do batismo não estão mais presentes, se faz necessário apelar para outros informantes, que nem sempre conhecem o contexto histórico no qual o nome foi incorporado ao lugar.

A autora não propõe uma saída para estes desencontros, mas levando em consideração o *"distanciamento de suas condicionantes tempo-espaciais"*, acredita-se ser prudente insistir na busca de informantes que, de alguma forma, vivenciaram o lugar onde

está inserido o topônimo a ser desvendado. Dessa forma, a análise do contexto histórico-espacial, associado à memória das pessoas mais atingidas, deram suporte para obter a origem dos topônimos⁶.

3.2. Os topônimos das áreas diretamente afetadas e de influência do empreendimento Capim Branco.

No estudo toponímico das áreas que serão influenciadas pela construção das UHEs Capim Branco I e II, realizou-se o resgate histórico dos significados e das origens dos nomes dos lugares que ainda fazem parte do cotidiano das pessoas.

O empreendimento Capim Branco ocupa terras dos municípios de Araguari, Indianópolis⁷ e Uberlândia, sendo necessário estudar a origem dos seus nomes e do próprio empreendimento.

Uberlândia

A origem do topônimo Uberlândia é datada de 1929, ou seja, trinta e sete anos depois da elevação do povoado de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade. O Sr. João de Deus Faria sugeriu o nome Uberlândia que, através de um plebiscito, obteve aprovação da população.

Analisando a origem etimológica da

TOPÔNIMO	MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA	TAXINOMIA TOPONÍMICA
Uberlândia	Fertilidade do Solo	Litotopônimo
Araguari	Indefinida	Indefinida
Indianópolis	Tipo de organização social tribal	Sociotopônimo
Capim Branco	Tipo específico de vegetação	Fitotopônimo

QUADRO 2 - Origem do nome do Empreendimento e dos Municípios por ele influenciados.
*Elaborado a partir de dados pesquisados na obra de Dick (1990, p. 113-363).

⁶ Neste trabalho, manteve-se a fidelidade à fala dos entrevistados nas citações de dados obtidos por informação oral.
⁷ Mesmo não tendo sido encontrado bens culturais de relevância na área atingida pela UHE Capim Branco I, neste capítulo foi considerado o estudo do topônimo do município de Indianópolis.

palavra Uberlândia, tem-se que o termo vem da união de duas palavras - Uberis que é de origem latina e significa fértil + Land, que provém do germânico e significa terra.

O núcleo inicial de povoamento efetivo do município de Uberlândia começou na margem direita do Ribeirão São Pedro, onde está localizada a avenida Rondon Pacheco, e próximo, também, ao córrego Cajubá e rio Uberabinha. Os solos presentes nestes canais fluviais apresentam origem sedimentar, sendo ricos em matéria orgânica. Já as vertentes destes canais apresentam solos de origem basáltica, ricos em nutrientes.

A presença de solos férteis faz com que o topônimo Uberlândia seja enquadrado na categoria dos litotopônimos, topônimos de motivação pedológica e geológica, como mostra o quadro 1.

Araguari

Alguns topônimos, como mencionado anteriormente, são de origem conflitante, não havendo consenso quanto à origem do nome. Esse fato acontece, sobretudo, quando os nomeantes já faleceram e não deixaram relatos que possam contribuir no esclarecimento das motivações do topônimo em questão.

Analisando o contexto histórico de formação do núcleo urbano de Araguari, pode-se perceber que, do seu processo de formação até a elevação à categoria de cidade, o lugar recebeu mais de duas designações.

A primeira demarcação de terras na região foi feita por Justa Inocência da Conceição, em 1815, dando o nome de Sesmaria do Córrego do Indaiá, córrego que cortava a região demarcada e que tinha uma grande quantidade de palmeiras da espécie indaiá, muito comum no território brasileiro.

Em 1818 a grande Sesmaria do Córrego do Indaiá foi dividida em duas Sesmarias, a do Serrote e da Pedra Preta, e antes mesmo da elevação do povoado à categoria de freguesia, recebeu o nome de Ventania, nome dado por portugueses que viviam ou passavam pela região. Os nomeantes foram motivados pela presença de ventos constantes, influenciados pela altitude (921 metros⁸) e também pelas massas de ar que atuam nesta região.

Em 1840, o povoado foi elevado à categoria de freguesia com o nome de Brejo Alegre. Brejo, pela presença abundante de água e Alegre em referência à alegria das pessoas do lugar.

No ano de 1884, foi elevado à categoria de Vila, mantendo o mesmo nome. Já em 1888 foi elevado à categoria de cidade, mas com o nome de Araguay.

O designativo Araguay foi sugerido pelo deputado Severiano Nunes Cardoso de Resende, com o apoio do deputado Francisco Navarro de Moraes Sales que, no dia 05 de agosto de 1888, apresentaram uma emenda ao decreto que elevava a então Vila de Brejo Alegre à categoria de cidade, alterando o nome para Araguay.

Os motivos que levaram o Deputado Severino Nunes Cardoso de Resende a propor esse topônimo ainda não foram desvendado e tem sido um enigma interessante para vários acadêmicos que se aventuram a estudar sua origem.

Várias são as hipóteses para a origem do nome. Uma delas foi elaborada por Padre Lafayette, importante personalidade na história de Araguari; ele recorreu ao sentido etimológico do termo que, em tupi-guarani, significa Brejo Alegre. No entanto, buscando nos dicionários

⁸Informação pesquisada no dia 14 de abril no site <http://www.citybrazil.com.br/mg/araguari/>.

da língua portuguesa, padre Lafayette descobriu que Araguari refere-se a uma espécie de arara verde muito comum na região do Triângulo Mineiro.

Se suas hipóteses fossem confirmadas poder-se-ia enquadrar o topônimo Araguari na categoria dos hidrotopônimos/animotopônimos, levando em consideração o sentido etimológico do termo e sua provável origem tupi-guarani (Brejo que significa lugar com a presença de água + a palavra alegre). Lembrando que os hidrotopônimos são topônimos cuja motivação provém da presença de água e os animotopônimos são os topônimos relacionados com desejos e emoções humanas.

Na segunda hipótese levantada por padre Lafayette, em que ele considera o significado da palavra Araguari no dicionário da língua portuguesa, poder-se-ia enquadrar o termo na categoria dos zootopônimos, cuja motivação principal é a presença de uma determinada espécie da fauna, a arara verde.

Outra importante personalidade araguarina que buscou desvendar a origem do topônimo Araguari foi o Dr. Calil Porto. Ele chegou a consultar o Conselho Nacional de Geografia e o Ministério da Marinha e descobriu que o nome foi dado a uma das canhoneiras usadas na Batalha do Riachuelo, no Rio Paraná, durante a Guerra do Paraguai, em 11 de junho de 1865, comandada pelo comandante Francisco Manoel Barroso da Silva, onde a esquadra brasileira aniquilou a paraguaia. O nome Araguari teria sido dado então para lembrar a vitória da esquadra brasileira, durante a Batalha do Riachuelo.

Considerando essa hipótese levantada pelo Dr. Calil Porto, poder-se-ia enquadrar o

topônimo na categoria dos animotopônimos, cuja motivação são desejos e sentimentos, elementos importantes no estudo da cultura imaterial do homem.

Outra hipótese quanto à origem do topônimo Araguari foi levantada pela própria população araguarina. Muitos araguarinos, para justificar o atual topônimo, levam em consideração os primeiros nomes recebidos pela cidade. Eles fazem uma relação entre os dois primeiros nomes para buscar o significado do último, sendo que Ventania se refere à inicial AR, Brejo à palavra ÁGUA e, por fim, a palavra Alegre se refere à RI, formando assim o designativo ARAGUARI.

Definir a categoria em que se enquadra a motivação descrita por esta hipótese torna-se uma tarefa complexa, pois têm-se nos dois primeiros termos motivações diferentes para justificar o topônimo. Diante disso, enquadra-se o topônimo Araguari em três categorias toponímicas: meteorotopônimos, hidrotopônimos e animotopônimos. Meteorotopônimo para a motivação atmosférica (vento) e os demais para as motivações provenientes da presença da água e dos desejos e sentimentos humanos, respectivamente.

A falta de precisão quanto à origem do topônimo Araguari justificou considerar, no quadro 2, a motivação e a taxionomia toponímica como indefinida.

Indianópolis

Santana da Aldeia da Barra do Rio das Velhas, mais conhecido como Aldeia Sant'Anna do Rio das Velhas, foi o primeiro nome da cidade

de Indianópolis, considerado um dos mais antigos núcleos de povoamento da região.

A presença das tribos dos Bororos e dos Caiapós atraiu os colonizadores e também as missões Jesuíticas, sendo que a primeira foi coordenada pelo Padre José de Castilho, que tinha como objetivo principal catequizar os índios das duas tribos. O nome inicial do povoado foi dado pelos próprios jesuítas, fazendo referência a Santana, uma das santas veneradas no catolicismo.

Em 17 de dezembro de 1938 a Vila de Sant'Anna do Rio das Velhas foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Indianópolis, que quer dizer "cidade dos índios". O topônimo Indianópolis foi motivado justamente pela grande presença de índios das tribos dos Bororos e Caiapós durante o processo de colonização do lugar e se enquadra na categoria dos Sociotopônimos, que são os topônimos que provêm de agrupamentos humanos e de movimentos histórico-sociais.

Capim Branco

O topônimo Capim Branco enquadra-se na categoria dos fitotopônimos, pois sua motivação maior provém de elementos da flora.

A área rural do município de Araguari, bem próxima à Comunidade Rural do Fundão, possui várias fazendas e dois córregos com a denominação de "Capim Branco". A presença desta espécie de capim era comum na região, principalmente próximo aos canais fluviais, que depois de terem a mata ciliar retirada, acabaram sendo invadidos por esta espécie de capim.

O consórcio de empresas responsável pela construção das duas usinas hidrelétricas tendo encontrado o topônimo Capim Branco repetidas vezes na região, utilizou o nome para designar todo o empreendimento.

3.2.1- Topônimos na área de influência da UHE Capim Branco I

A UHE Capim Branco I abrange terras dos municípios de Araguari, Uberlândia e Indianópolis, mas foram levantados, nessa área, apenas os topônimos dos dois primeiros municípios. As origens dos nomes das comunidades rurais, das fazendas e até de vias de acesso foram analisados detalhadamente, buscando conhecer as motivações dos nomeantes e a sua importância para a história dos lugares.

No quadro 3 estão apresentados os

TOPONÍMIA	MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA	TAXINOMIA TOPONÍMICA
Salto	Acidente Geográfico – queda d'água.	Hidrotopônimo.
Tenda do Moreno	Junção de palavras. A toponímia Tenda está vinculada a um tipo específico de atividade profissional e Moreno nome dado a um animal.	Sociotopônimo e Zootopônimo.
Pau Furado	Topônimo motivado por aspectos relacionados com a vegetação.	Fitotopônimo.
Buracão	Acidente geográfico – depressão.	Geomorfotopônimo.
Laje	A motivação vem de um tipo específico de formação rochosa.	Litotopônimo.
Pindaíba	Tipo específico de vegetação encontrada no bioma cerrado.	Fitotopônimo.
Marimbondo	Presença do inseto marimbondo.	Zootopônimo.

QUADRO 3 - Levantamento Toponímico na Área de Influência da UHE Capim Branco I.
Elaborado a partir de dados pesquisados na obra de Dick (1990, p. 113-363).



principais topônimos da área de abrangência da UHE Capim Branco I, mostrando as motivações que levaram à designação usada e também a qual categoria toponímica o topônimo estudado pode ser enquadrado.

chamam de Salto. Foi justamente esta queda d'água a motivação toponímica do nomeante. Pela motivação hídrica do topônimo, pode-se enquadrá-lo na categoria dos hidrotopônimos.

Salto

Na Comunidade Rural do Salto, localizada na zona rural do município de Araguari, o topônimo Salto designa, além da própria comunidade, propriedades rurais, a Capela do lugar e a principal festa religiosa da comunidade: a festa de São Sebastião do Salto.

A poucos metros da Fazenda Salto, de propriedade das "irmãs Manzano", encontra-se uma queda d'água que as pessoas do lugar

Tenda do Moreno

O topônimo "Tenda do Moreno" foi criado pela própria comunidade rural de mesmo nome. Designa algumas fazendas e influenciou a nomeação do bar, da escola, da capela e da comunidade. Na realidade, Tenda do Moreno é a junção de dois topônimos de origens distintas.

A sesmaria que deu origem ao município de Uberlândia foi demarcada pelo Alferes João Pereira da Rocha, no ano de 1821, sendo que parte das terras foi vendida seis anos mais tarde



F.101 - Oficina do ferreiro
Felisberto Alves Carrejo

para a família Carrejo. A terra foi dividida entre os quatro irmãos, cabendo uma parte para Felisberto Alves Carrejo, considerado o fundador da cidade de Uberlândia.

Felisberto, ainda em idade escolar, aprendeu o ofício de ferreiro, e de posse de suas terras montou uma tenda para exercer sua profissão, que foi ensinada para o filho, Joaquim Martins. Dessa forma, o topônimo “tenda” provém da oficina do ferreiro Felisberto, o qual teve grande importância para o desenvolvimento da região.

O carro de boi, comum durante o período de colonização da região do Triângulo Mineiro, marcou época como o principal meio de transporte. Um boi carreiro de cor escura sempre era visto pastando na região da Tenda. Este animal andava de uma propriedade para outra, ficando conhecido como “Moreno” por quase todos os membros da comunidade.

Com isso, as palavras “Tenda” e “Moreno”, apesar de possuírem origens diferentes, foram apropriadas pela comunidade como um termo único, dando nome ao lugar.

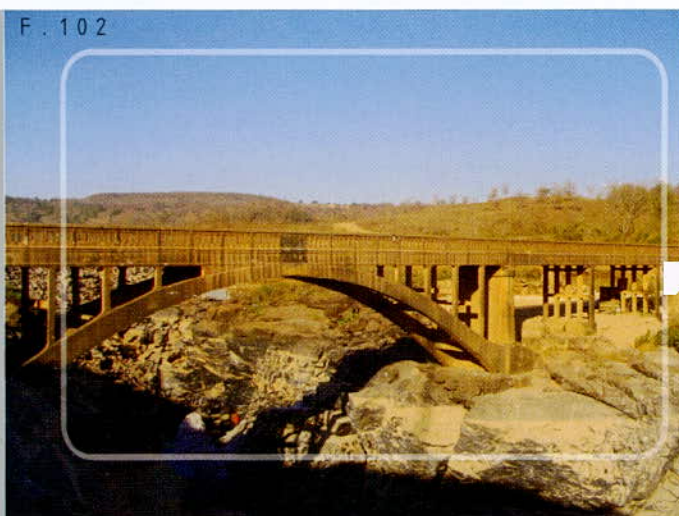
Assim, serão distintas as categorias toponímicas do termo. Tenda pode ser enquadrado na categoria dos antropotopônimos, devido ao indicativo de profissão desempenhado no lugar. Moreno pode ser enquadrado na categoria dos Zootopônimos, já

que a motivação principal foi a presença de um animal.

Pau Furado

O topônimo “Pau Furado” é usado para designar a histórica ponte, a estrada que liga a Comunidade Rural Tenda do Moreno (Uberlândia) à Comunidade Rural do Salto (Araguari) e também fazendas da região. A árvore que motivou o topônimo é encontrada no cerrado com o nome de Copaíba, cujo nome científico é *Copaifera langsdorffii*. Na região ela é também conhecida como pau d'óleo. O óleo da Copaíba tem poder terapêutico, e no início da ocupação da região o óleo era utilizado também para lubrificar os eixos dos carros de boi, que ficavam encharcados durante a travessia do Rio Araguari.

Devido à existência de uma grande árvore desta espécie, próxima a um antigo porto no rio Araguari, o nome “Pau Furado” passou a designar não só o porto como também a região ao redor. Segundo contam os mais idosos, a estrada que cortava a região servia de caminho para tropeiros e carreteiros. Os primeiros conduziam tropas de gados e, muares,



F.102 - Ponte Pau Furado

F. 103



enquanto os segundos transportavam e comercializavam diversas mercadorias, sendo feita a travessia de um município a outro pelo porto e, posteriormente, através da **Ponte do Pau Furado**

Sendo de origem vegetal, o topônimo pode ser enquadrado na categoria dos Fitotopônimos.

Buracão

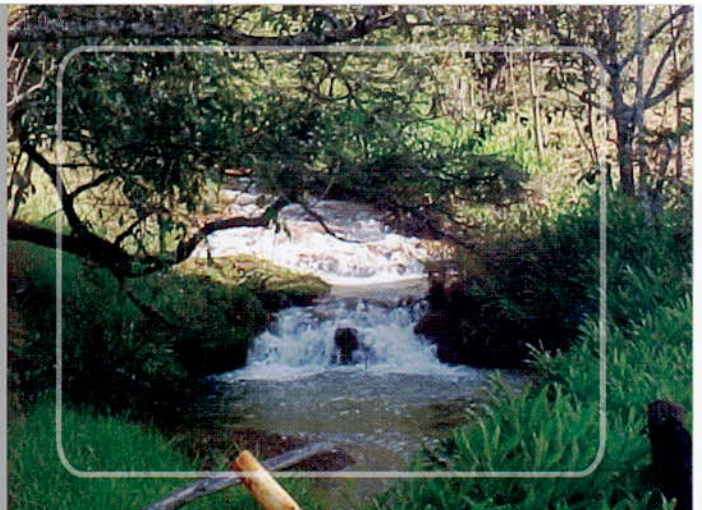
O topônimo "Buracão" é utilizado para designar uma comunidade rural do município de Araguari e, também, uma fazenda localizada na comunidade Tenda do Moreno (Uberlândia). As características do relevo motivaram as duas designações. Tanto a fazenda Buracão, de

propriedade dos filhos de Dona Benedita Maria de Jesus, como a Comunidade Rural do Buracão estão localizadas próximas ao vale do Rio Araguari, em uma área de relevo parcialmente acidentado. Tendo como motivação toponímica o relevo, pode-se afirmar que o topônimo Buracão está classificado na categoria dos geomorfotopônimos.

Laje

"Laje" é um topônimo comum no Brasil. Na Comunidade Rural Tenda do Moreno o topônimo dá nome a um **córrego** e à histórica fazenda **Laje** que estava entre as quatro propriedades compradas pela família Carrejo em 1827, e que ficou para Francisco Alves

F





Carrejo, irmão de Felisberto Alves Carrejo. A fazenda pertence a Olavo Custódio Dias e à sua esposa, Dona Terezinha Vieira Carrijo. O curso d'água está assentado em um leito rochoso, que motivou não só o nome do **córrego**, mas também o nome da propriedade rural, que é cortada pelo córrego denominado Laje. O topônimo Laje inclui-se na categoria dos Litotopônimos.

para fazer cabos de ferramentas e alguns utensílios.

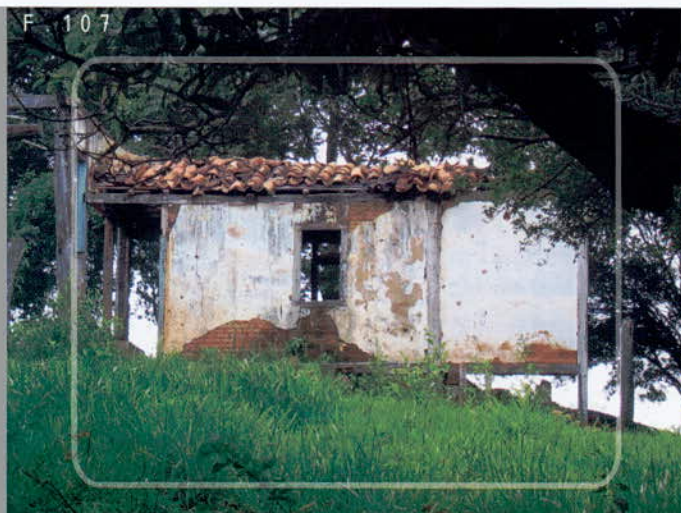
Na Comunidade Tenda do Moreno essa espécie vegetal foi a motivação para nomear uma **fazenda** e um **córrego**, sendo, portanto o topônimo "Pindaíba" classificado como um fitotopônimo.

Marimbondo

Pindaíba

A pindaíba é uma **espécie de vegetal** comum no cerrado brasileiro, facilmente encontrada próxima a canais fluviais, nas áreas úmidas. Seu tronco é retilíneo, pouco desenvolvido e muito usado pelos camponeses

O topônimo "Marimbondo" é comum no território brasileiro, cuja motivação é a presença do inseto que pertence à ordem dos himenópteros e à família dos *vispidae*, possuindo ferrões e uma picada bastante dolorida. A **sede da primeira e centenária fazenda Marimbondo**, que teve como primeiro



F. 109



proprietário Antônio Alves Carrejo, está localizada bem próximo a um canal fluvial que era coberta por uma mata ciliar relativamente densa e escura, condições que favoreceram o aparecimento de marimbondos, o que acabou designando não só o canal fluvial (Córrego Marimbondo), como também a fazenda que ali se instalara.

A fazenda Marimbondo foi dividida entre herdeiros e alguns destes já venderam suas propriedades para terceiros, mas o topônimo ainda é mantido pelos atuais proprietários. Dada a origem do topônimo, podemos classificá-lo na categoria dos zootopônimos.

3.2.2. Topônimos na área de influência da UHE Capim Branco II

A UHE Capim Branco II vai influenciar áreas dos municípios de Uberlândia e Araguari. Nessa área foram levantados os topônimos mais relevantes, considerando-se inclusive a importância histórica.

Fundão

“Fundão” é o nome dado para a comunidade rural onde se deu o início da formação do atual município de Araguari. A origem do nome provém de características do relevo, já que a comunidade está localizada na

TOPONÍMIA	MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA	TAXINOMIA TOPONÍMICA
Fundão	Acidente geográfico – depressão e título recebido por personalidade importante para a história do lugar.	Geomorfotopônimo e Antropotopônimo.
Cruzeiro dos Peixotos	Nome motivado pela religiosidade do povo e pela necessidade de homenagear o doador de parte das terras onde está inserido o lugar.	Hierotopônimos (hagiotopônimo) e Antropotopônimo.
Martinésia	Homenagem ao doador das terras onde está inserido o lugar.	Antropotopônimo.
Quilombo	Tipo de organização social.	Sociotopônimo.
Retiro Velho	Nome de um lugar que tem motivação proveniente da distância e idade.	Ergotopônimo
Porto do Lona	Nome de um porto fluvial.	Antropotopônimo.
Estação Ferroviária Engenheiro Stevenson	Homenagem dada a uma personalidade importante para a execução da obra.	Antropotopônimo.

QUADRO 4 - Levantamento Toponímico na Área de Influência da UHE Capim Branco II. 'Elaborado a partir de dados pesquisados na obra de Dick (1990, p. 113-363).



F. 110

parte mais baixa do terreno, bem próxima ao vale do Rio Araguari, e também provém do título recebido pelo Sr. Antônio de Rezende Costa, conhecido por Major do Córrego Fundo. Ele foi o responsável pela demarcação da Sesmaria do Serrote, atual Comunidade do Fundão. Considerando-se as motivações que levaram à utilização do topônimo, pode-se classificar o nome em duas categorias: geomorfotopônimo, pela motivação proveniente do relevo, e antropotopônimo pela motivação proveniente do título de Antônio de Rezende Costa.

Além de designar a comunidade rural, o topônimo Fundão designa também dois córregos e a maioria das propriedades rurais.

Cruzeiro dos Peixotos

A religiosidade do povo foi um dos maiores motivos para a efetivação do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos. O topônimo "Cruzeiro dos Peixotos" tem sua origem na religiosidade. Em 1905 a família Peixoto ergueu, em terras da família Camim, um cruzeiro. Anos mais tarde, visando cumprir uma promessa feita por sua esposa a Santo Antônio, o Sr. José Camim, fazendeiro da região, construiu uma capela em homenagem ao Santo.

Tendo parte do topônimo motivação religiosa e a outra para homenagear a família fundadora do distrito, pode-se, portanto, enquadrar o topônimo em duas categorias: hierotopônimo, para motivação religiosa e antropotopônimo, pela motivação de



F.111 - Cruzeiro Antigo do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos
F.112 - Cruzeiro Novo do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos



F.113 - Primeiro Cruzeiro do Distrito de Martinésia

homenagear personalidade importante para a comunidade.

Martinésia

O topônimo “Martinésia” designa um dos distritos do município de Uberlândia, que antes de receber este nome foi também chamado de Patrimônio e Martinópolis.

O nome “Martinópolis” foi uma homenagem à família Martins a qual teve como patriarca o Sr. Hipólito Martins, que doou as terras para construção da capela, marcando com isso, o início do povoamento do distrito. Contudo, o nome teve que ser mudado anos mais tarde, pois havia no estado de São Paulo uma outra localidade com o mesmo nome, causando inclusive problemas com os serviços

postais. Desde então o distrito passou a ser chamado de Martinésia, mantendo ainda a homenagem feita à família Martins.

Por sua origem, proveniente de uma homenagem feita a uma personalidade importante para a história do lugar, classifica-se o topônimo na categoria dos antropotônimos.

Quilombo

Os Quilombos são nomeações criadas para designar comunidades de quilombolas. Em geral, quilombo é lugar de refúgio de escravos fugidos. A existência de registros materiais que evidenciem a presença de quilombos na região do baixo - médio curso do Rio Araguari não foi encontrada. No entanto, na

F.114 - Córrego Quilombo
F. 115 - Sede da Fazenda Quilombo

localidade denominada "Quilombo", próxima ao distrito de Cruzeiro dos Peixotos, há relatos de moradores, sobretudo os mais antigos, a respeito de "causos" contados, há mais de um século, por outros anciões, relativos à da presença de negros fugidos. Segundo eles, no entorno do **Córrego Quilombo** os escravos costumavam se refugiar e, para se protegerem, escavavam o terreno e construíam trincheiras e buracos. As fugas e a instalação de alojamentos temporários nas margens do curso d'água, em determinados períodos do regime escravocrata brasileiro, acabaram por influenciar os antigos moradores da região na denominação do córrego e das fazendas.

A existência de quilombos no vale do rio Araguari é desconhecida por parte da população de Araguari e Uberlândia, mas acredita-se que a existência do topônimo quilombo, no lugar, pode ser atribuída, em parte, à influência histórica dos quilombos no território brasileiro.

Embora não se tenham registros materiais da existência de quilombos na região do Vale do Rio Araguari, é certo que existiram escravos que trabalhavam em algumas fazendas da região. Segundo o Sr. Ivo Zanata:

Os meus pais chegaram aqui na região do Quilombo há mais ou menos cento e vinte anos. Veio avô, avó e filhos. Eram dez filhos, mas sobrou só sete, os outros morreram. Aqui sempre se chamou Quilombo, não mudou porque o córrego chama Quilombo. Os mais antigo falava que os negros amoitava perto do córrego pra fugi. Eu dou muito valor no córrego do Quilombo.
(informação verbal)⁹.

Na fala do entrevistado é possível perceber que, embora ele não tenha vivenciado o momento de nomeação do córrego, afirma ter ouvido dos mais antigos que a mata fechada que existia próxima ao canal fluvial serviu de esconderijo pra os escravos "fujões".

O topônimo quilombo é enquadrado na categoria dos Sociotopônimos, já que sua motivação provém de um tipo específico de agrupamentos humanos.

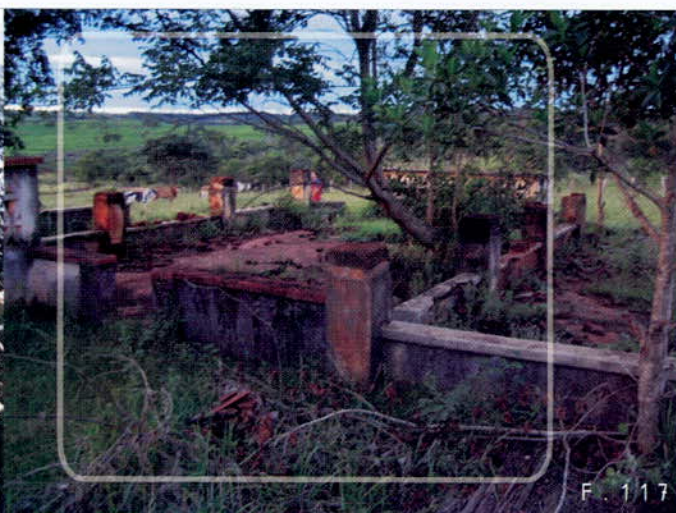
Retiro Velho

O topônimo Retiro Velho é utilizado para designar uma comunidade rural e algumas

⁹ Entrevista realizada no dia 09/04/2005 com o Sr. Ivo Zanata proprietário da Fazenda Quilombo, localizada na região de mesmo nome.



F. 116



F. 117

F. 116 - Cruzeiro erguido pela comunidade do Retiro Velho
F. 117 - Ruínas da capela localizada na região do Retiro Velho

fazendas no município de Araguari. Trata-se de um lugar isolado; no caso específico das áreas rurais de Araguari, o nome Retiro Velho foi criado, segundo informações dos moradores do lugar, pelo Coronel Lindolfo Belchior de Godoi¹⁰, para distinguir uma propriedade antiga das demais.

...lá ganhou o nome de Retiro Velho, porque o Coronel Lindolfo é que pois. Era um retiro que ele tinha já há muitos anos... então Retiro Velho. É fazenda igual aqui. Por exemplo, eu tenho essa fazenda, então as outras fazenda tudo minha é retiro meu. Retiro Buracão, Retiro Bocaina, Retiro da Barra ali do Paranaíba...(informação verbal)¹¹.

Na fala do entrevistado fica claro que a motivação toponímica do nomeante foi a antiga propriedade que o Coronel Lindolfo possuía na região, mas que o topônimo retiro é comum no meio rural para designar as demais propriedades que estejam mais distantes da sede da fazenda principal onde vive o proprietário.

¹⁰Coronel Lindolfo Belchior de Godoi foi identificado pelo Sr. Stanislau Vieira dos Santos como sendo filho do primeiro agente executivo (prefeito) do município de Araguari, no período de 1884 a 1887.

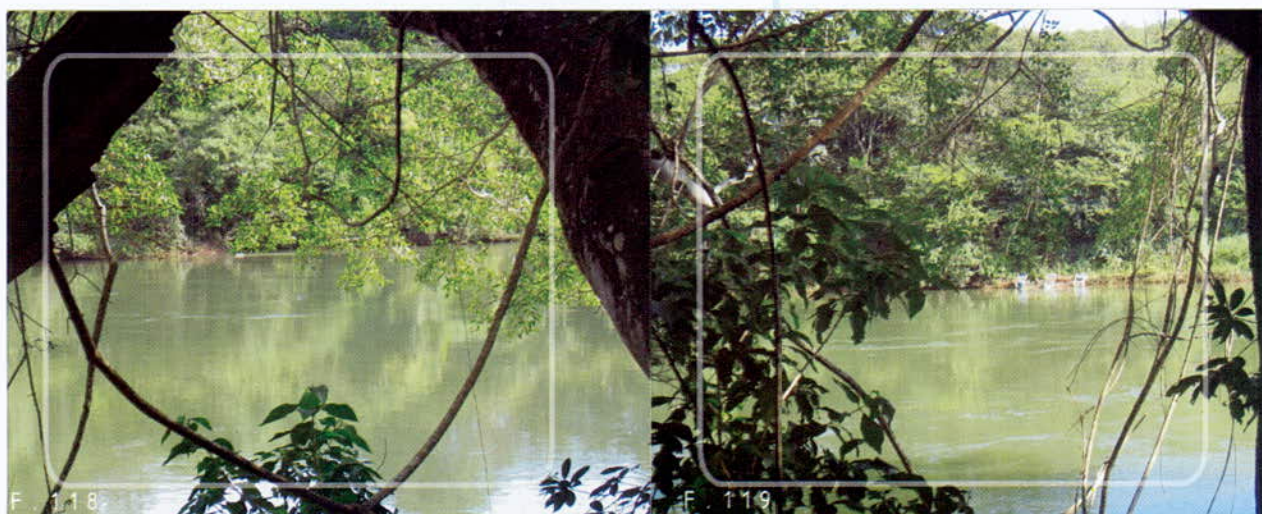
¹¹Entrevista concedida pelo Sr. Stanislau Vieira dos Santos, no dia 29 de março de 2005.

Sendo o topônimo Retiro Velho de motivação toponímica proveniente de aspectos da cultura material do homem, entende-se que ele pode ser enquadrado na categoria dos ergotopônimos.

Porto do Lona

Na busca de desvendar a origem do topônimo "Porto do Lona", deparou-se com histórias contadas pelos moradores da Comunidade Rural do Fundão e do Buracão, no município de Araguari, que são praticamente desconhecidas pela maior parte da população.

Em publicação datada de 1988, feita pela Fundação Educacional e Cultural - FUNEC e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, comemorando os cem anos de emancipação política do município, é transcrito um ofício feito pela Câmara Municipal, no qual os vereadores mostram-se preocupados com o estado de conservação dos barcos que faziam o transporte de passageiros e mercadorias nos portos localizados no rio Araguari.



F. 118 - Trecho do rio Araguari onde ficava o Porto da Lona (Nona)
F. 119 - Embarcações no porto da Lona (Nona)

A Câmara Municipal deste Município, faz saber a todos (...) que por resolução da câmara fica marcado prazo de 90 dias para os proprietários dos seguintes portos do Rio das Velhas: (Pau Furado, Fundão e Porto da Lona), consertarem seus barcos existentes, ou construírem outros, a poder satisfazer as necessidades públicas sem perigo de vida para os transeuntes (...)¹².

No ofício feito pela Câmara Municipal é possível perceber que o Porto do Lona é anterior ao ano de 1892 e que, embora não se tenham outros registros de sua existência, foi importante no transporte de passageiros e mercadorias entre os municípios de Araguari e Uberlândia, no século XIX. É possível perceber também a latente preocupação com os riscos que a má conservação dos barcos poderia trazer para a população araguarina e uberlandense, durante a travessia do rio.

Desvendar a origem do topônimo Porto do Lona foi um desafio, pois devido ao fato de não se ter praticamente documentos de sua existência, recorreu-se à memória dos moradores mais antigos. Nas falas dos

entrevistados descobriu-se que o verdadeiro nome teria sido dado pela população do lugar, pois Nona era o apelido do Sr. Epaminondas Marques, dono do porto.

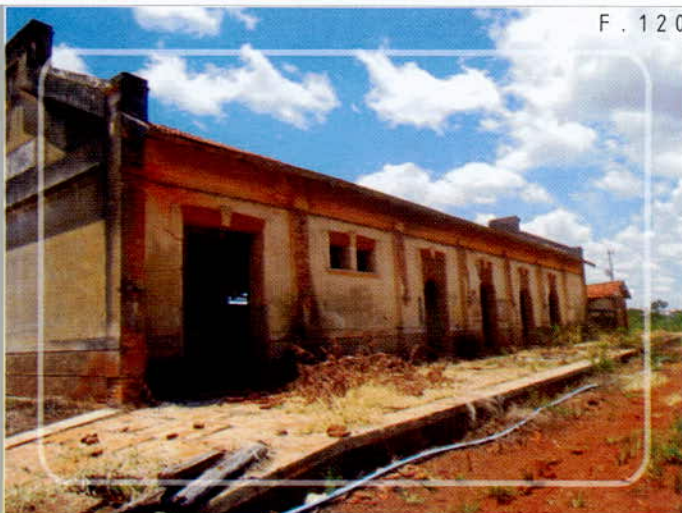
Os delitos que a comunidade atribuía ao Sr. Epaminondas poderiam, segundo uma entrevistada, ter sido o principal motivo para o porto passar a ser conhecido por Lona. Segundo ela isso poderia dificultar a ligação dele a esses possíveis delitos. Isto sem contar que o nome anterior poderia também afugentar os usuários que conheciam um pouco das histórias propagadas pelo povo a respeito do Nona.

...O mesmo nome dele, ele punha errado, trocado pra não podê prejudicá ele. Porque ele morava na fazenda, na beira do rio. Já pra pessoa não achá ele (informação verbal)¹³.

Na fala da entrevistada, percebe-se que o fato de o Sr. Epaminondas morar no Vale do Rio Araguari, distante da cidade, poderia dificultar a sua identificação e localização.

¹²Conforme pesquisa feita na obra *Araguari cem anos de dados e fatos* (1988), o ofício é datado de 28 de abril de 1892.

¹³Entrevista realizada no dia 29 de março de 2005 com a Sra. Raulinda Fernandes dos Santos, esposa do Sr. Stanislaw Vieira dos Santos, proprietários da Fazenda Fundão.



F. 120 - Estação Stevenson

Contudo, levantou-se outra hipótese que considera-se ser também prudente. É comum a propagação de nomes desvirtuando o seu real significado fonético, ou seja, alterando a fonética da palavra. Com isso é aceitável a possibilidade de que pela repetição o termo Nona tenha se tornado Lona.

Independentemente dos motivos que levaram o Porto do Nona ser conhecido como Porto da Lona, fica claro que a origem do topônimo provém do nome do Sr. Epaminondas Marques; com isso podemos enquadrá-lo na família dos antropotopônimos.

Estação Ferroviária Steveson

A Estação Ferroviária Stevenson foi construída e inaugurada na primeira metade do século XX e está localizada no município de Araguari.

Sua Construção foi um marco na história das comunidades rurais do Fundão e Buracão, pois encurtava o percurso de transporte das mercadorias, que era feito todo em carros de boi.

O nome da estação deveria ser Itirahy, no entanto, devido à aposentadoria do inspetor geral da Companhia Mogiana, o Engenheiro Stevenson, resolveu-se trocar o nome para homenageá-lo. Pode-se então classificar o topônimo "Stevenson" como um antropotopônimo.

[CAPÍTULO 4

Simbolismos, religiosidade, técnicas produtivas e costumes regionais

Rossvelt José Santos
Arley Haley Faria
Cintia Colósio Natal
Jhonny de Oliveira Borges
Rodrigo Borges de Andrade

Até o início do século XX, a economia de Minas Gerais se baseava na produção agrícola, existindo no interior das fazendas uma importante produção camponesa. Para compreender a importância dessa produção deve-se relacioná-la com a forma de sociabilidade que foi característica da sociedade brasileira. Até a década de 1960, cerca de 70% da população brasileira de todas as regiões vivia no campo. No Cerrado de Minas Gerais, na condição de agregados, parceiros, sitiantes ou meeiros das fazendas agrícolas ou de gado, os cerradeiros viviam integrados em grupos familiares, formados por pais e filhos, tios e primos.

Além das relações familiares, a família se fortalecia e se complementava pela instituição do compadrio. Na roça, ser compadre significava uma forma de integrar outras pessoas à família, servindo para promover o estreitamento de laços sociais entre os cerradeiros.

O campo era o espaço das mais ricas manifestações culturais e religiosas, tendo como base destas a religião católica, responsável por propiciar o fortalecimento de diversas instituições que, transmitidas através das gerações, permaneceram arraigadas ao modo de vida das populações rurais.

Os encontros comunitários da população rural, além de reforçar suas crenças, caracterizavam os momentos de sociabilidade no trabalho, bem como de agradecimento às graças recebidas, principalmente pelas boas colheitas. Entre as pessoas havia uma necessidade de agradecer às divindades pela fartura conseguida.

Para uma população que vivia sob limitações técnicas e tecnológicas, as boas safras representavam, acima de tudo, crenças nos santos católicos. Esses momentos criavam laços de união duradouros entre os produtores rurais, até mesmo para a realização de trabalhos coletivos, que muitas vezes se davam por meio de mutirão.

A ajuda mútua era uma maneira de fortalecer a amizade e o companheirismo entre os cerradeiros. Desde as plantações até as colheitas, os encontros para realizar trabalho em grupo se repetiam por algumas vezes.

Além das instituições, os cerradeiros criaram e adquiriram objetos e estes foram sendo carregados de significados. Na unidade de produção familiar rural, as posses destes definiam a situação dos seus membros, principalmente o pioneirismo, a religiosidade, as habilidades, dentre outros. Saber analisar o significado social dos objetos é parte do processo de conhecimento de um determinado grupo social ou comunidade, pois eles também representam aspectos da moral, das crenças e dos valores individuais e coletivos dos seus membros.

Os significados são profundamente codificados pela cultura de cada local e, quase sempre, praticamente imperceptíveis para os que a realizam, podendo aqueles ser complexos ou simples. Nem sempre é preciso utilizar-se de métodos complexos para traduzir perfeitamente as intenções dos usuários. Em muitas propriedades rurais da área de estudo, os objetos representam a memória de um tempo repleto de significados. Como os

proprietários rurais tiveram que abandonar certas técnicas de produção agropecuária, as máquinas e ferramentas representam testemunhos de um modo de vida que sofreu transformações. No entanto, a adoção de novas tecnologias não implicou um processo de negação de certos valores morais, éticos e religiosos.

Mesmo sem uso, os simbolismos dos objetos continuam presentes e são destacados pelos seus proprietários, mesmo que seja pelo saudosismo. As particularidades dos seus significados estão no que representam para os proprietários, pois a antiguidade é que os diferencia e, portanto, fogem da padronização da mercadoria. Em verdade, os usos dos antigos objetos lhes permitem continuar a produzir e a consumir mercadorias, mas os produtores precisam também consumir novas tecnologias, as quais servem para atender a necessidades produtivas da propriedade e diferenciá-los produtivamente nas comunidades.

Os utensílios de uso doméstico e dos roçados não correspondem apenas às técnicas de produção e nem atendem somente às necessidades materiais das pessoas. Eles representam identidades, pertencimentos e um meio de estabelecer relações sociais entre os membros da família e da comunidade. Neste sentido, as máquinas, as ferramentas, os utensílios domésticos, imagens religiosas e místicas possuem funções simbólicas que permeiam as relações sociais. Os objetos são componentes importantes dos rituais sociais, suas configurações podem assegurar a solenidade ou informalidade dos encontros humanos, aparecendo como negociações da vida social.

Neste trabalho, investigaram-se os pertences das famílias e das comunidades rurais do baixo e médio curso do rio Araguari,

como símbolo da realidade social e cultural. Os utensílios foram tratados como componentes do espaço vivido e, portanto, da realidade social e cultural na qual eles estão inseridos, ou seja, como expressão de um conjunto de representações das pessoas no lugar.

4.1. O simbolismo das máquinas, ferramentas e utensílios domésticos.

Considerando-se que as máquinas e equipamentos inventariados na Fazenda Buracão impregnaram a vida humana de sentidos e significados, no conjunto esses objetos comunicam um significado especial para os seus moradores.

Dentre os bens inventariados, destacamos os diversos tipos de equipamentos utilizados na preparação do solo e plantio, as ferramentas de trabalho e utensílios domésticos.

Nas pequenas propriedades rurais camponesas o arado teve uma importância fundamental nas atividades de preparação do solo e no plantio. Na Fazenda Buracão os diversos tipos de arado, pertencentes à família do Sr. Antônio Raimundo da Costa, foram bastante utilizados, mesmo após os grandes avanços tecnológicos das máquinas agrícolas.

O **Arado Chatanola** permite que o trabalhador fique bem acomodado, pois ele consegue operá-lo sentado. Sua tração geralmente era feita por seis bois. Esse equipamento funcionava com a utilização de discos e, apesar de antigo, propiciava a realização de trabalhos semelhantes aos arados tracionados por tratores. O principal uso deste tipo de equipamento era feito nas atividades de aragem do solo, ou seja, fazer sulcos na terra para possibilitar o plantio nos roçados.



Segundo o Sr. Antônio, o **Arado Subsolador**, com três lâminas, era utilizado, principalmente, para o cultivo do milho. Esse tipo de equipamento é capaz de fazer três sulcos paralelos no solo, permitindo o plantio de três linhas de milho simultaneamente. A tração deste tipo de tecnologia geralmente era executada com o auxílio de dois bois.

A Carpideira é um equipamento utilizado no processo de "capinar" o mato, ou seja, roçá-lo para que haja uma preparação do solo, sendo a tração deste obtida, comumente, com o auxílio de um cavalo.

Apesar de se configurarem como uma tecnologia obsoleta, esses equipamentos ainda podem ser utilizados em atividades agrícolas, desde que representem uma opção viável para os produtores rurais. Atualmente, são tidos como relíquias familiares, que relembram tempos passados da vida camponesa na bacia

do Rio Araguari.

As **plantadeiras manuais** são tecnologias agrícolas muito utilizadas no plantio de sementes, e sua invenção antecede à das primeiras máquinas agrícolas, por exemplo, os tratores e colheitadeiras. Tal equipamento permite o plantio de sementes de diferentes granulometrias, pois possui regulagens para os diversos tipos de grãos. Estes são depositados em um compartimento localizado na lateral da plantadeira manual, sendo que, ao serem flexionadas suas laterais são liberadas sementes no solo por meio de um canal de ligação entre o compartimento e o bico.

Em pleno século XXI, ainda existem no mercado plantadeiras manuais, no entanto, bem aperfeiçoadas em relação aos primeiros modelos inventados. Sua utilização é em grande parte feita por pequenos produtores rurais. Em algumas regiões do Brasil a máquina de plantar





manual recebe o nome de “matraca” e também “tico-tico”, sendo que na Fazenda Buracão ela é conhecida pelo primeiro nome. Segundo o Sr. Antônio, a plantadeira manual foi largamente utilizada em sua propriedade no plantio de milho, arroz e feijão.

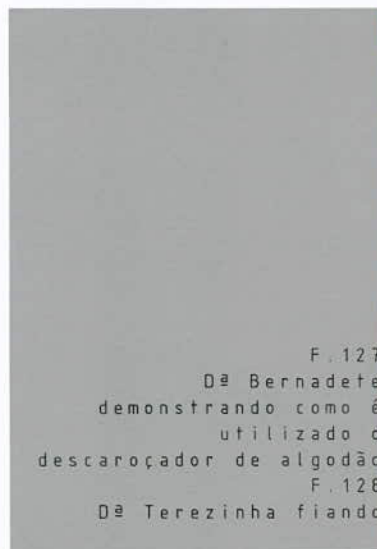
Atualmente, esse instrumento não está sendo utilizado na propriedade, visto que não se vislumbra a agricultura como uma atividade econômica viável. No entanto, a plantadeira manual possui um grande valor sentimental e histórico para o Sr. Antônio, pois é tida como uma relíquia familiar.

A **Serra Gurpião** é um instrumento manual utilizado para realizar cortes em madeira, que impossibilitam o uso de serrote. A diferença entre essa Serra e o serrote está no comprimento, visto que a serra mede mais de 1 metro e meio, e os serrotes não ultrapassam 1 metro de comprimento. A Serra Gurpião possui dois cabos de madeira em suas extremidades,

já que sua utilização depende da força de trabalho de duas pessoas executando movimentos simultâneos. A Serra recebe outros nomes como “grupião” e “traçador”.

Na Fazenda Buracão a serra é conhecida pelo Sr. Jonas como “grupião” e era utilizada nos trabalhos de poda de árvores; aparelhamento de esteios, vigotas, caibros, tábuas e ripas; entre outros serviços. Apesar de ser um instrumento muito antigo, utilizado há mais de um século, a Serra ainda tem grande funcionalidade nos trabalhos diários das pequenas propriedades rurais. Para a família do Sr. Jonas Raimundo da Costa o “grupião” possui além de seu valor funcional, histórico e sentimental.

A tecelagem manual é considerada um ofício hereditário que envolve a utilização de alguns instrumentos como o descaroçador de algodão, a roda de fiar, a dobradeira e o tear. O processo de tecer tem início com a preparação



dos fios de algodão, a partir da utilização do descaroçador, da roda de fiar e da dobradeira. O primeiro instrumento é utilizado para a limpeza de impurezas do algodão, quando este se encontra *in natura*; o segundo é responsável por dar forma aos fios; e por último, a dobradeira enrola os fios de algodão para fazer a “miada”, ou seja, os rolos desses fios. O tear finaliza o processo de produção, fazendo trançados e dando forma aos tecidos.

Na Fazenda Buracão, a arte da tecelagem era uma prática muito comum. Segundo Dona Bernadete, o ofício foi repassado por sua mãe, Benedita Maria de Jesus. Na propriedade ainda existem alguns instrumentos utilizados na produção de fios de algodão, como o descaroçador, a roda de fiar e a dobradeira. Dona Bernadete lembra que o ofício era destinado às mulheres, as quais desde crianças eram incentivadas a aprender a arte da fiação. Uma prática tradicional era a realização dos mutirões das fiandeiras, encontros esporádicos entre mulheres que dominavam essa arte. Nesses encontros, elas trabalhavam, conversavam, cantavam e dançavam, sempre em recintos fora do alcance dos olhares masculinos.

4.2. O simbolismo das comunidades rurais

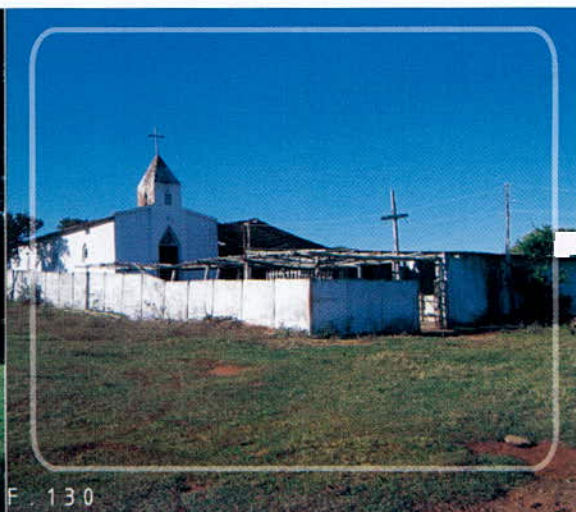
As comunidades rurais da área de estudo se constituem em organizações sociais e realizaram várias apropriações simbólicas. Portanto, essas comunidades são uma expressão social complexa e, sendo assim, supõe-se que os seus simbolismos também contenham essa complexidade. Nesse sentido, a comunidade rural é parte relevante da história do lugar, bem como das práticas culturais. Em outras palavras, o uso simbólico que a comunidade faz dos seus bens patrimoniais interfere direta e profundamente nos aspectos de conservação dos costumes, tradições e valores sociais do grupo. Esses bens patrimoniais são usados nos rituais sociais em que seus membros estão envolvidos.

Os instrumentos de produção, as festas que acontecem com o grupo social ao qual pertencem, transmitem conteúdos simbólicos aos vizinhos, e mediatizam relações com as instituições comunitárias, com o Estado, com a Igreja e com a sociedade em geral. De certa forma, estabelece normas, princípios e comportamentos que vão redefinindo os conteúdos simbólicos dos seus objetos.

Como os significados dos símbolos individuais e coletivos apresentam certos dinamismos, a redefinição dos simbolismos das comunidades rurais é uma manifestação da



F. 129



F. 130

F. 129 - Capela de São José do Moreno
F. 130 - Capela do Salto

interpretação dos grupos em relação ao seu bem patrimonial. A aparência do símbolo religioso de uma determinada comunidade é um aspecto do comportamento do grupo em relação, por exemplo, ao seu padroeiro.

Um Santo bem vestido e iluminado, uma sede bem cuidada, um cruzeiro com todos os adereços representam preocupações, ousadias e certo senso de organização da comunidade rural. Os cuidados com o bem patrimonial tornam as ações das pessoas passíveis de crítica e de avaliação, inclusive pelos membros da comunidade que retornam somente para participar dos eventos comunitários.

Mesmo os bens patrimoniais sendo cuidados, no grupo social os seus significados não são completamente transparentes. A aparência da sede social não dá aos seus membros a chance de explicitar se o envolvimento é geral ou restrito. A participação é avaliada por todos, principalmente pelo senso de responsabilidade daqueles que percebem as necessidades do grupo, por exemplo, de proteger a sede local.

A avaliação das condições em que se encontram os bens patrimoniais, deve considerar as dificuldades reais daqueles que

enfrentam o trabalho de preservação e outras conseqüências de envolvimento diferentes. Talvez o grupo social tenha feito opções melhores do ponto de vista individual, mas que exigem, nas condições existentes, maior esforço de suas lideranças, principalmente, mais trabalho de um determinado grupo que se responsabiliza pela preservação dos seus bens. Seguramente, o envolvimento efetivo ocorre por parte das pessoas que ocupam lugar de maior responsabilidade.

Como as comunidades do baixo e médio curso do Rio Araguaçu se esforçam em preservar os seus bens patrimoniais, existe um sentimento de pertencimento e de defesa, porém as próprias lideranças entendem que há muito a ser feito, principalmente em relação à sua conservação, sendo necessário ampliar o envolvimento das pessoas.

Nas comunidades estudadas o problema de esvaziamento populacional das áreas rurais é resolvido pelo envolvimento de grupos de famílias. Embora os membros morem na cidade, eles acabam vivendo em dois espaços ao mesmo tempo. Na cidade ganham a vida, e geralmente retornam nos finais de semana, para se dedicar à comunidade. Essa situação reduz sensivelmente o tempo necessário para cuidar

F. 131



F. 132



F.131 - Capela do Fundão
F.132 - Capela Santo Antônio - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos

dos bens patrimoniais. Evidente também que a falta de tempo leva as pessoas a criar estratégias coletivas do uso do tempo livre. Embora essas estratégias não sejam claras para todos, a organização da festa do padroeiro, por exemplo, é garantida pela dedicação de um grupo. Isso não significa que aqueles indivíduos não pertencentes ao grupo responsável pela organização das paróquias sejam alienados, posto que a participação dos demais, por exemplo, os antigos festeiros, promova contribuições importantes.

Nos lugares de encontro comunitários, procurou-se compreender a lógica que move os seus membros no cuidado com os bens, sua cultura, e assim analisar os atos, estratégias e arranjos sociais, percebendo-se que a dedicação aos bens aparece como um conjunto de práticas culturais. Nelas estão envolvidos também os eventuais processos de redefinição dos conteúdos simbólicos do seu patrimônio cultural.

A cultura e os bens patrimoniais não podem ser separados. Os objetos de um grupo social são clivados de simbolismos e são partes da cultura popular. Além disto, os seus membros não pensam o bem patrimonial da mesma forma. Cada localidade com sua paróquia e paroquianos compreende os seus bens de modo próprio e, de certa forma, apresenta redefinições distintas. No caso da

área estudada, as diferentes interpretações são refletidas de maneiras muito particulares, principalmente nos detalhes das manifestações culturais. Por isto, a pesquisa procurou resgatar e registrar estas diferentes manifestações e concepções que orientam as ações relativas à vida em comunidade.

4.3. Religiosidade, símbolos e significados

Em várias localidades da área de estudo, enquanto seus membros não dispunham de capela condigna, com parâmetros à realização dos atos litúrgicos, visando receber o padre a fim de celebrá-los, reuniam-se os fiéis da vizinhança em torno de um cruzeiro para a oração em comum, como a ladainha, tida como ofício de Nossa Senhora. As orações eram realizadas coletivamente e comandadas por uma pessoa conhecedora da liturgia, naturalmente a que soubesse ler.

No sentido da improvisação, o cruzeiro foi incorporado como um símbolo da Igreja Católica, o qual foi trazido ao Brasil juntamente com os colonizadores que, ao chegarem aqui, o colocaram sobre o território brasileiro. Desse modo, ele passa a significar o sinal de fé em Cristo, de evangelização e catequização constantes, trazidas pelos primeiros missionários da Companhia de Jesus. A partir de então passa a ser utilizado para demarcar a fé



católica nas comunidades brasileiras dos mais distantes e longínquos lugares. Os fazendeiros passaram a utilizá-lo em suas capelas, mostrando o sinal de sua fé e devoção. Com o cruzeiro a terra estaria protegida. Muitas vezes, ele foi utilizado para afastar o mal e abençoar os lugares assombrados. Em algumas comunidades é utilizado também nos cemitérios como sinal de proteção dos mortos, garantindo, assim, a sua entrada no reino de Deus.

O Senhor Baltazar¹⁴, fala de um tempo onde a fé e a devoção eram muito intensas e, sobretudo, acompanhadas por costumes que faziam parte da vida, onde as pessoas faziam penitência para conseguir alcançar as graças esperadas.

Antigamente quando passava muito tempo sem chover, as mulheres faziam penitência e saíam caminhando, rezando e cantando levavam uma vasilha de água e um punhado de flores nas mãos, quando chegava no pé do cruzeiro rezava o terço que era oferecido para São Sebastião, colocava a água e as flores no pé da cruz. Na época da quaresma a gente costumava rezar para as almas, saía durante a noite e quando chegava nas casas batia a matraca para avisar que tava chegando na casa, a pessoa da casa ficava sentada na cama rezando e as que tava de fora ficava cantando para as almas: reza, reza pecador e depois rezava o Pai Nosso e a Ave Maria. (Sr. Baltazar Entrevista de campo, fevereiro de 2004).

Esse depoimento mostra que o cruzeiro, como símbolo da religiosidade dos católicos, era também a representação da fé e servia muitas vezes de inspiração para a reza, na esperança de que os problemas terrenos, como

a falta de chuva, pudessem ser solucionados com orações ao pé da cruz. Além disso, era usado também nas preces para as almas, como sinal de esperança da salvação dos pecados e para afastar as assombrações que rondavam as casas das pessoas, bem como para o sepultamento de natimortos.

Em consequência da fé no símbolo cristão, ou seja, no cruzeiro, foi estabelecida uma convergência de interesses e desejos que se tornava permanente, movimentando continuamente a formação de povoados. O desenvolvimento rápido de localidades explicava-se pelo motivo religioso, que se confundia com a vida cívica, sendo o aglutinador de povoados, a base da existência social. Além da identidade religiosa, todos os males eram combatidos com os cruzeiros e as cruzes. Com o propósito de se livrarem dos "males", o símbolo cristão era colocado sob a forma de cruzes menores à porta das casas, nos caminhos, nos altos de morros e em vários lugares.

Os Cruzeiros constituem-se em uma das mais importantes expressões da religiosidade, estando localizados próximos às capelas, encontrando-se também em algumas propriedades rurais, como a do Sr. Baltazar, na localidade Tenda do Moreno. Esse símbolo da religiosidade cristã carrega adereços, os quais lhes impõe uma simbologia importante a ser registrada, como o martelo, a escada e a torquês, colocados ao centro da cruz, simbolizando os instrumentos utilizados para pregar e retirar Jesus Cristo.

As "Cabeças de Boi" também expressam um importante simbolismo, e podem ser encontradas nas fachadas das casas ou nos currais das propriedades rurais. Segundo informações locais, elas serviriam para proteger os moradores, livrando-os do "mau olhado". Também fazem parte do simbolismo decorrente

¹⁴ Proprietário da Fazenda Pau-Furado na Comunidade Tenda do Moreno, no município de Uberlândia.

das manifestações culturais as festas em homenagem aos padroeiros das comunidades.

4.3.1. Comunidade Tenda do Moreno - Uberlândia

Os símbolos, principalmente os religiosos, estão presentes de maneira expressiva na Comunidade Tenda do Moreno. É interessante observar as histórias contadas a respeito dos cruzeiros erguidos nas propriedades rurais. Na Fazenda Pau Furado, de propriedade do Sr. Baltazar Pereira, encontra-se um dos cruzeiros mais antigos da região. Na verdade são dois os cruzeiros registrados nessa propriedade. O primeiro foi erguido em homenagem a Dona Júlia, uma senhora que morreu enquanto levava comida para os filhos, há aproximadamente 50 anos. Além de ser uma maneira de prestar homenagens para uma pessoa muito importante para a família, este cruzeiro se tornou um lugar sagrado. Os vizinhos e visitantes fazem orações, promessas e votos, por exemplo, para pedir chuva durante o período de estiagem. Embora ele já esteja em processo avançado de deterioração, representa para as pessoas um lugar para reverenciar o sagrado. O outro cruzeiro foi erguido bem

próximo da sede da fazenda e nele encontram-se fixados vários dos instrumentos utilizados na crucificação de Jesus Cristo, tais como: a coroa, o martelo, a lança, o torquês e o manto sagrado.

Na estrada principal da região do Pau Furado existe um cruzeiro que fica na margem da via. Ao pé deste cruzeiro era realizada a festa do dia 13 de maio. Quando esta deixou de ser realizada, o cruzeiro foi retirado. Segundo os moradores do entorno, o fazendeiro começou a passar por dificuldades financeiras. Toda a vizinhança atribuiu a má situação econômica à retirada do símbolo cristão. Receoso do seu ato, o dono da fazenda logo tratou de recolocá-lo. Depois disso, dizem os entrevistados, a situação financeira do fazendeiro começou a melhorar.

Encontram-se, nas fazendas, tanto cabeças de boi quanto de vaca. A denominação mais adequada seria cabeças de gado. Elas estão espalhadas pelas fazendas, ficam expostas nos currais, mourões de cercas e nas porteiras das propriedades. O significado de se ter cabeças de gado nas propriedades, segundo os fazendeiros e moradores das comunidades, é o de espantar "mau olhado" e atrair fartura para a família.



F. 134 - Cruzeiro da Fazenda Pau Furado.
F. 135 - Cabeça de boi, a mística de espantar "mau olhado" e atrair fartura. Comunidade Tenda do Moreno.



F. 136 - Cruzeiros da Fazenda Canoas
F. 137 - Cruzeiro da Capela do Salto



4.3.2. Comunidade do Salto - Araguari

Na comunidade do Salto, os cruzeiros são símbolos importantes da cultura e estão carregados de conteúdo simbólico, os quais contribuem para a reprodução das identidades e sociabilidade entre seus membros. No Salto os cruzeiros foram erguidos pelos membros da comunidade para demarcar o lugar do sagrado. Para pessoas da comunidade, a área ocupada por este símbolo, na Fazenda Canoas, nunca significou a demarcação da construção da capela. Na localidade do Salto, o cruzeiro representa a sacralização de costumes e tradições religiosas. Portanto, na impossibilidade de se ter o templo católico, eles representavam um ponto de encontro, onde as pessoas cumpriam com os seus compromissos religiosos. Em outro local, onde foi construída a capela, o cruzeiro demarcou o início da

edificação. Ao “pé” da Cruz se sentiam mais próximos das divindades e a elas recorriam nos momentos de necessidade. Tinha-se também o costume de fazer promessas e novenas e retornar para agradecer as graças recebidas.

Outro símbolo de presença marcante nas propriedades da comunidade são as cabeças de boi. Colocadas logo na entrada dos currais e das casas, a elas é atribuída à mística de espantar o “mau olhado”, “olho gordo”, inveja e atrair fartura, bem como tranquilidade para as famílias.

4.3.3. Comunidade do Fundão - Araguari

Diante do patrimônio cultural da Comunidade Rural do Fundão, o cruzeiro ocupa um lugar de destaque. Durante a realização das festas este símbolo religioso do catolicismo é



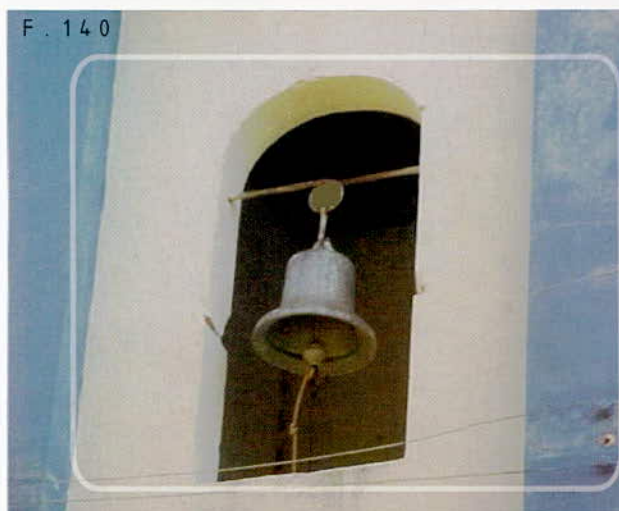
F. 138



F. 139

F. 138 - Cabeça de gado dependurada na cerca de curral.
Comunidade do Salto

F. 139 - Cruzeiro da Comunidade do Fundão



F.140 - Sino da Capela do Fundão



F.141 - Imagem de São Sebastião - Capela do Fundão

revigorado e representa uma contribuição para a manutenção das identidades dos membros da comunidade com o lugar, estando localizado em frente à capela e, sendo precedente a ela, era o lugar onde a comunidade se encontrava para fazer suas orações. O **cruzeiro** na Comunidade Rural do Fundão tem como principal significado estabelecer o lugar do sagrado.

Durante o período de festa, os momentos sagrados e profanos são vividos intensamente pelos membros da comunidade. Ainda durante os preparativos da comida, no salão de festa, o sino, ao ser badalado, anuncia que é hora de as pessoas rezarem. Quando ele toca, as pessoas envolvidas nos preparativos da festa param de trabalhar e vão para a capela cumprir com o seu compromisso religioso.

A importância dos símbolos religiosos para a comunidade é percebida também

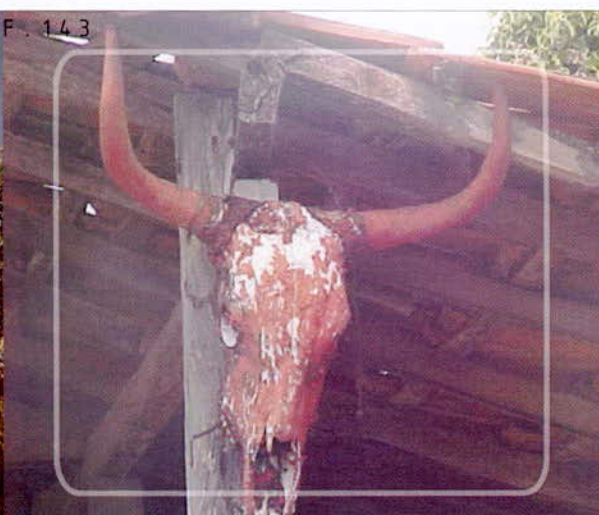
durante a realização dos terços e das festas religiosas. Todos os devotos, em fila vão beijar as imagens, primeiramente do padroeiro e depois as demais imagens sacras. Como são católicos fervorosos, após o culto religioso ninguém sai da igreja sem fazer o sinal da cruz, manifestando a devoção aos Santos e o respeito pela "casa" de Deus.

4.3.4. Distrito de Cruzeiro dos Peixotos - Uberlândia

Os cruzeiros e as **cabeças de boi** também estão presentes no distrito de Cruzeiro dos Peixotos. As cabeças de boi estão espalhadas à frente das casas na área urbana do distrito e também nas porteiras das fazendas. O significado é o mesmo, ou seja, o de espantar o mau olhado e trazer fartura para



F.142 - Cruzeiro da Capela Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



F.143 - Cabeça de gado localizada na área urbana do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos



F.144 - Cruzeiro da Capela São João Batista. Distrito de Martinésia

F.145 - Imagem dos andores de São Sebastião, N. Sra. do Rosário e São João Batista Martinésia

as famílias dos moradores.

O **cruzeiro** mais importante está localizado na praça da capela de Santo Antônio, e por anteceder a construção do templo católico, significou a demarcação do lugar sagrado. Antes da edificação da capela, a comunidade se dirigia para o local onde tinha sido fincado o primeiro símbolo cristão. Ao pé da Santa Cruz, os membros da comunidade costumavam fazer suas orações e também as suas festas religiosas.

4.3.5. Distrito de Martinésia - Uberlândia

Os objetos e manifestações cultural-religiosas do distrito são carregados de significados. Os ritos católicos, como as procissões e a missa, possuem uma representatividade muito grande para uma comunidade basicamente católica.

As cabeças de boi presentes na porta de entrada de várias fazendas mantêm o mesmo significado regional, ou seja, de espantar o mau olhado e atrair a fartura para a família.

O cruzeiro, presente em algumas sedes de fazendas e, principalmente próximo à capela, é outro símbolo importante para a comunidade. No local em que foi erguido o primeiro também foi construída a primeira capela. No entanto, a motivação foi particular, ou seja, foi de iniciativa de uma moradora, para o cumprimento de uma promessa. Mesmo tendo motivação particular, o cruzeiro significa também a demarcação do lugar sagrado.

Na procissão do **santo padroeiro**, o simbolismo religioso ganha maior relevância, sendo um dos momentos mais importantes da festa. Durante o ritual a imagem do santo é carregada pelas ruas do distrito, movimentando um grupo de fiéis e devotos.



F.146 - Imagem de São João Batista. Capela São João Batista - Martinésia.



F147

Imagem de Nossa Senhora Aparecida. Capela de São João Batista - Martinésia

As imagens de Jesus, Nossa Senhora Aparecida e do padroeiro São João Batista são colocados em andores enfeitados e depois carregados por fiéis que fizeram promessas ou que foram escolhidos pelos festeiros. Todos os que carregam os andores usam uma roupa especial, com cores relacionadas à imagem dos padroeiros. A procissão é ritmada por cantos e orações entoadas com devoção pelos participantes.

Os símbolos impregnam a vida humana e são usados tanto em uma ampla gama de discursos especializados quanto na vida cotidiana. Usualmente, a palavra “símbolo” é tomada para se referir a signo ou ação de algum tipo usado para comunicar um significado para alguém, em virtude de um conjunto compartilhado de normas ou convenções. Portanto, comunicam vários significados, pois eles querem expressar várias mensagens. Embora não haja conexão necessária entre ele e a mensagem atribuída, seu uso e seu significado se tornam problemas de convenção, que para as populações do baixo e médio curso do Rio Araguari é a religiosa.

[CAPÍTULO 5]

Significados das festas: costumes, tradições e saberes

Rosselvelt José Santos
Arley Haley Faria
Cintia Colósio Natal
Jhonny de Oliveira Borges
Rodrigo Borges de Andrade

No calendário das festas católicas das comunidades rurais, as datas de maior destaque são aquelas marcadas pelos seus santos de devoção. Nestas datas, destacam-se o dia do padroeiro, por meio de diversas comemorações. Embora cada uma delas tenha mais de um santo de devoção, o seu ciclo mais importante se inicia com o nascimento do menino Jesus e se encerra com sua paixão e morte. Na tradição das comunidades do baixo e médio curso do Rio Araguari, as maiores festas são Natal, Santos Reis e dos Santos padroeiros.

Aquaresma tem início no final do mês de fevereiro e prolonga-se até a última semana do mês de março, período em que quase tudo é proibido. Antigamente, as pessoas não podiam fazer mutirão, pagode e cantar em voz alta. Durante os quarenta dias, o tempo das pessoas era dividido entre o trabalho nas roças, na pecuária e com as orações. Apesar dessas manifestações serem seculares, em grande parte esse período continua sendo respeitado, na medida em que não são realizadas festas.

As comemorações de cunho religioso tornaram-se importantes para estas comunidades, sendo que os preparativos, em geral, duram nove dias. No entanto, elas transformaram os preparativos em festejos que se dividem entre momentos do sagrado e do profano. O sagrado é caracterizado pelas novenas - ritual religioso que marca o início dos preparativos, culminando no dia da festa. Esse dia é marcado pelos rituais religiosos, mas os momentos de maiores expectativas são os da comilança e do baile; esses dois eventos caracterizam o momento profano.

As comemorações dos padroeiros fazem parte de um ciclo festivo que passou a ser conhecido como festas dos padroeiros da capela ou da comunidade de um determinado local. Como as comunidades, em geral, cultuam outros santos, a festa para o padroeiro serve também para homenagear todos os santos reverenciados pelo grupo social.

Ao pesquisar a origem das festividades, notou-se que elas remontam a um tempo anterior ao surgimento das comunidades do baixo e médio curso do Rio Araguari. De acordo com entrevistas realizadas com festeiros tradicionais das comunidades, "*as festas são tão antigas quanto os nossos santos*". Estas pessoas contaram que seus pais, avós e bisavós faziam os rituais de religiosidade para estimular o encontro entre os vizinhos, promover acordos no processo produtivo dos roçados e na criação do gado. Desse modo, procuravam garantir fartura nas colheitas e estabelecer relações de ajuda mútua durante os períodos de maior necessidade de trabalho coletivo.

O ciclo anual da natureza do cerrado prevê a seca e a chuva. Em uma época em que este ciclo tinha lá suas imposições, as pessoas, em sua vida cotidiana, sabiam que todos os anos a vegetação passaria por um processo de transformação: na estação seca, os campos de cultivo, bem como a vegetação natural mudam de cor, tornando-se de coloração amarelada; na chuva, elas renascem e deixam as pastagens e plantas verdes e viçosas. No período das chuvas, os solos ressequidos umedecem e as comunidades renascem para mais um ciclo produtivo. O cerrado brota e floresce, sendo que

os resultados do trabalho coletivo e individual aparecem na colheita, cabendo aos membros das comunidades reservar parte destes resultados para se fazer a festa e oferecê-la às pessoas que se identificam com o lugar e seus respectivos padroeiros.

Estas festas surgiram dos rituais de fertilidade e se afirmaram como eventos comunitários, quando fazendeiros, meeiros e, em certa medida, o trabalho escravo praticavam os cultivos nos solos do cerrado. No interior das fazendas e no contexto das relações sociais que tornavam as propriedades produtivas, os rituais religiosos sofreram apropriações e também produziram os rituais profanos, para ajudar no relacionamento entre os produtores rurais e proporcionar resultados positivos nas colheitas, bem como para a vida em comunidade.

As festividades perduram no cerrado e se mantêm por meio da religiosidade das pessoas. Com o processo de urbanização, mesmo que os festejos sejam considerados rurais, os membros das comunidades que continuam se reunindo para realizá-los vêm também das cidades. Segundo os festeiros, o evento continua e a sua manutenção conjuga esforços das pessoas que vivem na comunidade com aquelas que por algum motivo tiveram que partir para as cidades de Araguari e Uberlândia.

Considerando as comunidades rurais das áreas atingidas pelas represas de Capim Branco I e II como lugares onde os ritmos sociais de produção eram organizados a partir do calendário da Igreja Católica, as festas e os festejos populares e religiosos aparecem como sustentação material, espiritual e política das pessoas e de suas respectivas localidades.

Sob o ciclo da natureza do cerrado e dos eventos religiosos de cada localidade, os líderes comunitários continuam organizando as homenagens aos seus padroeiros. Como a

estrutura social das comunidades é constituída por fazendeiros, agricultores e pessoas que residem na cidade, todos festejam as datas comemorativas nos salões de festas das capelas. A comunidade redefine seus laços sociais e diante das transformações sócio-econômicas se expande e se contrai, proporcionando mudanças e adaptações. Assim, o entrelaçamento entre as pessoas que participam das festividades deriva não somente de suas identidades, nutridas a partir dos lugares, mas, também com os novos interesses e necessidades sociais.

As festas, em seus ritos e rituais mesclados de religiosidade e devoção, promovem rezas e novenas, manifestando sentimentos e modos de ser das populações. Durante as orações, as pessoas realizam verdadeiros atos litúrgicos preparatórios para os rituais de celebrações aos Santos católicos.

Nesse processo, alguns membros das comunidades se destacam. As mulheres ocupam papéis importantes e decisivos, desempenhando esforços para realizar todo o trabalho que exige conhecimento em costura, cozinha e passagens bíblicas. Para realizar tais festejos, elas contam com a ajuda das pastorais e movimentos criados a partir da Igreja Católica. No entanto, os principais agentes sociais envolvidos na organização das festas são os casais, escolhidos ano a ano.

Os festeiros são autônomos para criar comissões, as quais são responsáveis pelas novenas, ornamentos, barraquinhas, procissões e leilões. Nesse esforço de trabalhar em conjunto, a distribuição de tarefas envolve também a preparação da comida, bem como a confecção de trajes para as procissões e a decoração de altares. Essas pessoas que organizam os eventos são devotas aos santos e se dispõem a trabalhar vários dias sem remuneração. A dedicação tem por objetivo

superar as festas realizadas durante os anos anteriores. Nestas são expressas competência, dedicação e amor daqueles que a realizam. Os festeiros são escolhidos pela sua fé em determinado santo, sendo que participam das festas com mais ou menos entusiasmo, dependendo do compromisso assumido com a comunidade, dedicando-se juntamente com seus familiares, durante meses, para homenagear o santo e cumprir com o ritual religioso nos seus mínimos detalhes.

Como nem todas as pessoas que fazem e participam das festas moram no lugar, as solidariedades passam a ser compartilhadas entre os seus membros através das suas proximidades sociais, culturais e econômicas. Neste sentido, apesar de seus membros encontrarem-se dispersos dos núcleos comunitários, as festas ainda representam encontros, celebrações de divindades, lazer, acordos comunitários e individuais, mas, *sobretudo, uma* manifestação da religiosidade das pessoas.

Neste capítulo será apresentada uma descrição das festas seguindo o calendário da Igreja Católica, descrevendo as formas de inserção das festas na vida social das comunidades presentes no entorno dos dois empreendimentos hidrelétricos.

5.1. Festas de Santos Reis

Inicia-se a apresentação pela tradição religiosa mais praticada entre as comunidades estudadas.

Os Santos Reis fazem parte da religiosidade popular brasileira e são lembrados em várias festas em seu louvor. Essa tradição não é reconhecida pela Igreja Católica, mas é muito valorizada pela fé e devoção de quem faz e participa dos festejos e homenagens.

Segundo a Sagrada Escritura, os Reis Magos Baltazar, Belchior e Gaspar levaram presentes ao Menino Jesus, quando do seu nascimento. Devido a tal acontecimento são considerados santos pelos devotos. O dia dos Santos Reis é comemorado em 6 de janeiro.

Nesse dia, o Capitão da folia, tendo como comandados os tenentes, alferes e outros cargos na hierarquia "foliona", anunciam de forma cantada o nascimento do Menino Jesus.

A festa tem seus momentos de preparação. No mês de dezembro, mais especificamente na noite do dia 25, o grupo de foliões sai pelas ruas, bairros e especialmente na zona rural, pedindo adjutórios para a cobertura das despesas. O pedido envolve a comunidade e acaba se transformando em evento, que geralmente culmina no terço e cânticos apropriados, na casa que recebe a folia em suas andanças.

Na tradição dos membros dessas comunidades não permanece o costume de organizar grupos de produtores sob o comando de um folião. Devido ao processo migratório as Folias, de modo geral, vêm da cidade, sendo que algumas são comandadas por grupos de foliões contratados a partir do festeiro ou líder comunitário. O critério básico para se contratar é que os animadores da festa tenham conhecimento suficiente para liderar o ritual religioso.

No dia da festa dos Santos Reis, o momento profano é caracterizado por um animado baile e comilanças variadas, ocorrido logo após as solenidades religiosas, que são as orações e cânticos, em geral, sob a forma de narrativas da vida do Menino Jesus, praticadas defronte ao Presépio, montado na casa do festeiro.

Cumprido o ritual religioso, os instrumentos musicais utilizados pelos foliões, como por exemplo, viola, violão, caixa, acordeom, pandeiro, entre outros, cedem lugar



aos instrumentos das bandas musicais contratadas para fazer o baile. Neste, a comunidade reunida promove o fecho das comemorações.

Durante os trabalhos de campo, os foliões narraram fatos que particularizam a realização das Falias de Reis em cada comunidade da área estudada. Para que cada folia fosse registrada, respeitando a sua especificidade, valeu-se da descrição dos festejos que ocorrem em cada lugar.

5.1.1. Comunidade do Fundão - Araguari

Na Capela do Fundão, a Festa de Santos Reis é comemorada no mês de janeiro, porém é comum ser remanejada para outras datas, devido às características climáticas da região, que interferem nas condições das estradas

vicinais que dão acesso à capela. Desse modo, nos anos em que as chuvas provocam muitos estragos nas estradas, o evento é transferido para o mês de maio, devido à menor frequência das chuvas, melhor conservação das estradas, facilitando, portanto, o deslocamento das pessoas.

A história da Festa de Santos Reis na Capela do Fundão é recente, sendo que começou a ser realizada a partir do ano de 2003. A iniciativa em realizá-la na capela se deu por intermédio do Sr. Mauri Rodrigues, presidente da Capela do Fundão, e também pela Companhia de Folia de Reis, da qual o Sr. Honor faz parte. Para homenagear os Santos Reis os dois senhores uniram esforços para levar os festejos até a comunidade.

O ritual religioso da festa é representado pelos momentos do sagrado e do profano. Dessa forma, inscrevem-se na festa momentos



F.150 - Distribuição das refeições durante a festa. Capela do Fundão

F.151 - Festeiros da Folia de Reis passando pelo primeiro arco - Fundão

de religiosidade, de lazer e de diversão.

No evento centenas de pessoas se reúnem no salão social da capela. Com a finalização do ritual sagrado, o baile é esperado com entusiasmo pelos visitantes, por todos.

De modo geral, os festejos reafirmam os laços de amizade entre as pessoas que organizam e participam da festa. A sua marca principal é de promover encontros e reencontros, bate-papo e diversão, assumindo uma função lúdica de lazer.

As comemorações aos Santos Reis, realizadas na Capela do Fundão, são manifestações culturais que dependem dos esforços de líderes e membros da comunidade, cujo objetivo é reunir gerações e perpetuar a tradição popular secular.

5.1.2. Cruzeiro dos Peixotos - Uberlândia.

No distrito de Cruzeiro dos Peixotos, a festa é realizada duas vezes por ano, nos meses de janeiro e julho. A sua organização é responsabilidade de um grupo de casais.

Para a realização dos rituais é contratada uma Companhia de foliões, a qual percorre o distrito em busca de doações, que são de vários tipos, como dinheiro, alimentos, animais, entre outros. Toda a arrecadação é utilizada para a preparação das comidas.

Devido ao grande número de participantes, a tarefa de preparação das comidas recebe o apoio de membros da comunidade, mesmo aqueles que não são festeiros. Respeitando as tradições, a ajuda mútua aparece como sendo uma importante instituição para a preparação da festa.

As datas de realização dos festejos sofrem adaptações, na maioria das vezes, pois a disponibilidade de tempo dos participantes e organizadores é que as definem. No entanto, mesmo quando a festa não acontece no dia dos Santos Reis, estes são lembrados com a realização de terços.

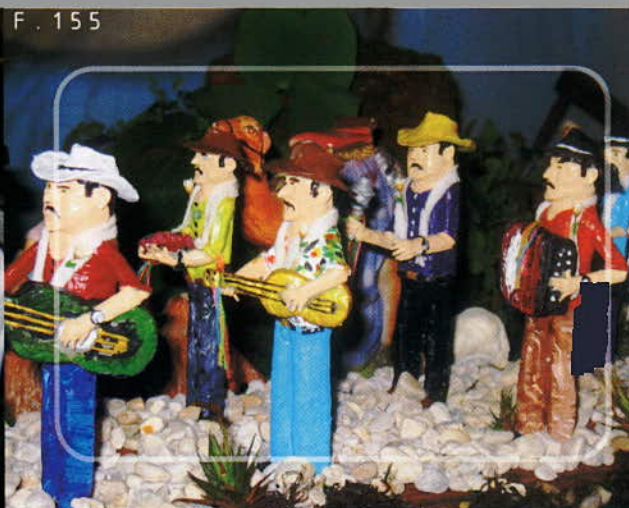
O ritual religioso da festa é caracterizado pela passagem da bandeira da Folia de Reis nas casas dos festeiros e pessoas que doam “esmolas”, e finaliza-se com homenagens da Folia aos três Reis representados pelos três arcos, onde eles param para cantar. Por último, fazem as homenagens ao Menino Jesus diante do presépio e se despedem da festa.

Após o ritual religioso acontece o jantar e o baile. Para a realização do baile, os festeiros contratam uma ou mais bandas, que animam a festa com músicas dançantes. O baile termina na madrugada, sendo interrompido somente no momento do jantar, distribuído gratuitamente aos visitantes.

O público que participa do evento é constituído por moradores do distrito, antigos



F. 152 - Integrantes da Companhia de Folia de Reis nos preparativos antes do início da festa. Cruzeiro dos Peixotos.
F. 153 - Preparação das refeições que serão distribuídas. Cruzeiro dos Peixotos.



moradores da comunidade, parentes e amigos dos festeiros, e também pessoas oriundas da cidade de Uberlândia. Todos os anos essa festa é organizada e preparada com o objetivo de receber milhares de pessoas, sendo realizada no Salão Santos Reis e na quadra poliesportiva do distrito, ambos localizados na Praça José Camim.

5.1.3. Distrito de Martinésia - Uberlândia

Em Martinésia, a Festa de Santos Reis é realizada nos meses de janeiro e julho. Sua organização é de responsabilidade dos **festeiros**. Para a realização do evento é contratada uma **Companhia de Folia de Reis**, responsável pela coleta de doações e também pela condução dos rituais religiosos que homenageiam os Santos Reis.

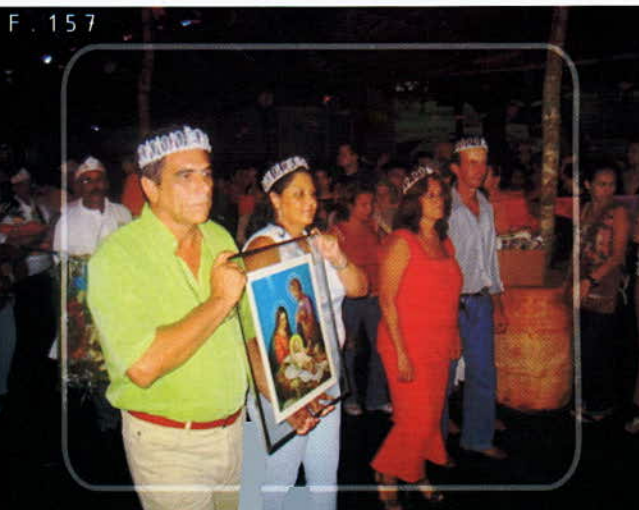
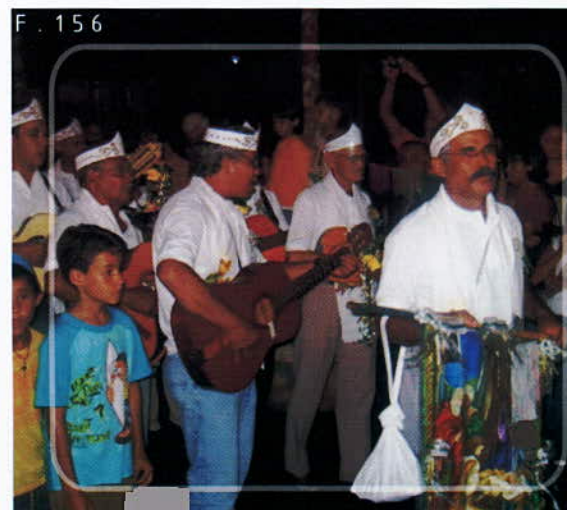
A fartura é representada pela quan-

tidade de comida distribuída gratuitamente aos participantes. O processo de doação das prendas ocorre de maneira semelhante ao do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, bem como a preparação de comidas.

O ritual religioso é similar ao de outras festas do gênero, sendo representado pela passagem da Folia pelos arcos, que simbolizam os três Reis, onde eles fazem suas homenagens. No entanto, o grande momento acontece durante as homenagens ao Menino Jesus, diante do **presépio**.

Outro momento muito esperado pelos visitantes é o baile, que reúne centenas de pessoas, e é animado por músicos contratados pelos festeiros.

A Festa de Santos Reis realizada no distrito de Martinésia acontece simultaneamente à festa de Cruzeiro dos Peixotos, e ambas são preparadas para a recepção de milhares de



F. 156 - Companhia da Folia de Reis no o ritual de passagem da bandeira. Martinésia.
F. 157 - Casal de festeiros carregando a imagem do Menino Jesus á frente da Folia de Reis. Martinésia.



peças. A escolha em participar dos dois eventos se dá por meio dos laços de amizade e parentesco entre seus participantes. Porém, é comum as pessoas visitarem as duas festas, vivenciando um pouco de cada uma.

5.2. Festa de São José do Moreno

No dia 19 de março, na comunidade Tenda do Moreno, **São José** é venerado de modo especial. Por ser considerado o padroeiro da localidade, a festa em seu louvor é reconhecida pelos membros da comunidade como sendo a mais importante.

O ritual dos festejos, com terços e leilões, acontece em grande parte nas residências de membros da comunidade, fazendo parte deste a realização de uma novena e duas missas. A novena se inicia quinze dias

antes de 19 de março, quando se comemora São José. No primeiro dia de novena, a imagem de São José sai em carreata até a residência de um dos membros da comunidade, onde acontece uma missa que celebra a abertura das festividades.

Ao longo da festa, a imagem do santo percorre todas as residências dos novenários e permanece na casa em que a novena terminou, até o dia da **missa de encerramento** da festa.

A tradição de realizar as festas nas residências é uma característica marcante da comunidade, já que os moradores que recebem a imagem de São José durante a novena se sentem privilegiados, pois isso representa para eles uma oportunidade de receber bênção e proteção às residências e aos familiares, pois o santo é tido como o protetor das famílias.

Segundo Dona Iranita e o Sr. Derly, São José é um santo especial, pois para o casal, o



F.160 - Festeiros e participantes da Festa de São José do Moreno se cumprimentam ao final da missa de encerramento

F.161 - Mesa repleta de prendas doadas para a realização do leilão beneficente.

santo representa a proteção da família.

São José foi um santo assim muito justo, muito honesto, e logo que ele ficou sabendo que Maria estava grávida, e ele sabia que não era filho dele, e veio na cabeça dele: 'mas ele não é meu filho e ela está grávida, como que eu vou aceitar?' Mas logo que o Anjo apareceu e contou pra ele em sonho, ele aceitou aquela versão que o Anjo contou, e aceitou Maria como esposa dele, mesmo ela estando grávida. Já pensou naquela época que isso era um absurdo na vida, acontecer um caso desse e ele aceitou Maria como esposa, mesmo sabendo que não era filho dele. Isso aí já mostra pra nós, a grandeza de São José... dele ter essa aceitação, essa humildade. (Dona Iranita Entrevista de campo, março de 2005).

Trata-se de um dos santos mais conhecidos no cristianismo, tanto assim que inspirou o nome a dezenas de pessoas da comunidade¹⁵.

No dia de encerramento da festa, a imagem do santo sai em carreata da residência do último novenário até a Capela de São José do Moreno, onde acontece a celebração de uma missa. Ao final desta são escolhidos os festeiros para o ano seguinte.

Além do aspecto sagrado da festa há também o aspecto profano representado pelos leilões, que de certo modo assumem uma

função lúdica e de lazer.

Durante os leilões as pessoas se reúnem e se divertem. Nas dependências das residências pode-se encontrar, amigos, parentes, e antigos moradores, conversando em pares ou grupos, contando "causos" e relembando momentos de suas vidas.

Desse modo, a estratégia da comunidade em realizar a festa nas residências demonstra a autonomia na reprodução da festa e ainda reforça os laços familiares e comunitários.

A partir do ano de 2005 foi acrescentado um baile que acontece no encerramento das festividades. Como a comunidade não possui um salão de festas, os festeiros solicitaram junto ao poder público municipal autorização para utilizarem o espaço físico da Escola Municipal do Moreno, que se localiza ao lado da Capela de São José do Moreno.

5.3. Festa do dia 13 de Maio

A festa do dia 13 de maio foi uma das festas mais populares da região. Idealizada pelo Sr. José Ernesto dos Santos, um meeiro da região, a festa era uma forma de mostrar, além de uma materialização do desejo de respeito e reconhecimento por parte dos brancos da liberdade conquistada no século XIX, uma forma de fortalecer a auto-estima dessa população que foi durante tanto tempo subjugada pela sociedade brasileira. Muitos moradores da região consideravam o Sr. Ernesto um poderoso feiticeiro. Com sua morte, alguns de seus filhos mudaram para Uberlândia e a festa deixou de ser realizada. Até hoje a festa do dia 13 de maio é lembrada com muito saudosismo por vários moradores da região, já que desde 1998 não é mais realizada.

¹⁵O nome José, em hebraico, significa: "Deus cumula de bens" e, sem dúvida, este conhecido carpinteiro de Nazaré, foi acumulado de bens ao não recusar sua missão de esposo da Virgem Maria e pai adotivo de Nosso Senhor Jesus Cristo. A grande devoção dos cristãos para com São José está fundamentada nas Sagradas Escrituras e Sagrada Tradição, portanto é com realismo que São José é reconhecido e invocado como modelo de pai, operário, protetor da Sagrada Família e da grande Família de Deus, que é a Igreja. Embora na Bíblia pouco se fale sobre a figura de São José, o que se é comunicado testemunha com clareza seu papel indispensável à missão do Cristo. Homem justo, trabalhador, silencioso e com fé, tornou-se suficientemente trabalhado pelas mãos do Oleiro divino, a ponto de ser constituído elo entre o Antigo e o Novo Testamento e conferir a Jesus a linhagem de Davi, a qual somente foi possível porque São José, acima de tudo, foi homem de fé e coragem, como atesta São Mateus. (Extraído dos sites www.diocese-sjc.org.br/historia-np.asp e www.paroquiamontserrat.com.br/historiasaojose.asp).

5.4. Festa de Nossa Senhora Aparecida e Jesus Pastor

Dentre as festas religiosas da Comunidade do Fundão no município de Araguari, os festejos em louvor a Nossa Senhora Aparecida e Jesus Pastor foram considerados, durante muitos anos, como sendo um dos mais importantes.

A festa era realizada no mês de maio, porém, há cerca de cinco anos deixou de fazer parte do calendário religioso da Capela do Fundão. Apesar de o calendário religioso católico estabelecer como sendo 12 de outubro o dia de Nossa Senhora Aparecida, a comunidade sempre adaptava os festejos para o mês de maio, juntamente com as homenagens a Jesus Pastor. Esse mês é também de Maria e das noivas; portanto, período de maior número de casamentos. Sem dúvida o mês de maio é marcado por vários festejos. Segundo depoimentos, as pessoas dessa comunidade se dedicavam inteiramente às rezas de terços, preparação e coroação da imagem de Nossa Senhora, mãe de Deus.

No ritual havia disputas acirradas, pois era um privilégio para as meninas vestirem-se de anjos, com uma candura e inocência que causava expectativas nas mães e nos seus familiares. Na maioria das vezes, tanto as mães quanto as meninas ficavam muito nervosas, pois isso representava a coroação das meninas como anjos de inocência.

Durante o ritual de coroação, as meninas se esforçavam e se esmeravam para atingir as expectativas dos familiares. Todos sabiam que a menina que tivesse melhor desempenho teria a grande honra de fazer a coroação no dia da festa, quando a igreja estaria cheia de fiéis.

Como na comunidade se comemora Jesus Pastor, as pessoas explicam que as homenagens se referem às palavras men-

cionadas pelo profeta Ezequias, ou seja, o pastor que dá a vida pelas ovelhas¹⁶.

Apesar da autonomia da comunidade em organizar a festa, segundo alguns membros essa deixou de ser comemorada devido às sugestões do pároco da capela, que discordava do grande número de eventos religiosos.

Os líderes comunitários acataram as orientações do sacerdote, na intenção de manter um bom relacionamento com a igreja, pois a presença dele garante a reprodução de alguns rituais inscritos na festa, como a realização de missas.

Através de adaptações e arranjos a comunidade conseguiu incorporar a comemoração em louvor a Nossa Senhora Aparecida e Jesus Pastor à Festa de São Sebastião. Desse modo, os fiéis e devotos garantem um momento para louvarem todos os santos de devoção da comunidade.

5.5. Festa de Santa Cruz

As homenagens a Santa Cruz realizadas na Fazenda Canoas, Comunidade do Salto, no município de Araguari, acontecem no mês de maio. No dia três deste mês, há aproximadamente 120 anos, as pessoas da comunidade se encontram para celebrar e

¹⁶ “Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida pelas ovelhas. O mercenário, que não é pastor, a quem não pertencem as ovelhas, vê vir o lobo, abandona as ovelhas e foge; então, o lobo as arrebatou e dispersa. O mercenário foge, porque é mercenário e não tem cuidado com as ovelhas. Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim, assim como o Pai conhece mim, e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas. Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor. Por isso o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim, pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai.” (João, Capítulo 10, Versículos 11 a 18)

rememorar o sacrifício de Jesus na cruz.

Na comunidade do Salto, as pessoas comemoram esse dia através da celebração de uma missa diante dos **dois cruzeiros** existentes no alto de um morro na Fazenda Canoas. Neste dia as estruturas são preparadas de forma improvisada para a realização da missa. Os responsáveis pela organização do local trazem mesas e bancos, pois apenas os cruzeiros se encontram em meio à vegetação. Utilizando-se da própria estrutura dos cruzeiros, é esticada uma lona para abrigar o pároco e os fiéis. No entanto, nem todos conseguem se abrigar embaixo da proteção. Os fiéis se acomodam sob as copas das árvores próximas aos cruzeiros, sentados em bancos ou até mesmo no chão.

A rusticidade do local e as dificuldades enfrentadas para se chegar aos cruzeiros não impedem que dezenas de pessoas de várias idades se reúnam para assistir à missa. Os visitantes são membros da própria comunidade, de comunidades vizinhas e da cidade de Araguari.

Segundo o proprietário da Fazenda Canoas, Sr. João Carias, a Festa de Santa Cruz é realizada há mais de cem anos. A presença de diversas pessoas na sua propriedade nunca o incomodou, pois para ele é uma bênção as homenagens serem realizadas em suas terras.

Para o Sr. José, apesar de existirem diversas capelas na região, os cruzeiros têm uma função simbólica e religiosa muito importante na vida das pessoas das comunidades rurais, pois fazem parte de um tempo em que as próprias capelas não existiam. A presença dos cruzeiros relembra os compromissos religiosos e espirituais das pessoas com a religião.

Após a realização da **missa**, as pessoas se confraternizam, participam do **leilão** e fortalecem relações entre amigos, parentes e vizinhos. Cabe ao festeiro, geralmente um casal, a responsabilidade pela arrecadação de prendas para a realização do leilão. Na festa são vendidos refrigerantes e outras bebidas. Os salgados são produzidos pelas famílias, tornando-se doações que são consumidas pelos participantes por intermédio de leilão beneficente.

A comercialização de bebidas e o leilão de prendas representam um momento profano. Todos, inclusive os visitantes, se envolvem, pois para eles a festa representa uma opção de encontro e lazer. Além disso, a renda obtida através do leilão é revertida para pessoas necessitadas, sejam da área rural ou urbana.

Os costumes e tradições envolvidos na celebração de Santa Cruz são representados por meio de estratégias que resultam da reunião



F. 162 - Pessoas reunidas durante o ritual sagrado da Festa de Santa Cruz.
F. 163 - Leiloeiro mostrando uma das prendas durante o leilão da Festa de Santa Cruz.

dos membros da comunidade local e da vizinhança. A dedicação daqueles que fazem a festa reforça e constrói novas identidades, principalmente entre crianças e jovens. No entanto, os costumes e tradições dependem em grande parte da manutenção da religiosidade, dos seus sentidos e significados. Na vida destas pessoas, as homenagens aos cruzeiros têm motivações especiais, pois mesmo não habitando o lugar retornam para cultuar Santa Cruz.

5.6. Festa de São Sebastião

Para retribuir a graça alcançada, constantemente as pessoas tornavam-se fiéis somente a um santo. Para as populações do cerrado era importante prestar devoção, ter fé num santo que realmente tivesse uma história de graças alcançadas na família e na comunidade.

O santo que mediou as maiores graças tem um lugar de destaque na casa, no templo religioso e na fé das pessoas. Difícilmente ele é substituído por um outro. A devoção à imagem sagrada é mesmo uma situação de acreditar no seu poder. Ser afilhado ou ter nascido na data de comemoração de um padroeiro é realmente um orgulho e motivo de devoção. Dependendo da condição social, da atividade que desempenha, a santidade tem uma importância demarcada pelo lugar que ocupa no altar, nas procissões e no envolvimento da comunidade nos festejos.

São Sebastião, nascido em Narbona, no ano de 250 d.C., foi um soldado das Legiões Romanas, que pregava abertamente sua postura religiosa cristã, o que na época era condenado pelo Império Romano. Por esse motivo foi condenado e morto por flechadas em uma arena romana. Devido ao seu espírito de

bravura e fé foi considerado santo.

Para os fazendeiros da área de estudo, São Sebastião continua sendo um santo que tem compromissos com o gado e exige fidelidade dos criadores. Portanto, a festa mais importante para os fazendeiros é a de São Sebastião. Santo protetor contra as pestes, fome e guerras, sua celebração acontece no dia 20 de janeiro. Nessa festa, os fazendeiros faziam e fazem de tudo para celebrar o seu padroeiro, o qual representa, principalmente para os pecuaristas tradicionais, um poderoso protetor dos males que afetam o rebanho bovino.

Antigamente a devoção era especial. Para os que viviam da pecuária, São Sebastião significava a única proteção com que poderiam contar para terem um rebanho saudável e protegido das pestes. Os fazendeiros acreditavam que São Sebastião realmente era o protetor que advogava contra os males que poderiam atacar os seus rebanhos e promover anos de miséria.

Quando o andor, normalmente conduzido pelos homens vestidos de soldados, passava pelas casas, todos os fazendeiros presentes retiravam os seus chapéus e se colocavam em frente à procissão, de cabeça baixa, de forma submissa, e assim faziam seus pedidos de proteção ao rebanho.

Neste dia se davam as comemorações nas paróquias dos povoados e nas fazendas. O pároco rezava a missa, fazia o seu sermão, agradecia a todos e elogiava os festeiros. Tendo o pároco feito a sua parte, entravam em cena os leiloeiros das prendas da festa. Respeitando a tradição da festa, os fazendeiros arrumavam dois chapéus, chamavam duas crianças inocentes e começavam o sorteio dos festeiros que iriam fazer a próxima festa.

Durante a festa posicionavam-se, na frente do andor de São Sebastião, o casal de

festeiros. Envolvidos por fitas brancas puxadas por meninas inocentes eles arrastavam a procissão, como senhores que empenharam os votos de fazerem a festa. Depois deles vinha o andor do santo e logo após a banda de música, as cantoras dos cânticos religiosos e as pessoas que pagavam promessas.

Na condição de protetor das atividades dos fazendeiros, as doações a São Sebastião eram sempre vultosas. Constituídas de animais ou cereais, sempre geravam para a Igreja Católica uma boa renda. O resultado das ofertas arrecadadas durante os festejos de São Sebastião era, via de regra, utilizado para as reformas ou manutenção da Igreja.

Mas para transformar as doações em dinheiro realizavam-se os leilões na praça da matriz. Geralmente, mal acabava a missa começava o leilão. Porém, antes de acontecerem os leilões de vulto, envolvendo gado e porco, entre os fazendeiros eram leiloados os brindes de honras, ofertados pelas crianças inocentes.

Nas comunidades do Salto e do Fundão, no município de Araguari, e no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, no município de Uberlândia, **São Sebastião** ainda é lembrado de forma especial nas festas religiosas.

5.6.1. Comunidade do Salto - Araguari

A Festa de São Sebastião é a mais importante festa religiosa realizada na Capela do Salto, principalmente pelo fato de ele ser o padroeiro da comunidade.

Apesar do calendário religioso da Igreja Católica prever que o dia de São Sebastião seja comemorado em 20 de janeiro, a Comunidade do Salto realiza a festa em seu louvor no mês de julho. Isso acontece devido às condições climáticas da região, que interferem na realização da festa em janeiro, período chuvoso. As chuvas provocam o desgaste das estradas vicinais, dificultando o acesso até a capela, a qual se encontra na área rural. No mês de julho a qualidade das vias de acesso é boa, pela baixa ocorrência de chuvas na estação seca.

A religiosidade do encontro é caracterizada pela realização de missas, terços e **procissões**. As celebrações eucarísticas são organizadas quando o padre da comunidade está disponível. Sendo ele pároco, também, na cidade de Araguari, em alguns momentos a comunidade assume autonomia na condução das celebrações, as quais ficam a cargo dos Ministros da Eucaristia, tidos como auxiliares dos sacerdotes.



F. 164 - Andor de São Sebastião da comunidade do Salto
F. 165 - Procissão na Festa de São Sebastião na comunidade do Salto

Os terços são rezados antes das missas e celebrações, por iniciativa dos membros da comunidade. No último dia de comemorações e homenagens é realizada a procissão com o andor da imagem de São Sebastião. O andor é cuidadosamente decorado pelas “enfeitadeiras”, mulheres encarregadas de decorar a capela, o salão de festas, e imagem do santo. Na procissão, os fiéis rezam e percorrem um pequeno trajeto em frente à capela.

O encontro é marcado por momentos profanos, os quais são representados pela realização dos bingos, leilões e bailes. As verbas e donativos utilizados para financiar o evento são arrecadados ao longo do ano. A estratégia da comunidade consiste na organização e realização dos terços mensais.

Durante os terços são realizados os bingos, leilões e bailes. Os encontros acontecem no último sábado de cada mês e promovem momentos de autonomia para os membros da comunidade. A cada ano são escolhidos, dois casais de festeiros, responsáveis pela organização dos festejos.

Todos os anos a **Festa de São Sebastião** atrai centenas de pessoas, oriundas tanto da comunidade do Salto quanto de comunidades vizinhas, inclusive da cidade de Araguari. É

muito comum a presença de antigos moradores da comunidade, que retornam para participar dos terços e homenagens ao padroeiro.

Na organização dos festejos a comunidade procura unir esforços com a **vizinhança** reforçando laços de amizade e relações de religiosidade. Desse modo, a festa além da função religiosa, restabelece a sociabilidade entre as pessoas.

5.6.2. Comunidade do Fundão - Araguari.

Na comunidade do Fundão, São Sebastião é homenageado no mês de julho. A comemoração em data diferente do dia do padroeiro deve-se aos problemas provocados pelo clima, cuja interferência nas estradas vicinais dificulta o acesso à capela. No mês de julho a comunidade não enfrenta tal problema, pois cessam as chuvas e as condições de tráfego são mais favoráveis.

O ritual religioso da festa é caracterizado pela realização das missas, terços e procissão. Como o pároco da capela reside na cidade de Araguari, as missas não acontecem todos os dias. Na ausência do padre são realizadas as celebrações por parte dos Ministros da



F. 166 - Procissão realizada no encerramento da Festa de São Sebastião - Salto
F. 167 - Festeiras preparando as prendas para a festa de São Sebastião - Salto

Eucaristia, sendo que a reza dos terços é uma iniciativa da própria comunidade.

No último dia dos rituais religiosos acontece a tradicional **procissão**. Nela são carregados os **andores** com as imagens de São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e Santa Terezinha. A presença das imagens de Nossa Senhora Aparecida e Santa Terezinha na procissão está ligada à extinção de uma das festas do calendário religioso da comunidade. No entanto, a imagem de Santa Terezinha continua fazendo parte da procissão, pois tradicionalmente sempre foi homenageada junto com o padroeiro da comunidade.

Além do aspecto sagrado inscrito na festa há também o aspecto profano, representado pelos leilões e bailes, que são vivenciados com muita animação pelos festeiros, membros da comunidade e visitantes.

Conjuntamente aos leilões e bailes é realizado um jantar oferecido a todos os participantes da festa, geralmente no último dia.

Durante a realização das festas pode-se observar o reencontro daqueles membros que não residem na comunidade, mas voltam no momento dos festejos para rever amigos e parentes. Portanto, é um evento que tende a reforçar os laços familiares, comunitários e os

sentimentos de pertencimento com a comunidade e o lugar.

5.6.3. Distrito de Cruzeiro dos Peixotos - Uberlândia

No distrito de Cruzeiro dos Peixotos, São Sebastião é comemorado no dia 20 de janeiro. As novenas e as quermesses fazem parte das homenagens ao dia do santo.

Como o dia de São Sebastião é comemorado logo após a Festa de Santos Reis, a qual acontece na comunidade no início de janeiro, as homenagens não contam com a adesão expressiva dos membros da comunidade. No entanto, devotos e fiéis não deixam de prestar suas homenagens àquele que é considerado o protetor dos atletas, dos soldados e guardião do amor.

5.7. Festas Juninas

Uma tradição muito festejada e mantida por algumas comunidades do baixo e médio curso do Rio Araguari são as celebrações juninas. Santo Antônio, santo casamenteiro, é comemorado no dia treze de junho. Já São João



F. 168

F. 169

F. 168 - Procissão saindo da capela após a missa de encerramento da Festa de São Sebastião - Fundão

F. 169 - Procissão fazendo o percurso pela propriedade - Fundão

Batista, aquele que anuncia a chegada de Jesus, comemora-se no dia 24 de junho. Segundo os registros sagrados, São João foi o primeiro a anunciar a existência e o poder de Jesus Cristo.

5.7.1. Festa de Santo Antônio.

Santo Antônio¹⁷ é o padroeiro do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, a festa é um dos mais importantes eventos da comunidade. Todos os preparativos que visam homenagear o padroeiro são de responsabilidade dos festeiros, os quais somam seis casais.

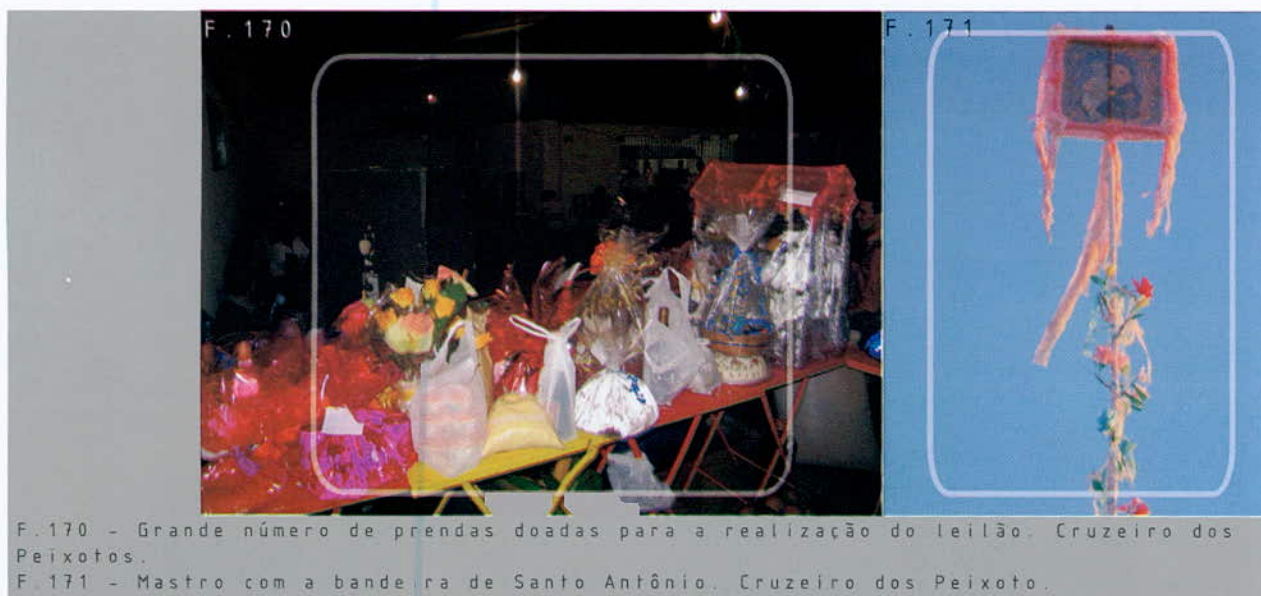
As comemorações em louvor ao santo iniciam-se nove dias antes da data de 13 de junho. Os rituais religiosos começam com a

novena, a qual é iniciada com uma missa na capela do distrito.

Faz parte da tradição religiosa das comemorações a distribuição do Pãozinho de Santo Antônio, a qual acontece geralmente no penúltimo dia da novena. Segundo algumas devotas do santo, o Pãozinho traz sorte para as mulheres casadas e, principalmente, aquelas pretendentes ao casamento. Esse costume está ligado à crença popular de Santo Antônio ser considerado casamenteiro.

No encerramento da novena é realizada uma missa e, ao seu final, o mastro com o estandarte de Santo Antônio é levantado em frente à capela. Geralmente, esse ritual acontece no dia 12 de junho, data dos namorados. Após o levantamento do mastro é acesa a fogueira de Santo Antônio, a qual

¹⁷“Santo Antônio de Pádua, também conhecido como Santo Antônio de Lisboa, nasceu em Lisboa, no ano de 1195, com o nome de Fernando de Bulhões y Taveira de Azevedo. É contemporâneo de um outro expressivo santo católico, São Francisco de Assis. Santo Antônio foi cônego regular em Portugal até os vinte e cinco anos, quando um fato mudou a sua vida. Ao saber que cinco franciscanos tinham sido martirizados em Marrocos, como consequência da tentativa de evangelizar infieis, Santo Antônio decidiu seguir-lhes os passos e ser um missionário. A partir deste acontecimento, entrou para a ordem dos frades franciscanos e logo foi enviado para trabalhar entre os muçulmanos de Marrocos. Com problemas de saúde, foi obrigado a retornar para a Europa, permanecendo em um eremitério na Itália. Durante este tempo, ocupou vários cargos, como o de professor em sua ordem na Itália e na França e também pregando nos lugares em que a heresia era mais forte. O combate à heresia era feito não apenas através da pregação, mas também por meio de milagres. Sabia de cor quase todas as Escrituras e tinha um dom especial para explicar e aplicar as mais difíceis passagens. Seu sermão alcançou o ápice de intensidade no ano de 1231, porém, foi neste mesmo ano que o santo foi acometido de uma doença inesperada, vindo a falecer em Arcella, no dia 13 de junho, aos 36 anos de idade. A canonização foi um processo coordenado pelo papa Gregório IX e a sua oficialização como santo ocorreu em 30 de maio de 1232. A popularidade de Santo Antônio, principalmente nos países latinos, deriva do costume de invocá-lo para encontrar objetos perdidos e auxiliar moças solteiras a encontrar noivos.” (Extraído do site www.ositedossantos.vilabol.uol.com.br/santo_antonio.html).



permanece queimando até o final da noite.

A festa se encerra no dia do padroeiro, com a realização de uma missa e uma procissão que percorre algumas ruas do distrito. Na procissão são carregados três andores com as imagens de Santo Antônio, Nossa Senhora Abadia e Nossa Senhora Aparecida, nessa ordem, respectivamente. As pessoas encarregadas para conduzir os andores usam vestimentas nas cores respectivas das imagens.

Além dos rituais religiosos, a Festa de Santo Antônio reúne em seu ritual festivo a realização de manifestações culturais de aspecto profano, como os leilões, bingos e bailes. Os leilões acontecem durante todos os dias da festa, sendo que as prendas são doadas pelos festeiros e novenários. Os primeiros são responsáveis por dividir a área do distrito em regiões; já os segundos, pela doação de prendas. Os bingos e os bailes são realizados apenas nos finais de semana, devido ao maior número de participantes.

Desse modo, a festa consegue reunir pessoas de diversas faixas etárias, identificadas por diferentes motivações, mas que encontram nos aspectos sagrados e profanos opções de cumprir com o seu compromisso religioso, o lazer e diversão.

As comemorações e homenagens ao padroeiro são uma iniciativa dos moradores do

distrito, com o apoio da Igreja Católica. Uma das estratégias da comunidade para a realização da festa consiste na escolha de festeiros na cidade de Uberlândia, na maioria das vezes, antigos moradores do distrito ou até mesmo parentes e amigos de membros da comunidade. Tal procedimento assegura a presença de um maior número de visitantes e pessoas para ajudar na organização da festa.

5.7.2. Festa de São João.

Sem dúvida nenhuma, o santo mais comemorado nos festejos juninos é **São João**, primo de Jesus Cristo. Nas fazendas, nas casas dos distritos e comunidades rurais, a festa sempre foi animada. Bem antes desta acontecer, corriam na vizinhança os convites e as comunidades chegavam no dia, com o sol se pondo. Para quem dava a festa era importante oferecer fartura e limpeza, pois durante a noite a fogueira era acesa e as pessoas comiam e dançavam até clarear o dia.

A fogueira, bem armada, atingia vários metros de fogo, garantindo luminosidade. Era tradição enfeitar as construções com bandeirolas coloridas. Quando a noite chegava o festeiro dava a ordem de começar a festa. Como marco do início das comemorações o **mastro da bandeira** com a imagem do Santo era



F.172 - Início da procissão após a missa da Festa de São João - Martinésia

F.173 - Moradora de Martinésia enfeitando o mastro da bandeira de São João Batista.

levantado com entusiasmo. Os membros das comunidades rurais davam "vivas", batiam palmas e estouravam vários foguetes.

Quando o festeiro era muito religioso, costumava-se pedir aos convidados orações para os mortos e para os participantes da festa. Geralmente as rezas eram um Pai Nosso e uma Ave-Maria.

Quando a fogueira era acesa, o baile já estava para começar. O anúncio de que o baile e as danças estavam próximos de iniciar eram dados pelo ritual de afinamento dos instrumentos. Como as pessoas da festa estavam esperando os músicos se aprontarem, bastava que a sanfona e o violão iniciassem uma moda para surgirem os primeiros dançarinos do baile.

Como as danças não paravam, a pausa para comer, geralmente, era dada pela meia-noite. Eram servidas as quitandas e doces. O baile costumava ir até de manhãzinha, ou até quando o sanfoneiro resistisse às solicitações dos dançadores.

Nas residências, tanto na cidade como na zona rural, em homenagem aos santos populares das festas juninas, além das fogueiras são erguidos os mastros, que ostentam as bandeiras com as suas imagens. No mastro da bandeira são espetadas laranjas ou limões. Nas pontas dos galhos de tais mastros, ao som de rojões, fogos de artifícios e

cânticos apropriados, as pessoas vão simbolizando os dias difíceis e a sua fé em dias melhores.

Os mastros, todos enfeitados, permanecem erguidos nos terreiros das casas dos festeiros durante o mês de agosto. Porém, uma tradição que vai sendo esquecida é a vara ensebada com gordura de gado. Costumava-se cortar no mato um mastro de madeira bem comprido. Tratava-se de uma madeira escolhida a dedo, sem galhos, bem lisa, para fazer da brincadeira uma prova de dificuldade.

Para melhorar as disputas sempre eram escolhidos os galhos mais difíceis de serem escalados. O grupo que ia para o mato buscar as madeiras descascava os galhos com o cuidado de não deixar ranhuras que pudessem ser usadas para facilitar as escaladas. Uma outra providência para ampliar as dificuldades consistia em ensebá-la bem a madeira, aumentando as dificuldades para os concorrentes.

Como estratégia de estimular a competição e promover a disputa colocava-se uma cédula de dinheiro na ponta do mastro. Como parte das estratégias da competição, o valor da cédula não era revelado. Em verdade, tudo o que era oferecido na festa tinha seus simbolismos. Assim, ninguém iria oferecer valores insignificantes para estimular disputas em suas festas, pois seguramente o festeiro



F. 174 - Bandeira de São João Batista - Martinésia

F. 175 - Andor de São João Batista preparado para a procissão

teria uma avaliação negativa.

Essa prova era somente para os meninos e rapazes, exigindo dos jovens habilidade, destreza e criatividade. Os mais determinados tentavam a subida várias vezes. Para iniciar a prova tinha que se submeter aos fiscais. Eles verificavam tudo, inclusive se o concorrente estava levando areia nos bolsos.

Geralmente, após várias tentativas frustradas, o concorrente já não era tão bem examinado como nas primeiras vezes. Isso ia criando muitas artimanhas. Não alcançar a cédula nas primeiras tentativas representava uma tática dos concorrentes. Em verdade a prova procurava desafiar a criatividade dos jovens, pois todos sabiam que era praticamente impossível chegar até o dinheiro sem usar de alguns artifícios.

Assim, a prova tinha seus momentos de fidelidade e respeito aos critérios estabelecidos. Tinha também os momentos onde muitos concorrentes utilizavam areia para conseguir uma melhor aderência na subida. Os mais espertos conseguiam ludibriar os fiscais, levando areia nos bolsos, que iam passando para as mãos à medida que escalavam o mastro.

Como em uma competição, as pessoas escolhiam os seus concorrentes preferidos. Durante a prova formavam-se as torcidas espontaneamente. Os torcedores, nas suas algazarras e chacotas, se misturavam para estimular ou atrapalhar os concorrentes. Quando o candidato já se encontrava quase alcançando a cédula e deslizava pau abaixo, alguns lamentavam, enquanto outros festejavam. Quando já havia tido várias tentativas e o sebo já estava menos escorregadio, um mais ousado chegava ao topo e a prova terminava com todos cumprimentando o "vencedor".

No distrito de Martinésia, município de

Uberlândia, as comemorações a São João Batista, assim como todos os eventos tradicionais em homenagem aos santos, são sempre comemorados com muitas comidas, bebidas e danças. Outros aspectos ligados às festas de São João são os fogos e balões coloridos, e também a fogueira. Segundo a tradição religiosa católica, a fogueira lembra a passagem em que Santa Izabel acendeu uma fogueira para avisar Nossa Senhora do nascimento de seu filho. Diz-se ainda que no seu dia São João adormece, pois se ele olhasse do céu as fogueiras feitas em sua homenagem, aqui na Terra, poderia descer e correria o risco de se queimar.

Sendo um evento de origem européia, comemorada durante o verão no hemisfério norte, sofreu várias adaptações e transformações nas diversas regiões do Brasil. No distrito de Martinésia, a festa de São João Batista é a mais importante no calendário religioso católico da localidade, pois se trata de homenagear o padroeiro da comunidade.

As comemorações têm início na véspera do dia de São João, ou seja, 23 de junho, e têm duração específica, conforme o calendário anual. O ritual religioso é caracterizado pela realização de missas, terços e procissão. A procissão é realizada no último dia dos festejos e percorre um trajeto pré-definido nas ruas do distrito. Neste dia são carregados três andores com as imagens de Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus e São João Batista, nessa ordem. O andor de Nossa Senhora Aparecida é carregado por mulheres e os andores do Sagrado Coração de Jesus e São João Batista são carregados por homens. As quatro pessoas responsáveis por carregar cada andor usam mantos nas cores azul, vermelho e rosa, seguindo as cores das vestimentas das imagens.

Outro aspecto tradicional inscrito nas

comemorações é o levantamento do mastro com a bandeira de São João, o qual acontece no dia anterior a procissão. O mastro é todo enfeitado com cores vivas e chamativas, pois segundo a tradição serve para avisar e chamar a atenção para o início dos festejos.

Além dos aspectos sagrados, estão inscritos no evento alguns aspectos profanos, como por exemplo à realização dos bingos, leilões e bailes. É costume na comunidade realizar apenas um dia de baile, evitando com isso a presença de pessoas desinteressadas com os aspectos religiosos da festa. Já os bingos e leilões acontecem durante todos os dias do evento.

A Festa de São João é muito importante para o distrito de Martinésia, pois representa uma oportunidade para a comunidade se reunir, festejar e se reencontrar com parentes e amigos. O caráter autônomo da festa proporciona momentos de lazer e diversão às pessoas que a organizam e dela participam.

5.8. Festa de Nossa Senhora Aparecida

Nossa Senhora Aparecida¹⁸ é festejada na comunidade da Tenda do Moreno no dia 12 de outubro, e na comunidade do Fundão ela foi incorporada à festa de São Sebastião.

A Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada na Capela de São José do Moreno, na Comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia, é resultado da união de esforços de

membros da comunidade. Segundo relatos de alguns membros, a festa começou a ser realizada antes mesmo da construção da capela.

O ritual religioso da festa se dá por meio da realização de uma novena e uma missa, durante o encerramento das comemorações. Geralmente a novena se inicia uma quinzena antes da data de 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida. A novena é realizada em diferentes propriedades rurais, sendo que a imagem da santa é levada até as residências, em carreata.

O encerramento da festa acontece com a celebração de uma missa na Capela de São José do Moreno, sendo que faz parte deste ritual a coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, realizada por crianças da comunidade, que geralmente são catequizadas e preparadas para receber o sacramento da Eucaristia. Desse modo, o ritual da primeira comunhão acontece no mesmo dia de coroação de Nossa Senhora Aparecida.

As comemorações são marcadas por momentos profanos, como por exemplo a realização dos leilões beneficentes ao final de cada novena. As prendas são doadas por membros da comunidade. No último dia são escolhidos os festeiros, responsáveis pela organização da festa no próximo ano.

¹⁸“Segundo registros históricos, em 1717, na cidade de Guaratinguetá, estado de São Paulo, após várias horas pescando sem resultados, três pescadores retiraram do rio Paraíba o corpo de uma imagem sem cabeça. Em seguida, lançada a rede novamente, encontraram a cabeça da imagem. Surpresos, lançaram a rede pela terceira vez e a pescaria foi tanta que puderam encher suas canoas. Esses três pescadores, Domingos Garcia, João Alves e Felipe Pedrosa, limparam a imagem apanhada no rio e notaram que se tratava da imagem de Nossa Senhora da Conceição. A imagem foi levada, a princípio, ao oratório de sua humilde casa, e diante dela os moradores realizavam suas orações. Desde aquele tempo Nossa Senhora passou a ser tratada como padroeira e devido à devoção das pessoas foi-lhe sendo atribuídos milagres. No ano de 1745 foi construída uma capela no Morro dos Coqueiros, que margeia o rio Paraíba, e uma missa foi celebrada. A imagem passou a ser chamada de Aparecida e deu origem à cidade de mesmo nome. A antiga capela foi substituída por outra maior, em 1888, sendo que somente em 8 de setembro de 1904 foi realizada a solene coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Data de 1908 a elevação do santuário à dignidade de Basílica, pelo Papa. O Papa Pio XI, em 1930, proclamou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil. No aniversário de 250 anos de devoção, o Papa Paulo VI ofereceu a Rosa de Ouro ao Santuário Nacional, inteiramente dedicado a Nossa Senhora da Conceição Aparecida (1967). A partir de 1950 já se pensava na construção de um novo templo mariano devido ao crescente número de romarias. O majestoso templo foi consagrado pelo Papa, após mais de vinte e cinco anos de construção, no dia 4 de julho de 1980, na primeira visita de João Paulo II ao Brasil.” (Extraído do site www.ositedossantos.vilabol.uol.com.br/nsa_aparecida.html).

5.9. Festejos Natalinos

No Cerrado da região do Triângulo Mineiro, o **Natal** era uma data muito esperada. Tanto era assim, que os preparativos começavam no mês de outubro. Com dois meses de antecedência era possível preparar, com cuidados especiais, a casa, as roupas, os presentes e os festejos. Os grupos de famílias rurais, próximas à Igreja católica, trabalhavam para deixar as capelas prontas para receber os membros da comunidade, além disso, participavam dos ensaios de cânticos natalinos.

As meninas que representariam as pastorinhas tinham suas roupas especialmente preparadas pelas mães ou pelas melhores costureiras da comunidade.

Após o compromisso religioso, os membros das comunidades participavam da ceia e da distribuição dos presentes. Os salões de festas das capelas tornavam-se lugares especiais. Desse modo, pode-se interpretar que os festejos natalinos eram importantes, pois, manifestavam momentos de sociabilidade em que a comunidade se envolvia por inteiro.

Nas comunidades estudadas alguns costumes e tradições foram extintos, substituídos e reinventados. As práticas religiosas ainda reproduzidas pelas comunidades do cerrado mesclam costumes e tradições, mas o que continua é a prática de fazer festa como doação.

5.10. Campeonato de Futebol

O campeonato de futebol realizado na Tenda do Moreno é organizado pelo Sr. Donizete. Os jogos são realizados no campo de futebol da Tenda do Moreno e também no campo da comunidade dos Olhos d'água. O evento reúne jogadores e moradores oriundos das propriedades rurais do entorno da Tenda do Moreno e Olhos d'água, bem como pessoas vindas dos bairros próximos da cidade de Uberlândia. Segundo o organizador, geralmente cada edição do campeonato reúne cerca de 16 equipes. O campeonato é tratado com seriedade por todos que dele participam, principalmente pelo envolvimento dos jogadores e familiares que encaram os encontros esportivos como momentos de lazer, deixando de lado os problemas oriundos da precariedade dos campos de futebol. O campeonato é amador e como incentivo aos participantes são distribuídos troféus e medalhas aos vencedores. As premiações são adquiridas com a arrecadação de taxas de inscrição das equipes e patrocínios de empresários da cidade de Uberlândia. Os torneios de futebol atraem também os visitantes e representam além de uma opção de lazer para estes grupos sociais, momentos de encontro e reencontro entre pessoas de diferentes espaços. Na maioria das vezes, para estas populações, o futebol é a única opção de recreação, pois reúne várias condições que



F. 176 e F. 177 - Presépio em Martinésia

geralmente não são encontradas em outros lugares. Além de tudo isso, os campeonatos se constituem em uma tradição comunitária, que há décadas promove o evento.

5.11. Campeonato de Truco

Na Tenda do Moreno, também é realizado o campeonato de truco. O Sr. Dário, proprietário do bar da localidade é a pessoa que organiza os jogos, bem como regulamenta as disputas.

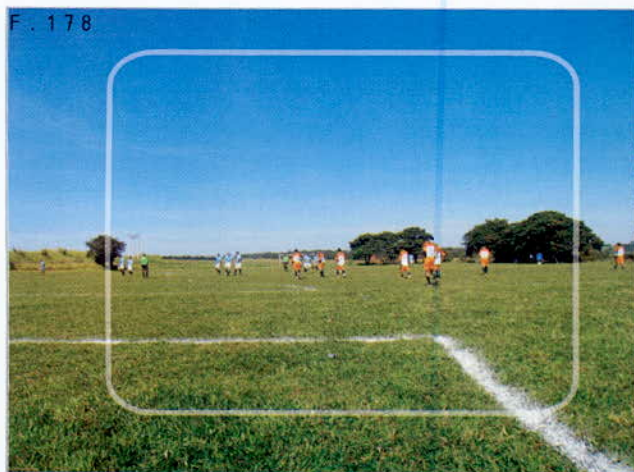
O jogo de truco é disputado com cartas de baralho e reúne quatro jogadores distribuídos em pares, os quais formam as equipes. A forma de disputa é a seguinte: cada jogador recebe três cartas, as quais são utilizadas ao longo de três rodadas, representando uma “mão”. A equipe, que descartar a carta de maior valor vence a rodada. Ao vencer duas rodadas do total de três, a equipe vencedora poderá ganhar um, três, seis ou mais pontos, dependendo de sua estratégia de jogo. Nesta disputa, aos jogadores é permitido blefar com o objetivo de ganhar mais de um ponto; cada rodada tem uma duração específica, pois isso depende da quantidade de “mãos” necessárias para que a equipe vencedora consiga uma “queda”.

Obtém-se uma “queda” vencendo dois “jogos” numa melhor de três, sendo que para se ganhar um “jogo” é necessário atingir um total de 12 pontos. O objetivo das equipes no truco é

ganhar duas vezes, alcançando a “queda”, tornando-se vencedor. No entanto, durante o campeonato não é suficiente vencer apenas uma “queda”, pois a disputa é eliminatória, ou seja, as equipes derrotadas são eliminadas. A equipe vencedora do campeonato é aquela que se mantém invicta ao final de todos os confrontos.

O evento reúne moradores oriundos das propriedades rurais próximas a Tenda do Moreno e comunidades vizinhas, inclusive a Olhos d'água, bem como jogadores vindos da cidade de Uberlândia. Segundo o organizador do evento, cada campeonato reúne cerca de 28 jogadores distribuídos em sete mesas. A rivalidade e a disputa se revelam como atrativos para que outras pessoas se posicionem como torcedores fervorosos. Desse modo o evento abre espaço não só aos jogadores, mas também para um público maior, inclusive familiares e amigos. Ao final do campeonato, são distribuídos troféus e medalhas aos vencedores. Como no futebol, as premiações são adquiridas a partir de arrecadação de taxas de inscrição. Dependendo da forma de disputa e da quantidade de duplas inscritas, os campeonatos podem durar mais de um dia.

Esses encontros envolvendo disputas são uma importante manifestação da cultura popular, sendo que, os campeonatos de truco realizados na Tenda do Moreno representam para os participantes um momento lúdico e uma opção de lazer.



F. 178 - Jogo de futebol na Comunidade da Tenda do Moreno



F. 179 - Jogo de truco realizado na comunidade Tenda do Moreno

[CONCLUSÃO]

Este trabalho teve como ponto de partida explicitar o patrimônio cultural das Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) dos dois empreendimentos em estudo - as UHEs Capim Branco I e II - o qual somente tinha abrangência local. Tratava-se de um patrimônio sem registro e sem divulgação, de conhecimento quase que exclusivo da população local, mas apesar de se encontrar localizado em comunidades rurais, assumia representações e expressões individuais e coletivas.

Como se verificou, o exercício de investigação, executado pela equipe responsável pelo trabalho, envolveu o desenvolvimento de vários eixos de análise empírica e teórica. A complexidade das informações levantadas decorre da condição sócio-espacial das comunidades e dos empreendimentos hidrelétricos em estudo. Desta forma, entende-se ser importante revisitar os conteúdos explicativos das principais descobertas, assim como estabelecer referenciais para futuros estudos relacionados aos registros, análises e interpretações do patrimônio cultural material e imaterial.

No que diz respeito à cultura dos diversos lugares, ela foi analisada a partir das práticas rurais, cuja manifestação é histórica e interna às pessoas, tornando-se uma expressão da vida social. Na região do Triângulo Mineiro, as pessoas viveram por muitos anos da pecuária extensiva, estabelecendo relações sociais lastreadas por uma ética e moral fundamentada no catolicismo, o qual compõe o essencial do modo de vida das pessoas pesquisadas.

De um ponto de vista da história dessas práticas, consideraram-se os valores culturais como possibilidade para compreender as

identidades das pessoas em relação às suas edificações, simbolismos, religiosidade e festejos. Nesse sentido, é correto dizer que o enfoque à cultura material e imaterial foi dado, sobretudo, às práticas sociais individuais e coletivas.

Outro aspecto conceitual considerado e abordado foi a organização social em comunidade, principalmente em relação aos eventos, bem como da manutenção e conservação dos bens patrimoniais. Pensou-se a comunidade considerando-se as identidades, pertencimentos, interesses, costumes e tradições. Na organização dos lugares, que fundamentam relações, procurou-se estabelecer os princípios e também as estratégias que possibilitam a composição de esforços para entendimento dos bens patrimoniais individuais e coletivos.

Quanto aos "bens patrimoniais", procurou-se registrá-los como expressão da cultura local e de processos amplos, por meio dos quais os saberes, conhecimentos, técnicas, simbolismos e religiosidades foram sendo constituídos e fixados nas pessoas e lugares como elementos fundantes de um modo de vida.

As manifestações culturais também foram observadas e analisadas, a partir dos seus conteúdos simbólicos, místicos e históricos, procurando-se discutir e estabelecer os nexos daquilo a que se denominam bens patrimoniais nos fundamentos das práticas sociais, no que implica a reprodução material e imaterial das pessoas, das comunidades e da reprodução da vida.

O trabalho de inventariar os bens patrimoniais foi sendo desenvolvido tendo as condições materiais e imateriais da cultura como ponto de partida e foi sendo desdobrado

nas condições de reprodução dos grupos sociais envolvidos.

Assim, em relação ao patrimônio edificado, percebe-se que a presença da religiosidade é muito marcante, sendo, em todas as comunidades estudadas, elemento propulsor de sua constituição e desenvolvimento. De maneira geral, a forma de o homem dessa região se apropriar das técnicas construtivas foi semelhante, mesmo quando o estilo arquitetônico apresentava-se mais detalhado. A arquitetura tradicional se repete, apresentando poucas edificações de arrojo, como a Ponte do Pau Furado. Em sua maioria essas edificações possuem plantas originais regulares, com alvenaria estrutural e coberturas em telhas cerâmicas e estrutura de madeira, técnicas e tecnologias disponíveis e bem divulgadas na região. Os bens materiais selecionados para a documentação revelam a história, o processo de formação e características culturais do lugar que, agora registrados, serão resguardados para apropriação das comunidades atuais e futuras.

No estudo das origens dos nomes dos lugares, buscou-se desvendar as motivações dos nomeantes e identificaram-se os laços de pertencimento, fato que instigou a curiosidade dos pesquisadores na busca de elementos históricos mais relevantes. No caso específico das comunidades influenciadas pelos empreendimentos hidrelétricos em estudo é importante destacar, sobretudo, o que foi abordado no estudo dos topônimos da Comunidade Rural do Fundão e Comunidade Rural da Tenda do Moreno, considerados como focos iniciais de povoamento dos municípios de Araguari e Uberlândia, respectivamente. O levantamento e o resgate histórico da origem dos topônimos revelou facetas da história local e regional, que para muitos era desconhecida.

Ao analisar os conteúdos simbólicos

das comunidades, procurou-se conhecer os objetos tradicionais. A pesquisa resultou em uma extraordinária incursão a um passado que, em muitos casos, ainda faz parte da vida atual. Por meio dos objetos, descobriu-se parte da história das técnicas, do trabalho, das sociabilidades, dos mitos e das devoções. Por mais que as pessoas, de modo geral, se mantivessem em silêncio, ou argumentassem que os seus utensílios nada poderiam dizer a respeito do passado, do presente, ou eventualmente caracterizassem a sua posse como desperdício de tempo e espaço, a análise, a atenção e o investimento em estudos demonstraram que a realidade é bem mais complexa. As comunidades, além da sua história material, são constituídas e assistidas pela imaterialidade da cultura. Há certamente uma diversidade enorme de mundos simbólicos em cada comunidade, as quais tiveram e têm uma quantidade significativa de conteúdos ainda para serem desvendados.

Quanto às festas, procurou-se analisar e decifrar os conteúdos dos festejos populares, bem como as formas de sociabilidade daí decorrentes. Os ciclos dos acontecimentos comemorativos foram identificados e procurou-se analisar os fundamentos materiais e imateriais da organização dos vários festejos, assim como os objetivos implicados nas relações comunitárias, nas estruturas de poder e hierarquias dos vários momentos em que as festas passam a fazer parte do modo de vida das pessoas, de dentro e de fora das comunidades.

Cabe salientar que a presente obra não pretende esgotar a análise referente ao registro dos bens patrimoniais da área estudada. Ao contrário, procurou-se levantar diferentes aspectos da cultura, os quais podem servir como pontos de partida para novas abordagens e discussões.

[GLOSSÁRIO DE TERMOS ARQUITETÔNICOS]

1. Ordens Arquitetônicas:

- Dórica: Mais antiga e mais simples dentre as cinco ordens clássicas, desenvolvida na Grécia no século VII a.C. e, posteriormente, imitada pelos romanos. As colunas da ordem dórica romana são mais delgadas e, normalmente, assentam sobre uma base, as caneluras são por vezes alternadas ou omitidas, enquanto o capitel consiste em uma gola filetada.

- Jônica: Ordem clássica desenvolvida nas colônias gregas da Ásia Menor no século VI a.C., caracterizada pelas volutas espiraladas de seu capitel. As colunas acaneladas tinham, via de regra, bases emolduradas e sustentavam um entablamento profusamente ornamentado.

- Coríntia: Mais ornamentada das cinco ordens clássicas, desenvolvida pelos gregos no século IV a.C., porém utilizada mais intensamente na arquitetura romana; semelhante, em muitos aspectos, ao estilo jônico mas normalmente em proporções mais delgadas e caracterizada por um profundo capitel decorado com folhas de acanto.

- Toscana: Ordem clássica de origem romana, basicamente um estilo dórico romano simplificado, caracterizado por uma coluna não acanelada e uma base e capitel lisos, sem nenhuma decoração afora as molduras.

- Compósita: Uma das cinco ordens clássicas, popular a partir do início da renascença, mas criada pelos antigos romanos, na qual a ordem

coríntia é modificada pela sobreposição de quatro volutas jônicas dispostas diagonalmente.

2. Estilos Arquitetônicos:

- Ecletismo: Tendência da arquitetura e das artes decorativas para misturar livremente estilos históricos diversos com o propósito de combinar as virtudes de diferentes fontes, ou de ampliar o conteúdo alusivo, particularmente durante a segunda metade do século XIX na Europa e nos EUA.



Exemplo de ecletismo
em Martinésia

- Art Déco: Estilo de arte decorativa desenvolvido originalmente na década de 1920, com um revivescimento na década de 1960, marcado principalmente pelos motivos geométricos, as formas "streamlined" e curvilíneas, os contornos nitidamente definidos, as cores freqüentemente fortes e o uso de materiais sintéticos, como os plásticos; abreviação de *Exposition Internationale Dês Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, uma exposição de artes modernas e decorativas.



Depósito em estilo
Art Déco na fazenda
Capim Branco

3. Elementos arquitetônicos:

- Adobe: Tijolo seco ao sol feito de argila e palha, de larga utilização nos países com pouco índice de precipitação.

- Balaustrada: Barreira composta por um corrimão apoiada em pontaletes espaçados entre si. Também chamado guarda-corpo e parapeito.



Balaustrada do
Coreto do conjunto
Fundão

- Bandeira: Janela localizada acima do vão da porta, separada deste por um travessão.



Esquadrias com
bandeira na fazenda
Barra Grande

- Capitel: Topo de uma coluna que sustenta uma laje lisa, alargada para aumentar a área de cisalhamento da chapa.



Capitel da coluna
presente entres as
salas na fazenda Capim
Branco

- Cimalha: Em geral, elemento colocado na parte superior que termina ou remata a fachada de um edifício.



Cimalha na casa do
Capitãozinho -
Martinésia

- Cornija: Fiada de tijolos ou pedra rente a face de uma edificação ou projetando-se desta, normalmente moldada de modo a marcar uma divisão na parede.

- Cunhal: Ângulo externo formado por duas paredes concorrentes, seja qual for a alvenaria empregada.



Cunhal de madeira
na fazenda Barra
Grande

- Esteio: Em geral, o termo é mais empregado para designar estaca com que se sustenta ou se escora um teto ou uma parede.

- Estuque: Argamassa de base composta por gesso calcinado, misturado a areia, água e diversos aditivos destinados à controlar seu endurecimento e suas propriedades funcionais.



Beiral de estuque
na Americana -
Martinésia

- Frontão: Arremate de uma parede de empena que oculta as declividades de um telhado, especialmente aquelas com uma silhueta ornamental. Empena larga e baixa que encima uma colonata ou divisão principal de uma fachada.



Frontão da Capela
São João Batista -
Martinésia

- Guarda-pó: forro de tábuas, que reveste o vigamento superior dos telhados. Em geral, é usado somente na parte aparente dos beirais.



Guarda-pó na capela
São João Batista -
Martinésia

Guarda-pó na
fazenda Capim
Branco



- Pináculo: Estrutura vertical subordinada que termina em uma pirâmide ou flecha utilizada para acrescentar peso à estrutura.



Pináculo na residência D. Luzia
Pináculo na casa do Capitãozinho

- Platibanda: Parede protetora baixa, na extremidade de um terraço, balcão ou cobertura, especialmente aquela parte de uma parede externa, parede corta-fogo ou parede-meia que segue acima do telhado.

- Verga: Peça superior de um batente de porta ou janela. Também chamada padieira ou travessa.

[ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS]

Cozinhas, fogões e comidas



Cozinha Fazenda
Pau Furado - Tenda do
Moreno



Cozinha Propriedade
Sr. Alcides - Tenda do
Moreno

Cozinha Propriedade
Sr. Alcides - Tenda do
Moreno



Cozinha Dona Nenê - Cruzeiro dos Peixotos



Cozinha Dolores - Cruzeiro dos Peixotos



Cozinha Família Manzão
Salto

Cozinha Família Manzão
Salto





Cozinha Fazenda Barra Grande - Cruzeiro dos Peixotos



Cozinha Fazenda Barra Grande - Cruzeiro dos Peixotos



Cozinha Fazenda Capim Branco - Fundão



Cozinha Residência/Comércio Av. Sol Nascente-Cruzeiro dos Peixotos



Cozinha Residência João Bosco Guimarães -Cruzeiro dos Peixotos



Bebidas - Licores - Fazenda Pau Furado - Tenda do Moreno



Comidas - Coxinhas - Cruzeiro dos Peixotos



Comidas - Pizzas - Cruzeiro dos Peixotos



Comidas - Queijo da
Dona Maria
Propriedade
Sr. Alcides-
Tenda do Moreno



Comidas - Macarrão
Fazenda
Pau Furado
Tenda do Moreno



Comidas
Almôndegas e mandioca
Fazenda
Pau Furado
Tenda do Moreno



Comidas - Pimenta e Farinha - Fazenda Pau Furado
Tenda do Moreno



Comidas - Pudim - Fazenda Pau Furado - Tenda do
Moreno



Comidas - Biscoito de polvilho - Família Manzão - Salto



Comidas - Queijo de trança- Família Manzão - Salto



Comidas - Queijo cabacinha - Família Manção -Salto



Comidas - Queijo cabacinha - Família Manção -Salto



Comidas - Quitandas - Salto



Comidas - Caldo - Martinésia



Comidas - Pastéis - Martinésia



Comidas - Quitandas - Martinésia



Comidas - Doces tijolinhos - Martinésia



Comidas - Feijão - Fundão

Festas



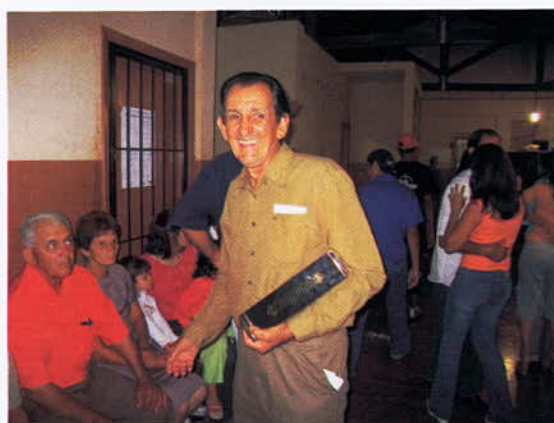
Festa de São Sebastião - Salto



Festa de São Sebastião - Salto



Festa São José do Moreno
Leilão - Tenda do Moreno



Festa São José do Moreno
Leilão - Tenda do Moreno



Festa São José do Moreno
Novena - Tenda do Moreno

Festa de Santos Reis
Fundão



Festa de Santos Reis - Fundão



Festa de Santos Reis - Fundão



Festa de São João Batista - Martinésia



Festa de São João Batista - Martinésia



Festa de São João Batista - Martinésia



Festa de São João Batista - Martinésia



Festa de São João Batista - Martinésia



Festa de São João Batista - Martinésia



Festa de Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Festa de Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Festa de Santos Reis - Cruzeiro dos Peixotos



Festa de Santos Reis - Cruzeiro dos Peixotos



Festa de Santos Reis - Cruzeiro dos Peixotos



Baile da festa de São Sebastião - Fundão



Procissão em homenagem a São Sebastião - Fundão

Fogueteiro da festa de São Sebastião - Fundão



Integrante da Folia de Santos Reis
Cruzeiro dos Peixotos

Sanfoneiro da Folia de Santos Reis
Cruzeiro dos Peixotos



Santos



Altar da Capela do Salto - Salto



Sagrado Coração de Jesus
Capela do Salto



Nossa Senhora Aparecida
Capela do Salto



Oratório Fazenda Pau Furado
Tenda do Moreno



Santo Antônio - Fazenda Pau Furado - Tenda do Moreno



São João - Fazenda Pau Furado - Tenda do Moreno



São Pedro - Fazenda Pau Furado - Tenda do Moreno



Nossa Senhora Aparecida
Fazenda Pau Furado
Tenda do Moreno



Nossa Senhora Aparecida
Capela do Fundão



Altar da Capela do Fundão - Fundão



Jesus Bom Pastor e N. Sr.a Aparecida - Capela do Fundão



Jesus Bom Pastor
Capela do Fundão



Santa Terezinha
Capela do Fundão



Santa Terezinha, Bom Jesus Pastor e N. Sr.a. Aparecida
Capela do Fundão



Santo Antônio - Capela de Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Nossa Senhora Aparecida- Capela Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Nossa Senhora - Capela Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Imagens de Nossa Senhora - Capela de Santo Antônio
Cruzeiro dos Peixotos



Altar da Capela Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Folia de Santos Reis - Cruzeiro dos Peixotos



Mastro de São João - Capela de São João Batista - Martinésia

Nossa Senhora da Graças
Capela de São João Batista
Martinésia



Sagrado Coração de Jesus
Capela de São João Batista
Martinésia



Nossa Senhora do Rosário
Capela de São João Batista
Martinésia

Cruzeiros e Capelas



Três Cruzes da festa de Santa Cruz - Salto



Primeiro Cruzeiro da Festa de Santa Cruz - Salto



Capela do Salto



Interior da Capela do Salto



Cruzeiro à beira da estrada - Tenda do Moreno



Cruzeiro à beira da estrada - Tenda do Moreno



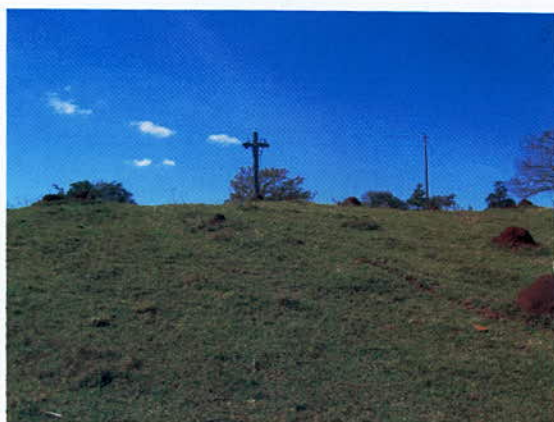
Cruzeiro à beira da estrada - Tenda do Moreno



Cruzeiro à beira da estrada - Tenda do Moreno



Primeiro Cruzeiro da Fazenda
Pau Furado
Tenda do Moreno



Cruzeiro Fazenda Pau Furado - Tenda do Moreno

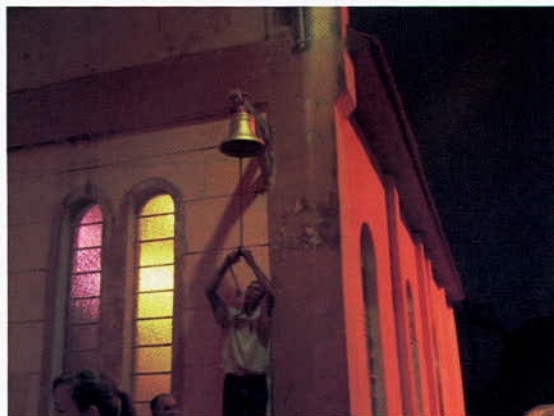


Capela de São José do
Moreno
Tenda do Moreno

Cruzeiro no Retiro Velho



Capela do Fundão



Sino Capela Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Capela de Santo Antônio - Cruzeiro dos Peixotos



Cruzeiro - Martinésia



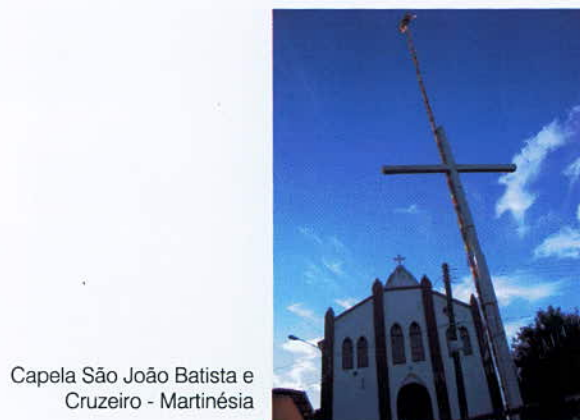
Novo Cruzeiro de Dona Maria José - Indianópolis



Novo Cruzeiro de Dona Maria José - Indianópolis



Capela de São João Batista -
Martinésia



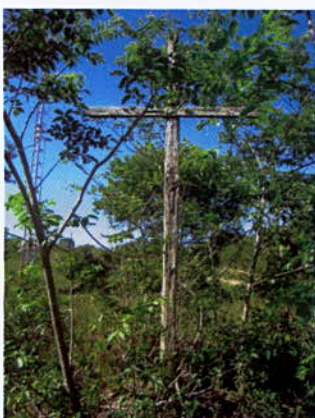
Capela São João Batista e
Cruzeiro - Martinésia



Sino no salão de festas - Martinésia

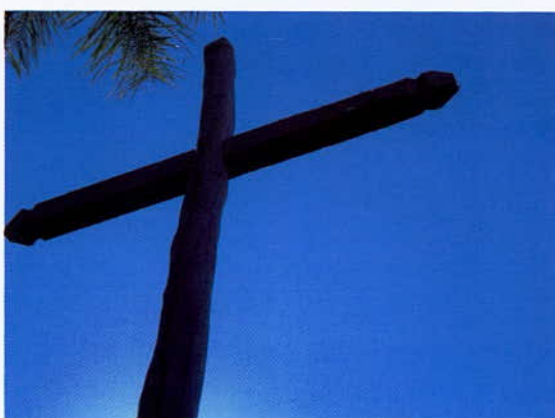


Altar visto da entrada principal da Capela de São João
Batista - Martinésia

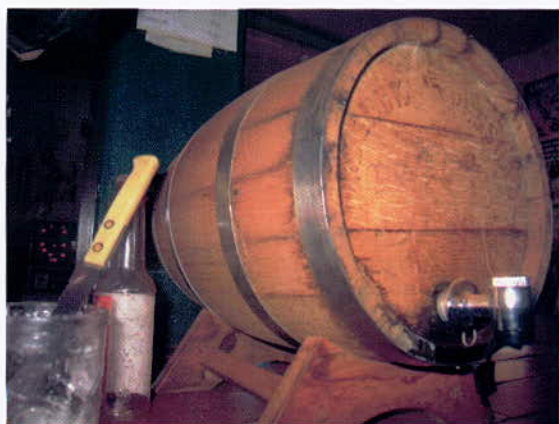


Cruzeiro do Conjunto Fundão

Cruzeiro na Fazenda Barra
Grande - Cruzeiro dos
Peixotos



Utensílios



Barril de Pinga - Merceria da Tenda



Cadeira - Fazenda Buracão - Tenda do Moreno



Canga de Boi - Fazenda Buracão - Tenda do Moreno



Pilão - Fazenda Buracão - Tenda do Moreno



Ervas e temperos naturais - Propriedade Sr. Alcides
Tenda do Moreno



Gramim - Instrumento de
medição para fazer porteira
Fazenda Buracão
Tenda do Moreno



Coalheira - Tralha para
tracionar animais
Fazenda Buracão
Tenda do Moreno



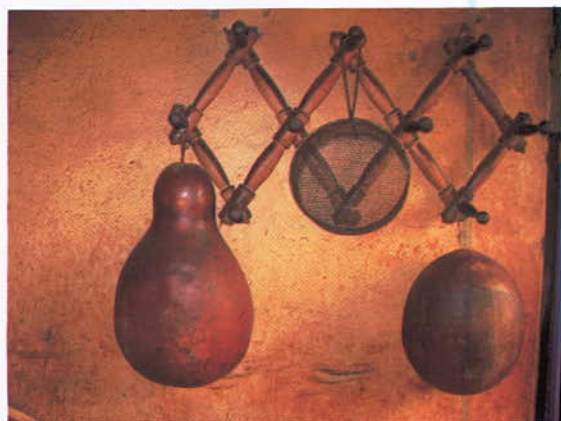
Forno externo para assar quitandas - Propriedade Sr.
Alcides - Tenda do Moreno



Monjolo - Propriedade Sr. Alcides - Tenda do Moreno



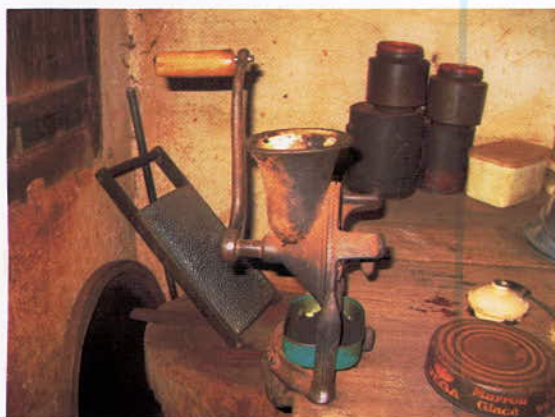
Prensa para fabricar farinha de mandioca - Propriedade Sr. Alcides - Tenda do Moreno



Cuias para lavar arroz - Propriedade Sr. Alcides - Tenda do Moreno



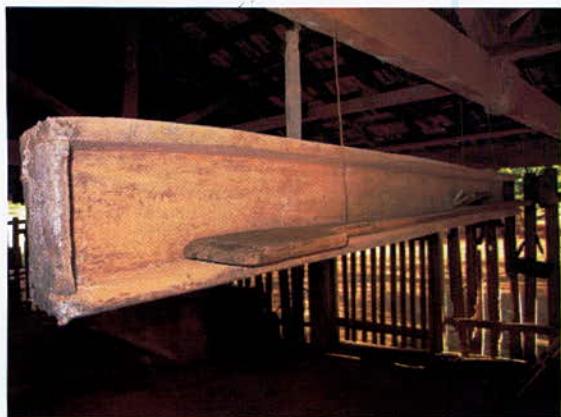
Giral para secar polvilho - Família Manzan - Salto



Moedor de café - Família Manzan - Salto



Tanque para fabricação de polvilho - Família Manzan Salto



Forma para mexer a massa do melado - Martinésia



Triturador de mandioca Martinésia



Forno para secar farinha de mandioca - Martinésia



Fornalha para fabricar farinha de mandioca - Martinésia



Moenda de cana - Martinésia



Forma para fazer polvilho - Martinésia



Prensa para fabricar farinha de mandioca - Martinésia



Forma para melado - Dona Nenê - Cruzeiro dos Peixotos



Instrumentos musicais - Fundão



Ferramentas da oficina do Sr. Lourival (Nenê do Canivete)
Martinésia

Futebol e truco



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Futebol - Tenda do Moreno



Trofeus de campeonatos de futebol e truco - Tenda do Moreno



Trofeus de campeonatos de futebol e truco - Tenda do Moreno



Trofeu de truco do Sr. Dário - Tenda do Moreno



Trofeus de campeonatos de futebol e truco - Tenda do Moreno



Trofeus de campeonato de truco Tenda do Moreno

Jogo de truco entre amigos Martinésia



Cabeças de Boi e Sedes de Fazendas



Cabeças de Boi - Propriedade Sr. Alcides - Tenda do Moreno



Sede da propriedade do Sr. Alcides - Tenda do Moreno



Cabeças de Boi - Propriedade Sr. Alcides - Tenda do Moreno



Cabeças de Boi - Propriedade Sr. Alcides - Tenda do Moreno



Cabeças de Boi - Fazenda Canoas



Cabeças de Boi - Fazenda Fundão



Cabeça de Boi
Fazenda Fundão



Cabeça de Boi - Fazenda Fundão



Cabeças de Boi - Fazenda Fundão



Cabeças de Boi - Retiro Velho



Fazenda Tenda - Tenda do Moreno



Sede de fazenda - Tenda do Moreno



Fazenda Sr. Baltazar - Tenda do Moreno



Sede de Fazenda - Distrito Cruzeiro dos Peixotos



Ruínas da primeira Sede da Fazenda Laje - Tenda do Moreno



Ruínas da primeira Sede da Fazenda Marimbondo - Tenda do Moreno



Sede Fazenda Marimbondo - Tenda do Moreno



Sede da Fazenda Salto - Salto



Sede da Fazenda Pindaíba - Tenda do Moreno



Sede da Fazenda Capim Branco - Fundão



Sede da Fazenda Barra Grande - Cruzeiro dos Peixotos



Sede da Fazenda Barra Grande - Cruzeiro dos Peixotos



Atual sede da Fazenda Laje - Tenda do Moreno



Sede de Fazenda - Distrito Martinésia

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]

- A batalha do Riachuelo*. Disponível em: <<http://www.geocities.yahoo.com.br/guerrapara/batalhadoriachuelo.htm>>. Acesso: 02/2005.
- A história de Uberlândia*. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso: 02/2005.
- ALVES, K.B. et al. *Dossiê e Projeto de Restauração Casa do Capitãozinho*. Uberlândia: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, julho/2001.
- ARANTES, Jerônimo. *Como Fizeram Uberlândia*. Uberlândia: [s.n.], 1972.
- BACCARO, Claudete A. D. et al. Mapeamento geomorfológico da Bacia do Rio Araguari. In: LIMA, Samuel do C. & SANTOS, Rosselvelt J. (org). *Gestão Ambiental da Bacia do Rio Araguari*: Rumo ao desenvolvimento sustentável. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia. CNPq, 2004. p.1-19.
- BALAKIAN, Anna. *O Simbolismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- BARBOSA, Suzana. História / Arte das Tramas. *Correio da Bahia*, Salvador, 26 set. 2001. Caderno R e p ó r t e r . Disponível em : <<http://www.correiodabahia.com.br/2001/09/26/noticia.asp?link=not000035322.xml>> Acesso em: 03/2005.
- BÍBLIA, Sagrada, São Paulo: Paulinas, [19-]. 1695 p.
- BORGES, Antonio A. de C. *Família Rodrigues da Cunha*: Ramo Cornélia Cândida de Oliveira Borges. Uberaba: [s.n.], 1980.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade*: Lembranças de Velhos, 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.
- _____. *A Folia de Reis de Mossâmedes*. Rio de Janeiro: Cadernos de Folclore. Ministério da Educação e Cultura Departamento de Assuntos Culturais, 1977.
- BRANDÃO, Théo. *Cavalcadas de Alagoas*. Rio de Janeiro: Cadernos de Folclore. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais.
- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BUTTIMER, A. *Aprendendo o dinamismo do Mundo vivido*. In: Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.
- CADÊ MEU SANTO. *História de São Sebastião*. Disponível em: <http://www.cademeusanto.com.br/sao_sebastiao.html> Acesso em: 07/2005.
- CALDEIRA, C. *Mutirão*: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Nacional, 1956.
- CAILLOIS, Roger. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Edições Setenta, 1988.

- CAMPOS, Carlos de; FRIOLI, Adolfo; *João de Camargo de Sorocaba*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- CÂNDIDO, A. *Cs parceiros do Rio Bonito*: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.
- CARDOSO, C.F.S. *Escravo ou Camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- CARLOS, Anr. Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-39.
- CARVALHO, José Jorge. Características do Fenômeno Religioso na Sociedade Contemporânea. Em: Maria Clara Bingemer (org), *O Impacto da Modernidade sobre a Religião*, p. 133-195. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Z. M., e COUTO, A. P. *Folia de Reis*. Rio de Janeiro: Editora MEC, 1977.
- CEMIG. AHE Capim Branco: *Estudos de viabilidade - Anexo B - Estudos Ambientais - 2ª Parte*. Belo Horizonte, Consórcio Leme-EPC, 1987.
- CEMIG. AHE Capim Branco: *Estudos de viabilidade*. Belo Horizonte, Consórcio Leme Engenharia/EPC, 1987.
- CEMIG. UHE Capim Branco I: *Relatório de viabilidade*. Belo Horizonte, nov.1995.
- CEMIG. UHEs Capim Branco I e II: *Estudo de Impacto Ambiental das UHEs Capim Branco I e II, Relatórios Temáticos*: clima; uso do solo e cobertura vegetal; florística e fitofisionomia; atividades econômicas; geomorfologia; recursos hídricos; solos e aptidão agrícola. Belo Horizonte, Leme Engenharia, 1996. (Não Publicados).
- City Brazil: *Números gerais de Araguari MG*. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/mg/araguari>>. Acesso: 04/2005.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 2 ed. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta & Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- _____. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: *Manifestações da cultura no espaço*. ROSENDAHL, Z., CORREA, R. L. (Org). Rio de janeiro: EdUERJ, 1999.
- COSTA, P. C. Gomes da. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: *Manifestações da cultura no espaço*. ROSENDAHL, Z., CORREA, R. L. (Org.) Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- DERRIDA, Jacques Fuerza de Ley; *El "fundamento místico de la autoridad"*. Madri: Tecnos, 1997.
- DERRIDA, Jacques & Gianni Vattimo (orgs); *La Religión*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1997.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554 1897*. 2.ed. São Paulo: ANNABLUME, 1997.
- DIOCESE. *A história de São José*. Disponível em: <<http://www.diocese-sjc.org.br/historia-np.asp>>. Acesso em: 07/2005
- _____. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. 1 ed. São Paulo: Edições Arquivo do Estado São Paulo, 1990.

- DURKHEIM, E. *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- ELIADE, M. *O sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1962.
- _____. *Traité d'Histoire des Religions*. Paris, Payot, 1958.
- FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *Dossiê de Tombamento "Estação Ferroviária da Stevenson"*. Araguari, abril, 2003.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE ARAGUARI FUNEC, Faculdade de Filosofia, Ciências e letras de Araguari. *Araguari cem anos de dados e fatos*. 1. ed. Araguari: Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Do Presépio À Balança: Representações Sociais Da Vida Religiosa*. Mazza Edições. 1994.
- GUIMARÃES, Fernando. *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- KROEBER, A. L. *A natureza da cultura*. Tradução de Teresa Louro Peres. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- LEMOS, C. A. C. *História da Casa Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo Rural a lo Urbano*, Barcelona: Península, 1971.
- MAMERI, Abdala. *Pelos Caminhos da História: Pessoas, Coisas e Fatos de Araguari*. 1. ed. ARTGRAF, 1988.
- MINAS GERAIS (Estado). *Decreto Nº 16, de 25 de outubro de 1980*. Secretaria Estadual de Educação, Minas Gerais, 1980.
- MUSEO DO POBO GALEGO. *O Arado*. Disponível em: <<http://www.fillos.org/fillos/etnografia/arado-mpg.htm>>. Acesso: 03/2005.
- Os Artrópodes. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/pmpr/bpfl/himenopteros.html>>. Acesso: 02/2005.
- O SITE DOS SANTOS. *História de Nossa Senhora Aparecida*. Disponível em: <http://www.ositedossantos.vilabol.uol.com.br/nsa_aparecida.html>. Acesso: 07/2005.
- O SITE DOS SANTOS. *História de Santo Antônio*. Disponível em: <http://www.ositedossantos.vilabol.uol.com.br/santo_antonio.html> Acesso: 07/2005.
- O SITE DOS SANTOS. *História de São João*. Disponível em: <http://www.ositedossantos.vilabol.uol.com.br/são_joao>. Acesso: 07/2005.
- Plantas do Cerrado*. Disponível em: <<http://www.hortomedicinal.hpg.ig.com.br/plantascerrado.htm>>. Acesso em: 02/2005.
- PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO. *Livro de Tombo nº 01: de 1966 a 1997*. Araguari.
- PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA CANA VERDE. *Livro de Tombo: do ano 1906 ao ano de 1958*. Araguari.

PARÓQUIA MONT SERRAT. *A história de São José*. Disponível em: <<http://www.paroquiಾಮontserrat.com.br/historiasaojose.asp>>. Acesso em: 07/2005.

PEIXOTO, J.A.; VIEIRA, A.G.C.; *Município de Araguari*: Informe Histórico. [Araguari]: [s.n.], [1998?].

PEREIRA, José Carlos Seabra. *Decadentismo e Simbolismo na poesia portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1975.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, 2(3), 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, 5(10), 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. História de Uberlândia. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/ecompany/SilverStream/Pages/fsHome2_intra.html>. Acesso: 03/2005.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. Festas Juninas, Festas de São João: Origens, Tradições e História. Casa do Editor. Disponível em: <<http://www.festajunina.com.br/livro/2.htm>>. Acesso: 10/2004.

SANTOS, Rosselvelt, J. *As humanidades do cerrado na dialética da festa e do espetáculo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Tese, doutorado).

SEEMANN, Jörn. A análise da Toponímia como dimensão histórica na Geografia Cultural. In: União Geográfica Internacional. Comissão sobre o enfoque cultural na Geografia. Reunião do Rio de Janeiro, 2003, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos: Dimensões Históricas da Relação entre Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 1-20.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia de. *Guia para Normalização de Trabalhos Técnicos-Científicos*: Projetos de Pesquisa, Monografias, Dissertações, Teses. Uberlândia: Edufu, 2002. 159p.

TEIXEIRA, T. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*: História da Criação do Município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda, 1970. Vol. 1 e 2.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983. 93 p.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Cultura. Divisão de memória e patrimônio histórico. *IPAC - Inventários de Proteção do Acervo Cultural*, exercício 2004. Uberlândia, 2003.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Cultura. Divisão de memória e patrimônio histórico. *IPAC - Inventários de Proteção do Acervo Cultural*, exercício 2005. Uberlândia, 2004.

VALE, M.M.B.T. *Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo "Sertão da Farinha Podre"*. São Paulo, 1998. Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo USP, 1998.

Entrevistados

Ademir Estevão da Cruz, diretor da Capela Santo Antônio, realizada em junho de 2004.

Amélio Marques Neto, realizada em fevereiro de 2005.

Antônio Raimundo da Costa, proprietário da Fazenda Buracão, realizada em julho de 2004.

Sr. Antônio José Maria, morador antigo do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em março de 2005.

Baltazar Ferreira e sua esposa Ordeline Pereira Fernandes Ferreira, realizada em junho de 2004.

Bernadete Costa de Jesus, proprietária da Fazenda Buracão, realizada em julho de 2004.

Cheyra Mara Goulart Rodrigues, arquiteta responsável pelo projeto de reforma e ampliação da igreja, realizada em março de 2005.

Dário Martins sobrinho, atual proprietário da Mercaria da Tenda, realizada em fevereiro de 2005.

Delair Carrijo Ferreira, antiga zeladora da Capela do Salto, realizada em março de 2005.

Derly Rodrigues, festeiro e membro da comunidade Tenda do Moreno, realizada em março de 2005.

Dirceu Bernardinelle, festeiro e membro da comunidade do Salto, realizada em julho de 2004.

Sr. Edson Pereira Miranda, ex-proprietário da Mercaria da Tenda e sua esposa Dirce Pereira Miranda, realizada em abril de 2004.

Eleuza Rodrigues, esposa do Sr. Mauri, festeira e membro da comunidade do Fundão, realizada em julho de 2004.

Sr. Euclides Fernandes da Silva, antigo morador do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em março de 2005.

Felisberto José da Silva, proprietário da Cerealista/Residência no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em março de 2005.

Gislene Marques da Silva, professora e moradora no distrito de Martinésia, realizada em junho de 2004.

Sr. Honor, membro de Companhia de Folia de Reis, realizada em março de 2005.

D. Iranita Goulart Rodrigues, ex-professora da Escola Municipal do Moreno, realizada em junho de 2004.

Sr. Ivo Zanata, proprietário da fazenda Quilombo, realizada em 09/04/2005.

João Carlos Rodrigues da Cunha, proprietário da Fazenda Capim Branco e responsável pelo imóvel, realizada em março de 2005.

Jonas Raimundo da Costa, proprietário da Fazenda Buracão, realizada em março de 2005.

Sr. José Martins, ajudante de seu pai na entrega de cimento para a construção da Ponte do Pau Furado, realizada em março de 2005.

Luzia Alves Borges, professora e moradora no distrito de Martinésia, realizada em junho de 2004.

Maria Conceição Corrêa Silva, conhecida como "Dona Preta", moradora e comerciante no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em junho de 2004.

Marco Antônio Rodrigues da Cunha, proprietário da Fazenda Capim Branco, realizada em setembro 2004.

Dona Margarida Alves Borges, antiga moradora do distrito de Martinésia, realizada em março de 2005.

Maria Abadia Fernandes Carrijo, mãe de Ordeline e antiga proprietária da Fazenda Pau Furado, realizada em março de 2005.

Mauri Rodrigues, festeiro e membro da comunidade do Fundão, realizada em julho de 2004.

Nilson Martins da Silva, proprietário da Cerealista no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em março de 2005.

Sr. Olavo Custódio Dias (proprietário da Fazenda Laje) e Olavo Custódio Dias Neto (neto do proprietário), realizada em junho de 2004.

Padre Olimar Rodrigues Pároco da Paróquia São José Operário no período de 1992 a 1999, realizada em fevereiro de 2005.

Olmezinda de Freitas Figueiredo, esposa de Enoque Bento de Figueiredo, antigo proprietário da Residência/Armazém no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em março de 2005.

Sr. Orivaldo Antônio Ferreira, proprietário da Fazenda Tenda, realizada em junho de 2004.

Osvandir Antônio Januário, Alferes da Folia de Reis e morador no distrito de Martinésia, realizada em janeiro de 2005.

Sr. Reginaldo Almeida da Costa, funcionário da Fazenda Marimbondo, realizada em junho de 2004.

Renata de Freitas, atual proprietária da Fazenda Barra Grande, realizada em setembro de 2004.

Ronaldo Machado Costa, zelador da Capela do Fundão, realizada em março de 2005.

Sebastião Francisco Rodrigues, funcionário que mora na Estação Stevenson, realizada em junho de 2004.

.Sirlene Souza Rodrigues, proprietária da Residência/Armazém no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, realizada em março de 2005.

Sr. Stanislau Vieira dos Santos e Sra. Raulinda Fernandes dos Santos, proprietários da fazenda Fundão, realizada em 29/03/2005.

Sr^a Sueli Chaves A. Quina, diretora da Escola Municipal do Moreno, realizada em maio de 2004.

Sr. Valter Ferreira Rodrigues, realizada em março de 2005.

Wanderley José Rodrigues, morador antigo da comunidade do Fundão, realizada em março de 2005.

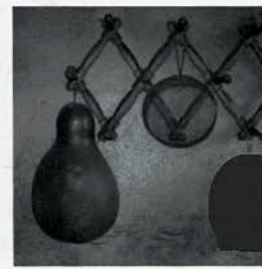
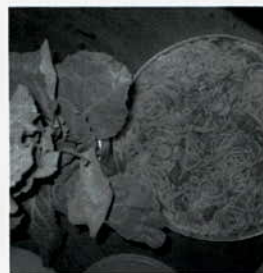
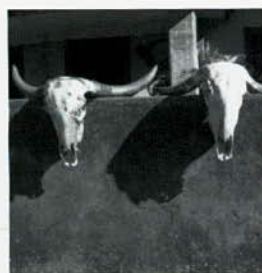
Impressão e Acabamento



Composer

GRÁFICA E EDITORA

Av. Segismundo Pereira, 145 - Bairro Santa Mônica - (34) 3236-8611
CEP 38408-170 - Uberlândia - MG - E-mail: grafica@composer.com.br



ISBN 859861604-4



9 788598 616049